

**BRASIL,
O GRITO
CALADO**

REFLEXÕES NA PANDEMIA

Senado Federal

Mesa Diretora
Biênio 2021/2022

Senador **Rodrigo Pacheco**
PRESIDENTE

Senador **Veneziano Vital do Rêgo**
1º VICE-PRESIDENTE

Senador **Elmano Férrer**
2º SECRETÁRIO

Senador **Romário**
2º VICE-PRESIDENTE

Senador **Rogério Carvalho**
3º SECRETÁRIO

Senador **Irajá**
1º SECRETÁRIO

Senador **Weverton**
4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador **Jorginho Mello**
1º SUPLENTE

Senador **Luiz Carlos do Carmo**
2º SUPLENTE

Senadora **Eliziane Gama**
3º SUPLENTE

Senador **Zequinha Marinho**
4º SUPLENTE

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

Gustavo A. Sabóia Vieira
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Senador **Paulo Paim**

BRASIL, O GRITO CALADO

REFLEXÕES NA PANDEMIA

Brasília-2022

SENADO FEDERAL



Coordenação Editorial: Assessoria do senador Paulo Paim – Brasília

Capa: Maria Aparecida

Imagens: Capa - O Grito de Edvard Munch.

Impressão e acabamento: Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – Segráf

Projeto Gráfico: Mateus Leal

Programação Visual: Cleidson Rodrigues

Revisão: Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – Segráf

Paim, Paulo, 1950-

Brasil, o grito calado / senador Paulo Paim. -- Brasília : Senado Federal, 2022.

265 p.

Coletânea de artigos publicados na imprensa pelo senador Paulo Paim.

1. Política e governo, Brasil. 2. Problemas sociais, Brasil, coletânea.
3. Políticas públicas, Brasil. 4. Covid-19. 5. Desigualdade social, Brasil. I. Título.

CDD 320.981

Sumário

Preâmbulo	9
Introdução.....	11
Um olhar sobre a vida.....	15
No limite da insensatez	19
Desafios da alta política em tempos de Coronavírus.....	21
Da omissão à convulsão social	25
Os invisíveis da linha de frente	27
Diálogo para salvar vidas agora e construir o futuro pós-pandemia.....	31
Virada no jogo: taxar as grandes fortunas e salvar vidas..	33
A importância do Sistema S na pandemia	37
Seguro-desemprego e pequenas empresas	41
Os que andam contra o vento	43
13 de maio: um país em débito com sua própria história	47
Danem-se os pobres, os humilhados e os desesperançados.....	51

Democracia, Constituição e Direitos Humanos.....	55
As consequências de não agir podem ser trágicas	59
Gritos de socorro no espelho das aguadas	63
Sobre violência e racismo.....	67
O grito calado que há em nós	71
A morte do negro Camilo	75
Mulher: desigualdade, preconceito, violência	79
Quando as folhas do outono continuam caindo.....	83
Educação: um ato de amor e de coragem.....	89
Agricultura Familiar: o Brasil quer mais, o Brasil pode mais	95
Dez anos do Estatuto da Igualdade Racial	99
A importância de políticas públicas para idosos e aposentados	103
Desafios dos Direitos Humanos	107
O Congresso, a pandemia e a população brasileira	111
Longo caminho para a igualdade.....	115
Seguridade social: pelo desenvolvimento e bem-estar do Brasil	119
Prelúdio de resistência	125
Para pensar a construção do Brasil no pós-pandemia ...	129
Que as crianças cantem livres	135
Retomando a luta nacional	141

Em busca do desenvolvimento sustentável.....	145
Privatizar o SUS, não! Salvar vidas, sim!	151
Juventude e desemprego: por onde seguir, para onde ir	155
Novos ares, novos rumos.....	161
Sobre 20 de novembro: com racismo, não há democracia.....	165
O Congresso precisa agir contra o racismo	171
Dia Internacional da Pessoa com Deficiência: acessibilidade e oportunidade.....	175
Uma reflexão sobre mobilidade urbana e qualidade de vida.....	179
Dez medidas de combate ao racismo e aos preconceitos	183
Sobre o direito de viver em paz	187
A urgência da quebra de patente de vacinas contra a Covid-19	193
Desemprego, é hora de acordar.....	197
PEC Emergencial e o Fundeb	199
O Brasil precisa debater a suspensão temporária de patentes de vacinas contra a Covid-19.....	203
A suspensão temporária de patentes de vacinas contra a Covid-19.....	207
A vida acima dos lucros	209
Dia das Mães	213

Para as cotas, eu digo sim.....	215
Sobre o 13 de Maio	219
Uma primavera silenciosa para o Brasil.....	223
Em busca do tempo perdido.....	227
A democracia corre perigo	231
MP 1045: os trabalhadores, mais uma vez, sob o fogo do dragão	233
Sobre o 7 de setembro	237
O Nobel e o salário mínimo	239
A importância de derrubar vetos presidenciais	243
As verdades mais profundas.....	247
Nos lanhos da alma	251
Tudo está guardado na memória	255
Somos todos iguais?	259
A necessária e urgente quebra de patentes de vacinas.....	263

Preâmbulo

Sou vítima dos meus próprios sonhos; aliás, renasci muitas vezes, na persistência das loucas horas dos dias, no tempo que se fechava aos meus olhos e ao meu redor, nas noites em que o silêncio me aprisionava dentro de mim.

Resisti em campos derradeiros e em desertos esquecidos na imensidão, em quimeras de braseiros ardentes a dizer que os sonhos são contrários a minha existência. Jamais cedi às infâmias dos desvairados.

Amassei barro com as mãos e com os pés, busquei as letras, os ensinamentos dos meus heróis, forjei o aço para conquistar a perfeição do Sol nascente, abrindo caminhos de indignação e se fazer presente no amanhã.

Como o rio que chega ao mar e desponta junto as grandes águas azuis, a misturar-se ao desconhecido, com o corpo e com a alma cansados de remar, faria tudo outra vez, principiando a esperança na eternidade do acreditar.

Lá se vão 40 anos de vida pública. Iniciei no movimento sindical. Fui eleito deputado federal constituinte e depois reeleito mais três vezes deputado federal. Estou no terceiro mandato de senador da República. Presidi, por quatro vezes, a Comissão de Direitos Humanos.

Em todos esses anos, foram centenas de projetos apresentados. Muitos se transformaram em leis e hoje são realidades que beneficiam a maioria da população brasileira, homens e mulheres do campo e da cidade.

O trabalho do político se estabelece a partir do diálogo e da conversa franca e aberta com os cidadãos. Essa sintonia, em alto grau, tem a capacidade única de compreender a realidade e os problemas cotidianos das pessoas.

Dessa experiência foram construídos os estatutos do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Juventude, da política de valorização do salário mínimo e o da valorização do autista, entre outros.

Nesta mesma esteira do diálogo e com a certeza de que nada se faz isoladamente, abrimos espaços de debates para temas nacionais como educação, saúde, emprego e renda, segurança, agricultura familiar, meio ambiente.

O Brasil é uma aquarela de gente que busca a felicidade, mesmo com os atropelos dos descaminhos, das tempestades, dos desumanos, dos sem coração que não se comovem com o choro dos exaustos e dos desamparados.

Somos um país de multicores, negros, brancos, indígenas, imigrantes, onde a essência de nação só será alcançada quando todos forem respeitados, tiverem os mesmos direitos e garantias da cidadania. Essa é a nossa luta.

Introdução

A pandemia da Covid-19 matou milhões pelo mundo afora e milhares pelo Brasil. Deixou sequelas em toda a sociedade brasileira. O desemprego explodiu, empresas fecharam as portas, deixando milhões de pessoas no desespero.

O governo federal tripudiou de tudo e de todos. A “gripezinha” se transformou em um monstro que ceifou vidas e acabou com famílias, destruiu sonhos presentes e futuros. Fez do nosso país alvo internacional de críticas.

A pobreza e a miséria se alastraram por conta de toda a crise e por uma política econômica que só beneficia o setor financeiro. Os trabalhadores, os aposentados e a classe média amargam perdas significantes.

A intolerância racial e religiosa, a homofobia, a violência contra as mulheres, o feminicídio, o trabalho escravo avançam enormemente. Não é esse o Brasil que queremos. Não ao ódio, não ao racismo e aos preconceitos.

Estudo da ONU diz que o Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo. O 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, conforme *ranking* sobre o desenvolvimento humano.

Queremos um Brasil ativo, que gere emprego e renda, que respeite as diferenças e as diversidades, o meio ambiente; que garanta saúde, educação, ensino técnico e profissional, segurança; que garanta os direitos das crianças,

dos idosos, das pessoas com deficiência, dos quilombolas, dos trabalhadores do campo e da cidade.

Acredito numa Frente Ampla pelo Brasil, que agregue homens e mulheres de bem, que sejam Solidários e fraternos, unificados na brasilidade; num país construído degrau por degrau, tendo como pedra angular as políticas humanitárias.

A população está sofrendo, a carestia é enorme, atingiu a todos. Ela não sabe o dia seguinte, se terá emprego e renda, se os filhos terão o que comer. Esperamos que mudanças ocorram nos próximos anos. O país precisa crescer e se desenvolver com sustentabilidade.

Este livro é uma coletânea de artigos que escrevi nos anos de 2020 e 2021, em plena pandemia. São ao todo 64. Você, leitor, vai encontrar minhas reflexões sobre todo este cenário de dor e de tristeza que abateu a todos nós.

Discurso sobre temas como a pandemia, os profissionais de saúde, os projetos apresentados, o desemprego, o racismo, os preconceitos, os direitos humanos, o direito dos trabalhadores, o mundo do trabalho, a educação, as eleições, a mobilidade urbana, entre outros.

Aqui está uma pequena parte dos desassossegos que senti, palavras que retratam esse período conturbado da nossa história. Mas mostram também que há luz no fim do túnel. Basta acreditar, perseverar, não se entregar.

A luz divina é aquela que não só ilumina o caminho, mas também faz refletir para dentro de nós o almejado despertar da consciência e das forças positivas em defesa da vida. É no equilíbrio da emoção e da razão que entrego a ti, meu querido amigo, este livro... *Brasil, o Grito Calado*.

Boa leitura!

2020

Um olhar sobre a vida

Quantas tragédias serão necessárias para entendermos que falar com o coração é o grande segredo da vida? Como poderá haver bem-estar social e felicidade se não há compaixão entre as pessoas, se cada vez mais as pessoas só pensam em si? A Solidariedade não pode ser momentânea e seletiva. Ela deve ser permanente. Afinal, somos todos irmãos. O verbo amar não é conjugado sozinho. É preciso gente e calor humano. Será que não compreendemos ainda que a nossa relação com a Terra é de reciprocidade? Quando derrubamos uma árvore e calamos o canto dos pássaros, estamos matando a nós próprios. Perdemos, assim, com essa maneira egoísta de viver, a conexão espiritual com o Universo e nos tornamos insignificantes na nossa própria existência.

Fome, miséria, desigualdade social, mortes, guerras, desastres ambientais, doenças, surtos, pandemias, estupro, discriminações, racismo, ódio e violência. Crianças morrendo até mesmo antes de nascerem; jovens sendo sacrificados no jogo das drogas e do tráfico; idosos praticamente assassinados por falta de assistência. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a cada quatro segundos uma pessoa morre de fome no mundo. Gente que não tem o que comer, nem o que beber: verdadeiros cadáveres vivos, cheios de feridas, como lixo humano. Ora, tudo isso são os homens que causam. Tudo por conta do poder e da ganância, da selvageria das bolsas, dos

gráficos, dos números e dos cifrões. E o poder corrompe, embriaga, satisfaz o ego e os delírios daqueles que possuem olhos desumanos.

O mundo está assustado com o Coronavírus. É uma tragédia que mostra claramente a nossa fragilidade. Há uma energia negativa no planeta das mais cruéis. São milhares de casos em centenas de países: China, Itália, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Inglaterra. Agora o vírus adentrou no continente africano. Na América Latina é uma realidade. No Brasil, o Ministério da Saúde confirma centenas de casos; há mortes. Aqui abro um parêntese: as cenas vistas nos meios de comunicação são reais e escancaram o egoísmo humano. As pessoas falsificando álcool em gel, estocando máscaras de higiene. Já os comerciantes, de forma descarada, aumentando abusivamente os preços dos produtos. Lucro em cima da tragédia é canalhice.

A teoria de Ângela Merkel, de que 70% da população da Alemanha poderá ser contaminada pelo coronavírus é um alerta para o mundo. Por isso, defendo medidas drásticas no Brasil: fechamento das fronteiras, restrição de voos internacionais, triagens em aeroportos, portos e rodoviárias: quarentena. Para salvar vidas, precisamos, urgentemente, investir em respiradores artificiais. A prioridade do orçamento deve ser o combate à pandemia. Outras ações: fim do teto dos gastos, fortalecimento do SUS, mais leitos de UTIs, contratações emergenciais, expansão do Bolsa Família, dos benefícios da Previdência e do seguro-desemprego. E ainda é preciso mais, muito mais.

A falta de sintonia do governo é evidente. O momento não é de disputas. De nada adianta incitar a fragmentação do país. Essa crise requer alta capacidade política. Os interesses pessoais e de grupos são infinitamente menores do que a saúde e a vida da nossa gente. Temos que enten-

der que há uma séria crise social, econômica e política e, reitero mais uma vez, na saúde, e que ela só será resolvida a partir de uma grande concertação entre os Poderes e a sociedade.

Temos, sim, que seguir em frente. Se há descaminhos, vamos enfrentar. Vamos reflexionar o pensamento. A consciência e o agir de cada um leva à plenitude coletiva, ao saber, à sabedoria, à generosidade, à fraternidade, à amorosidade, ao êxtase das virtudes. Isso é uma força gigantesca, incalculável, que habita em nós, desvenda a alma, nos transforma em todo coração e em fluxo natural para desobstruir caminhos e curar cicatrizes expostas. É algo superior que nos faz compreender situações, nos capacita para separar o certo e o errado. Carl Gustav Jung dizia que somente com a transformação da atitude do indivíduo é que começarão as mudanças necessárias para o desenvolvimento da humanidade.

Jornal Nexo. 13 de março.

No limite da insensatez

Estamos perplexos com tudo o que está acontecendo. Como uma noite sem fim, nos deparamos com a nossa própria incapacidade de entendimento. Perdemos o rumo neste labirinto de ódios e ideologias que virou o nosso país. Somos frágeis como cristais órfãos em brechós e afins.

Há uma total falta de sintonia entre os Poderes. Cada um segue um caminho diferente. E todos querem ser protagonistas. Isso é um equívoco que vai nos custar caro. Há uma crise na saúde sem precedentes. Idem no social, na economia e na política. Todos tinham que estar sentados à mesa, discutindo Soluções viáveis.

A saúde do nosso povo é prioridade. A Covid-19 é uma realidade. Faça o que tiver de ser feito. E tudo o que for feito ainda será pouco: fechamento das fronteiras, restrição de voos internacionais, triagem em aeroportos, portos e rodoviárias, isolamento social (físico). Temos que redirecionar o orçamento da União.

Não podemos pecar pela negligência e pela rigidez fiscal. É preciso salvar vidas. É urgente o investimento em respiradores artificiais. Temos que por fim ao teto dos gastos, fortalecer o SUS, criar mais leitos de UTIs, expandir o Bolsa Família, os benefícios da previdência e fazer cumprir a lei que criou a renda básica de cidadania.

Enquanto vários países caminham na direção do bem-estar, criando resguardo e agindo pela manutenção

dos direitos sociais – cito, aqui, o Reino Unido que vai pagar os salários de trabalhadores para evitar demissões – o governo brasileiro edita uma medida provisória (MP 927/2020) que penaliza os trabalhadores.

Felizmente ele "caiu na real" e revogou o artigo 18, que permite a suspensão do contrato de trabalho por quatro meses sem salário. Mas há mais crueldades nessa MP que precisam ser barradas: celebração de acordos individuais entre empregado e empregador, passando por cima da CLT, acordos coletivos e a fragilização da fiscalização, o que atingiria, em cheio, a segurança e a saúde do trabalhador.

Ora, ora... por que não baixar as taxas de juros, não permitir cortes de água e luz por quatro meses e congelar o pagamento de empréstimos consignados dos aposentados pelo mesmo período? O governo tem que se abrir para o diálogo com os empresários, as centrais sindicais, os aposentados.

Se o Brasil insistir no caminho inverso, diferentemente do que o mundo está fazendo, teremos cerca de 40 milhões de desempregados. E isso seria o caos. Não estou nem falando nos 45 milhões que trabalham hoje na informalidade, sem direito algum. Neste momento, não podemos dar as costas a nossa gente. Por isso, creio eu, estamos no limite da insensatez.

Brasil 247. 20 de março.

Desafios da alta política em tempos de Coronavírus

Pertenço a uma geração que acredita no diálogo, no entendimento, no respeito as opiniões e ao pensamento, às diversidades e aos direitos humanos, num futuro de felicidade individual e coletiva. Sou otimista. O pessimista é um derrotado por antecedência. Tive vitórias e derrotas. Tudo é aprendizado. E quando se aprende, com verdade, resiliência e empatia, deixando de lado as angústias, os medos e as disputas mesquinhas, o coração se torna muito mais do que um órgão que bate para levar sangue ao corpo inteiro, oxigenando a existência. Ele se torna razão e emoção; lados iguais de ângulos diferentes.

Os problemas do nosso país serão resolvidos a partir da alta política e do sentimento de coletividade e brasilidade. Ela não é uma ação de cima para baixo, formada de mentiras, de negligências e de *fake news*, provida de homens e suas naus salvadoras, muito menos de grupos que só pregam o ódio e a violência. É preciso ir além do horizonte e nos despiremos das máscaras que nos envolvem, tão somente por disputas pelo poder. Observem que isso é a antítese da alta política, é o fracasso da própria classe política, dos seus atores e personagens, dos governos e suas políticas públicas que só beneficiam parte da população.

O Brasil é um imenso caudal de cores e verbos, de luzes e sonoridades das florestas e das cidades. Há homens e mulheres que caminham pelas terras secas do Nordeste;

há homens e mulheres que cantam as curvas do Pantanal; há homens e mulheres que pescam a seiva das madrugadas para acordar um novo dia. O povo do litoral abre os braços e joga flores ao mar. Há homens e mulheres que escrevem em suas mãos a geografia laboral; e há homens e mulheres que apostam tudo no abrir caminhos de amor e esperança. É claro que as coisas não são simples e poéticas como essas palavras. A questão é: por que o nosso país não cresce e se desenvolve com dignidade e decência? Por que o nosso país não age com olhos humanos?

Como pode um recém-nascido ou uma criança de poucos anos passar fome? Imagine o desespero de uma mãe e de um pai? Como pode um idoso morrer por falta de atendimento médico? Como é possível existir milhares de pessoas morando nas ruas? Como pode um país não estender a dignidade do trabalho ao seu povo? Presenciamos isso, todos os dias, nas ruas e praças do nosso país, nas favelas e vilas, nos campos desérticos. Uma pesquisa do IBGE diz que o país possui 13,5 milhões de miseráveis, vivendo com renda mensal inferior a R\$ 145,00, segundo critério do Banco Mundial. Temos mais miseráveis do que a soma de todos os habitantes de países como Bolívia, Portugal, Bélgica, Cuba e Grécia.

Renato Russo chamava a atenção em suas poesias e canções para situações insuportáveis de humilhação a qual o ser humano é levado: “sem trabalho não sou nada, não tenho dignidade, não sinto o meu valor”. Temos, hoje, 12 milhões de desempregados; 40 milhões na informalidade, sem direitos sociais, previdenciários e trabalhistas. Um a cada quatro brasileiros é pobre: 25% da população ou 52,5 milhões. Em quatro anos, a renda dos 5% mais pobres caiu 39%. Somos um país em que, cada vez mais, poucos têm muito e uma enormidade de gente não tem nada. O Banco

Mundial aponta que os 10% mais ricos do Brasil têm quase a metade da renda de todo o país.

Como fica toda essa nossa gente em meio à crise da pandemia do Coronavírus? Precisamos olhar para elas, garantir saúde, empregos e renda. Não é injetando 1,2 trilhão de reais nos bancos e 10 bilhões na saúde que vamos resolver o problema. A saúde do nosso povo é prioridade. Faça o que tiver de ser feito. E tudo o que for feito ainda será pouco: fechamento das fronteiras, restrição de voos internacionais, triagem em aeroportos, portos e rodoviárias, isolamento social (físico). Temos que redirecionar o orçamento da União. Não podemos pecar pela negligência e pela rigidez fiscal. É preciso salvar vidas. É urgente o investimento em respiradores artificiais. Temos que pôr fim ao teto dos gastos, fortalecer o SUS, criar mais leitos de UTIs, expandir o Bolsa Família, os benefícios da Previdência, fazer cumprir a lei que criou a renda básica de cidadania, baixar as taxas de juros, não permitir cortes de água e luz por quatro meses e congelar o pagamento de empréstimos consignados dos aposentados pelo mesmo período.

Enquanto vários países caminham na direção do bem-estar e da felicidade do seu povo, criando resguardo e agindo pela manutenção dos direitos sociais – cito, aqui, o Reino Unido, que vai pagar os salários de trabalhadores para evitar demissões – o governo brasileiro, em tempos de coronavírus, edita uma medida provisória (MP 927/2020) que penaliza os trabalhadores. Repito aqui: é preciso garantir empregos e renda. Felizmente o governo "caiu na real" e revogou o artigo 18, que permite a suspensão do contrato de trabalho por quatro meses sem salário. Mas há mais crueldades nessa MP que precisam ser barradas: celebração de acordos individuais entre empregado e empregador, passando por cima da CLT e acordos coletivos,

e a fragilização da fiscalização, o que atingiria, em cheio, a segurança e a saúde do trabalhador.

Não é a ideologia partidária que vai nos tirar dessa crise, nos abrir ao mundo e destravar o tão sonhado crescimento e desenvolvimento com sustentabilidade e respeito ao meio ambiente e ao ser humano. Não é fazendo o debate agressivo, maniqueísta e egocêntrico que vamos nos elevar a um patamar superior de consciência. Definitivamente, não! A consciência está em cada um de nós, basta despertá-la. Um Soldado, na Segunda Guerra Mundial, assim escreveu: “Queridos pais, fui condenado à morte porque me neguei a fuzilar prisioneiros indefesos. Prefiro morrer a levar pela vida afora a consciência carregada com o sangue dos inocentes. Foi a senhora, querida mãe, que me ensinou sempre a seguir a consciência e só depois as ordens dos homens”.

Somos iguais perante a lei. Porém um país inteiro pode não ver isso com a necessária clareza. Por isso, é preciso perseverar e trabalhar, cada vez mais, para melhorar a vida das pessoas. É necessário fazer a alta política. É preciso que o governo chame para dialogar os empresários, os trabalhadores e os aposentados. Eu tenho esperança de que as incertezas que nos atingem, em um breve espaço de tempo, serão apenas dores de um distante passado. No dizer de Fernando Pessoa: “Sem fé, não temos esperança, e, sem esperança, não temos propriamente vida. Não tendo uma ideia do futuro, também não temos uma ideia de hoje, porque o hoje, para o homem de ação, não é senão um prólogo do futuro”.

Jornal Nexo. 27 de março.

Da omissão à convulsão social

O governo federal já editou várias medidas provisórias (MPs) que prejudicaram imensamente o homem e a mulher do campo e da cidade. Aliás, muitas delas sem a observação necessária e a obediência de obrigações constitucionais de relevância e urgência.

Os efeitos foram desastrosos. Os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários – conquistados ao longo de décadas – foram sumariamente guilhotinados. Prometeram a geração de milhões de postos de trabalho. Nada aconteceu. O desemprego formal está hoje na casa dos 12,5 milhões. Já a informalidade ultrapassa os 45 milhões. Ou seja, nunca se preocuparam com o bem-estar da nossa gente.

Neste momento de crise e alta tensão nacional, o governo poderia ter bom senso e encaminhar, via MPs, propostas com o objetivo de resguardar a saúde, os empregos e a renda da população. O país precisa de ações urgentes, rápidas e enérgicas. Estamos tratando de mais de 100 milhões de vidas.

A MP é um instrumento exclusivo do Poder Executivo. Nas palavras do jurista José Afonso da Silva: “A razão por que se atribui ao Chefe do Poder Executivo o poder de iniciativa decorre do fato de a ele caber a missão de aplicar uma política determinada em favor da necessidade do país”.

Cabe ao Congresso Nacional, no prazo de 60 dias, prorrogáveis por igual período, debater, analisar, aperfeiçoar ou mesmo rejeitar as MPs, sem prejuízo da vigência

da norma até apreciação final do Legislativo ou decorrido o prazo máximo de 120 dias.

É claro que há opiniões contrárias. E isso há de se respeitar. Eu mesmo fiz muitas críticas a esse processo. Houve momentos recentes que nós recebíamos enxurradas delas, sem nenhum critério. Não podemos errar pela omissão. É preciso agir conscientemente neste momento e entender que o cenário é de excepcionalidade.

Penso que essas MPs podem e deveriam ser discutidas e acertadas previamente, com rapidez, entre os Poderes, líderes partidários, empresários, trabalhadores, aposentados, OAB, Movimento Ecumênico, entre outros. Não há equívoco algum aí. Pelo contrário, estaríamos dando o primeiro passo para uma grande concertação nacional, harmonizando os interesses e as necessidades de todo o país e para o bem de toda a população.

A tragédia não espera o Sol nascer. Por isso, a nossa responsabilidade é enorme. Não podemos permitir uma convulsão social em nosso país. Mas, por tudo o que está acontecendo, isso não seria impossível. E nós sabemos onde esse rio pode desaguar: na fragilização da democracia e das instituições.

Temos que estar vigilantes e alertas, de olhos bem abertos. Ulysses Guimarães tinha palavras fortes e reflexivas que chamavam o povo à luta. Elas eram constantes e navegavam na dignidade. “A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar”. É preciso salvar o Brasil. As presentes e futuras gerações irão nos cobrar. Podem crer.

Brasil 247. 31 de março.

Os invisíveis da linha de frente

O país está em estado de calamidade pública. E, portanto, tudo que for feito, neste momento de crise nacional e de altos desafios a serem enfrentados e superados, ainda será muito pouco para resguardar a vida dos 209,3 milhões de brasileiros.

É preciso mais diálogo e tolerância entre os poderes constituídos. É necessário que os homens públicos ouçam a voz do povo, abram seus olhos e enxerguem a realidade do país. Saúde é para todos.

Apresentamos várias emendas às MPs que vão ao encontro das necessidades dos profissionais da saúde, como médicos em geral, enfermeiros, trabalhadores dos complexos hospitalares. Eles precisam de uma cobertura com total segurança.

Da mesma forma, estamos pleiteando a aprovação de medidas que englobem o todo da força de trabalho do país: empregados e empregadores. É preciso garantir os empregos e a renda e, também, a própria sobrevivência das empresas. Também apresentamos emendas.

Mas há os invisíveis da linha de frente e que estão sendo esquecidos. Temos que dar total atenção a eles, tanto da parte do governo como do Congresso Nacional. Até por que é inaceitável conceder tratamento desigual. Há muito por fazer e a nossa responsabilidade é enorme.

Eu recebi tantos relatos chocantes e escolhi apenas um para compartilhar com você, leitor: “Há lugares que os agentes de saúde e combate às endemias, às pandemias e aos vírus de toda natureza só receberam uma máscara N95. Isso mesmo, uma máscara. Em muitas cidades do interior, dos grotões do nosso país e também nas capitais, nem isso eles têm. Falta tudo, desde luvas, álcool em gel, roupas e calçados apropriados”.

São esses os invisíveis de que eu estou falando. E é por eles que nós temos que olhar também.

Outro alerta que me foi dado: os assistentes, técnicos e educadores sociais, que dão assistência às famílias carentes, atingidas pela fome e pela violência doméstica e que combatem o trabalho infantil, estão à margem de toda essa situação de segurança. É uma situação absurda.

Os invisíveis estão expostos, diga-se, em “altíssimo grau de exposição”, à Covid-19. E há outros também. Vejamos alguns: trabalhadoras domésticas, entregadores, porteiros, zeladores, *motoboys*, caixas de supermercados, cuidadores de idosos e crianças, assistentes, técnicos e educadores sociais, motoristas de ônibus e aplicativos, bombeiros, policiais civis e militares, trabalhadores terceirizados, informais, profissionais dos setores aeroviário e portuário, conselheiros tutelares, voluntários de ONGs de assistência social e de visão humanitária.

E o que dizer dos moradores de rua? A situação é gravíssima. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com levantamento de 2016, há mais de 100 mil deles em todo o país. Mas, creio eu, devido ao fracasso das políticas sociais e econômicas dos últimos anos, esse número deva ser bem maior. Sabemos que há, hoje, 13 milhões de pessoas que vivem na extrema pobreza.

O dia a dia dessas pessoas que eu citei aqui é totalmente adverso dos que estão trabalhando em casa. Como eu disse e repito: eles são sérios alvos dessa pandemia. Por isso, precisam, mais do que nunca, de todo suporte necessário para salvaguardar suas vidas: máscaras profissionais, álcool em gel, segurança alimentar, entre outros. Tecnicamente o que chamamos de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Ou seja, os invisíveis da linha de frente pedem socorro. O país não pode negligenciar e nem ser insensível aos apelos desse segmento da sociedade. Como dizia Pablo Neruda, “não existe outra via para a Solidariedade humana senão a procura e o respeito da dignidade individual”.

Se não compreendermos que há corações flagelados, lágrimas sufocadas e, não somente às que caem dos olhos, com certeza, não saberemos encontrar a longa estrada da cidadania e da proteção social.

Jornal do Brasil. 7 de abril.

Diálogo para salvar vidas agora e construir o futuro pós-pandemia

É inegável que o mundo passa por uma grande crise sanitária, econômica e social. Os países com sistemas de proteção social desenvolvidos têm maiores chances e melhores possibilidades de adotarem ações mais efetivas para salvaguardar a saúde dos cidadãos.

Os países emergentes, como é o caso do Brasil, lidam com outros problemas, como a pobreza, dengue e outras doenças, grande número de pessoas em situação de rua, pessoas sem acesso à água potável, ao saneamento básico e à alimentação adequada.

São pessoas muitas vezes invisíveis para as políticas públicas do Estado e, também, para o mercado.

Diante da crise que enfrentamos, é essencial que todos os setores – União, estados, municípios, representantes dos empregadores e empregados, aposentados, mercado financeiro – dialoguem para implantar medidas rápidas e enérgicas para debelar a disseminação do vírus.

Até aqui, a União hesitou no seu papel de comandar as ações. Cabe precipuamente a esse ente chamar todos para uma grande mesa que, apesar de virtual, deve unir a todos para lutarem contra o inimigo comum, o Coronavírus.

Urge a adoção de todas as ações possíveis para salvar vidas agora. O conflito entre salvar a saúde da população ou a economia é ilusório. Não existe a economia sem as pessoas. Não precisamos de economia pujante com famílias incompletas e destruídas pela Covid-19.

Necessitamos, mais do que nunca, que a ciência econômica se irmane com as demais ciências, que também fazem parte da economia. Uma deve nortear a outra.

A nossa aflição imediata é a crise da saúde. Precisamos seguir orientações dos pesquisadores, médicos, enfim, das ciências da saúde, em seus diferentes ramos, que tem por objeto o estudo da vida, da saúde e da doença.

Enfim, precisamos nos somar. Agora para enfrentar o pior inimigo da nossa saúde, oferecendo aos profissionais da saúde as condições necessárias para desenvolverem seu trabalho e cumprirem seu juramento. Faltam EPIs, falta segurança.

Não podemos esquecer dos demais profissionais que estão nas ruas e nos campos, corajosamente, desenvolvendo atividades essenciais, possibilitando que a maioria da população fique em casa.

Vencida a batalha contra o Coronavírus, precisaremos nos manter unidos para recuperar a economia. Retomar o crescimento do país. Teremos de produzir mais, gerar empregos, trabalhar, distribuir riquezas e fazer a inclusão social tão aguardada. Todos dando sua cota de participação.

Tudo isso somos capazes de fazer, desde que saibamos dialogar. Tenhamos a grandeza de deixar de lado as posições ideológicas e os interesses partidários. Nos desnudem das vaidades e das ambições pessoais.

O diálogo tem a capacidade de nos conectar e nos orientar para ações comuns e precisas para vencermos o Coronavírus agora e, também, para salvarmos a economia depois.

Afinal, temos um futuro após a pandemia e ele há de ser construído por todos nós, juntos.

www.senadorpaim.com.br

Virada no jogo: taxar as grandes fortunas e salvar vidas

Com a implantação da Emenda Constitucional 95, que instituiu um limite de investimentos públicos, passando pela reforma trabalhista e, mais recentemente, a reforma da Previdência, o país estagnou e entrou em declínio social e econômico, como nunca visto. Só obtivemos recordes negativos: aumento do desemprego, da informalidade, da pobreza e da miséria. Há milhões de brasileiros que gritam e pedem socorro. Somos um país desigual, em que pouquíssimos têm muito e a grande maioria não tem nada. Temos a segunda maior concentração de renda do mundo. Os 1% mais ricos detêm 28,3% de toda a renda do país, nos deixando somente atrás do Catar, conforme dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Pude recordar nestes dias, durante minhas leituras da madrugada, o sempre querido Herbert José de Sousa, o Betinho, que criou e dedicou-se ao projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Dizia ele que é um absurdo um país como o nosso, com tantas possibilidades, assistir a sua população vegetar na periferia das grandes cidades. O desenvolvimento humano só existirá se a sociedade civil afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, Solidariedade e liberdade. Quão atualíssimas são essas palavras ditas há mais de 20 anos. Mas o pior é que nada aprendemos e colocamos em prática. Ou, se o fizemos, foi por pouco tempo, em experiências de governos populares, mas que logo "saíram de cena".

Agora, com a pandemia do novo Coronavírus, ficou escancarada toda a falta de estrutura de governo e de Estado que temos para resolver os problemas e encontrar soluções ágeis e rápidas, condizentes com as necessidades da população: saúde, emprego, renda. Há uma enorme burocracia e falta de vontade política. Mesmo o Congresso fazendo a sua parte, o déficit de diálogo e unidade entre os Poderes é evidente. E aqui eu repito o que venho dizendo há muito tempo: a mesquinhez daqueles que só buscam o poder pelo poder e suas disputas ideológicas, em comunhão com os que só querem aumentar seus lucros, tem feito deste nosso país apenas uma terra de sonhos e de castelos de areia. A “casa grande e a senzala” continuam as mesmas, apenas com novos senhores. Cada vez mais, o Brasil é governado por olhos desumanos.

Temos muitos desafios pela frente e, por isso, temos que pensar no agora e no pós-pandemia. As pessoas estão sendo contaminadas e estão morrendo. O nosso complexo de assistência à saúde é crítico. Estamos aquém do mínimo necessário, mesmo seguindo os protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS). Ademais, continuamos errando e estamos, cada vez mais, excluindo a nossa gente do amparo legal e de oportunidades para uma vida digna. Há 50 milhões de brasileiros na pobreza e 13,5 milhões na extrema pobreza. É gente que passa fome, bebe água contaminada, está em estado de desnutrição, dorme nas ruas e praças e é alvo de toda espécie de violência. Conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o desemprego poderá atingir mais de 20 milhões de pessoas. Isso seria o caos social. Ou como me disse, recentemente, um colega do Senado: “Estamos caminhando a passos largos para nos tornarmos um inferno de Dante”.

Está mais do que na hora de pensarmos na taxaçoão das grandes fortunas, ou Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF),

para ser aplicado na saúde e no desenvolvimento social. Não é nada de outro mundo, até por que está na nossa Constituição Cidadã, artigo 153, inciso 7, ainda carecendo de regulamentação. Trata-se de um imposto federal, ou seja, de competência exclusiva da União para sua instituição e aplicação. Em 2008, apresentei proposta nesse sentido. Há mais outras três que tramitam no Senado, apresentadas recentemente. O ideal é juntarmos todas elas em uma mesma peça jurídica. Segundo os auditores fiscais, poderiam ser arrecadados R\$ 40 bilhões por ano. Mas há estudos que falam em R\$ 100 bilhões. Daí a responsabilidade do Senado de colocar em debate e votação. Não há tempo a perder.

Vários países do mundo já adotaram ou adotam a taxação das grandes fortunas. Muitos, inclusive, a utilizam em épocas de crise. Na Alemanha, o tributo sobre o patrimônio abrange contribuintes que dispõem não apenas de bastante dinheiro, mas também do poder econômico e político. O Código Tributário alemão descreve os critérios e indica a lei de avaliação para a base de cálculo do lançamento. Na França, o imposto é intitulado de “Robin Hood” e abrange o patrimônio das pessoas físicas, tendo como fato gerador a posse de bens no dia 1º de janeiro. Na Suíça, a incidência se dá sobre o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, com alíquotas até mesmo baixas. Na Áustria, o imposto é pago sobre a renda, tendo em vista que as alíquotas também são baixas e não superiores a 1%. Enfim, inúmeros países adotam impostos semelhantes.

Vejam só: em 1999, o bilionário norte-americano e hoje presidente Donald Trump propôs um imposto sobre grandes fortunas para que o governo dos Estados Unidos pudesse ter recursos suficientes para saldar a dívida pública. Passados dez anos, Warren Buffett, outro bilionário e investidor norte-americano, revelou que sua secretária pagava,

proporcionalmente, mais imposto do que ele. Ele sugeriu, assim, que a taxaço de grandes fortunas poderia ser uma resposta aos problemas enfrentados pelos EUA e pela Europa. Com essa sugesto, o ento presidente Barack Obama propo ao Congresso americano a criaço de um novo imposto para taxar os chamados ricos. Recentemente, o fundador da Microsoft, Bill Gates, disse que bilionrios como ele deveriam pagar bem mais tributos, pois se beneficiam mais do sistema.

Os trabalhadores e a grande maioria da populao brasileira j deram seu quinhao nos anos e dcadas de suor e geografia das mos calejadas, no direito retirado e negado, na possibilidade de uma vida digna. Por isso, eu acredito na virada do jogo. A taxaço das grandes fortunas e possvel e e elemento indispensvel para que o nosso pas melhore o sistema de sade, salve vidas, crie polticas de eradicao da pobreza e oportunize emprego e renda. O ato de encontrar o caminho do bem-estar social e da felicidade individual e coletiva, acrescido de um desenvolvimento sustentvel que respeite o meio ambiente e o ser humano, est em nossas mos, nos versos que criamos e nas justas causas que abraamos com o corao e com a alma. E como eu acredito: a cidadania e como o Universo... Sempre haver uma descoberta a alcanar, uma nova estrela a ser confirmada, um novo amor a ser amado.

Nexo Jornal. 17 de abril

A importância do Sistema S na pandemia

Em função da pandemia da Covid-19, vivemos situação extrema só comparável ao cenário das grandes guerras mundiais. Ao passo em que as pessoas se submetem a risco de vida e restrições de locomoção, instituições públicas e privadas são colocadas em xeque, tanto sob o ponto de vista de sua manutenção como do retorno que podem dar à sociedade.

As recentes medidas impostas às entidades que integram os serviços sociais autônomos, o chamado Sistema S, estão na contramão do que está sendo feito nos demais países, no sentido de ampliar a proteção social da população neste momento de crise.

Elas atingem instituições que administram uma grande rede de apoio à tecnologia e à inovação de empresas, bem como à formação profissional e à promoção de saúde e segurança de milhões de trabalhadores em todas as regiões do país.

As contribuições compulsórias recolhidas pelas empresas para esse Sistema estão sendo comparadas a outras contribuições de caráter arrecadatório e que não trazem retorno imediato à sociedade ou às empresas.

No entanto, ao invés de traduzir um custo empresarial, a contribuição do Sistema S é um investimento. Esse recurso reverte diretamente em prestação de serviços essenciais ao aumento da competitividade das empresas, inclusive às micro e pequenas empresas que, apesar de não

contribuírem para a manutenção do sistema, são beneficiadas com seus serviços.

O empresário recebe, na forma de serviço, o valor que investiu ao contribuir para essas instituições, por meio do incentivo ao empreendedorismo, do acesso à educação de qualidade para os trabalhadores, de serviços de apoio ao desenvolvimento tecnológico e de inovação nas empresas e de aumento de produtividade. Empregados, empregadores e população são beneficiados.

O trabalhador tem acesso à qualificação e à capacitação profissional, a programas de saúde e de segurança no trabalho, além de iniciativas culturais oferecidas por essas entidades.

As ações desse Sistema são ofertadas a mais de 4 mil municípios brasileiros, em todos os estados, devido ao modelo federativo adotado por essas entidades, que lhes assegura um efeito distributivo de recursos, das áreas mais desenvolvidas para os territórios mais frágeis economicamente. Desde a sua criação, o Sistema S já formou e qualificou mais de 70 milhões de pessoas.

Atualmente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), em parceria com federações estaduais e associações setoriais da indústria, têm protagonizado iniciativas em todo o país em apoio às empresas e, principalmente, ao sistema de saúde, mediante orientação técnica na reconversão de linhas de produção, suprimento de hospitais públicos com insumos e equipamentos necessários ao tratamento da Covid-19, coordenação de rede nacional de reparos a respiradores mecânicos e pela oferta gratuita de milhares de vagas de cursos à distância.

A iniciativa Manutenção de Respiradores do Senai, em parceria com o governo federal, conta com apoio de empresas de todo o país e uma rede voluntária com 33 pontos

para receber os equipamentos. Os desdobramentos dessa iniciativa alcançam todas as unidades da Federação, até os mais longínquos e menos afetados. O Amapá, por exemplo, recebeu 13 respiradores e dois aspiradores, levados por uma aeronave da Força Aérea Brasileira, para reforçar o tratamento de pacientes em estado grave de Covid-19.

Outras formas de desoneração das empresas em matéria tributária (como a prorrogação dos prazos de recolhimento de obrigações principais e acessórias e anistia a multas), neste momento de pandemia, teriam efeito muito mais significativo para a manutenção das empresas e dos empregos, sem inviabilizar os serviços essenciais prestados pelas entidades que integram o Sistema S.

O corte de 50% dos recursos, por três meses, proposto pelo governo, é o máximo aceitável e já representa a cota de sacrifício possível do Sistema nesse período crítico. Um alongamento desse prazo inviabilizaria o atendimento à população mais exposta socialmente, que representa a maioria dos alunos e trabalhadores atendidos pelo Sistema S.

Essas instituições são cada vez mais importantes para o país, especialmente neste momento de retração econômica. O desmonte dessa rede privada prejudicará as empresas, os trabalhadores e o próprio Estado, que deverá amparar significativa parcela da população hoje atendida pelo Sistema S.

Armando Monteiro Neto foi senador, presidente da Confederação Nacional da Indústria e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e Paulo Paim é senador (PT-RS).

O Globo. 22 de abril.

Seguro-desemprego e pequenas empresas

O país tem uma taxa de desemprego de 12,5%, o que representa mais de 12 milhões de desempregados. Alguns especialistas já falam em 15%. São 40 milhões de trabalhadores na informalidade, sem direito algum; 50 milhões na pobreza e 13,5 na extrema pobreza.

Segundo a Fundação Getulio Vargas, o desemprego poderá chegar facilmente aos 17,8%. Outro cenário aponta 23,8%. Poderemos ter 25 milhões de desempregados, o que seria o caos nestes tempos de avalanche social e de pandemia do Coronavírus.

O RS já demitiu mais de 5 mil trabalhadores, desde que a crise se iniciou. O maior impacto é no setor calçadista. Outros setores atingidos são o metalmecânico e o do comércio.

Temos que pensar na sobrevivência de todas essas pessoas e de seus familiares. Se confirmar esse cenário, direta e indiretamente, 100 milhões de pessoas serão atingidas.

Apresentei o PL 1.449/2020 e uma emenda à MP 936 para garantir o seguro-desemprego até o final do ano e enquanto durar a pandemia. O valor seria atualizado pelo INPC e passaria para R\$ 2.870,00. O microempreendedor individual que está impedido de trabalhar também é beneficiado.

Uma pergunta que tenho ouvido é: como ficará a situação dos que já recebem seguro-desemprego e estão, agora, procurando um emprego que não existe mais? Enten-

do, por uma questão de justiça, que todos que recebiam o seguro-desemprego quando a crise começou deveriam ser incorporados. Por isso, eu reitero e creio que é justa e mais do que necessária uma campanha nacional para garantir o seguro-desemprego até o final do ano.

Outra medida é em relação às micro e pequenas empresas. Elas representam 60% dos empregos no país e 25% do nosso PIB. Apresentei o PL 1.363/2020 para garantir linha de crédito de financiamento e capital de giro.

Cerca de 90% dos pequenos negócios tiveram queda no faturamento nas últimas semanas, com perda média de 75%, segundo o Sebrae. Bancos públicos estão disponibilizando linhas de crédito, mas empresários relatam dificuldades nas condições e na elevada taxa de juros.

Vale lembrar que o Senado já aprovou outro projeto de minha autoria que beneficia esse setor. O Fundo Nacional de Financiamento para Micro, Pequena e Média Empresa (PL 3.328/2015) está tramitando na Câmara.

O importante, neste momento, é salvar vidas, garantir empregos e renda, e dar condições para os nossos empresários manterem os seus negócios. Essas relações têm de ser Solidárias e equilibradas para o bem de todos e do Brasil.

Jornal do Comércio. 29 de abril

Os que andam contra o vento

Vivemos num mundo louco. Em minutos, as vidas das pessoas se tornam números e se perdem na liquidez da modernidade. Um mundo em que tudo é questionado, mas nada é afiançado. O bem-viver não mais irradia do Sol, mas declina como um astro no horizonte, ao ocaso.

Ora, vamos nos indignar contra a desesperança e os domínios do desamor e das injustiças, deixando os fantasmas do passado nas sombras. Vamos em frente, abrindo caminhos de resistência com a têmpera da Solidariedade e da fraternidade. Adiante, seguindo com a fineza da alma, criando para mudar e, assim, construindo um futuro digno.

Neste 1º de maio – Dia do Trabalhador e do Trabalho –, nos ajuntemos todos com a única certeza de que, tão somente as nossas vozes, em único canto coletivo, é que farão a diferença. Os problemas do Brasil só serão reSolvidos a partir da unidade das forças progressistas, populares e humanitárias.

Os movimentos sindical e social, do campo e da cidade, têm a sua contribuição a dar no exemplo, na razão, na ação coletiva, como sempre fizeram, durante décadas, quando a história exigiu no mais alto grau de responsabilidade e discernimento. É daí que surgem as primaveras e os trigais.

Emile Zola, no século 19, descreveu a luta do povo trabalhador, dos carvoeiros, em *Germinal*. “Homens brotavam lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as

colheitas do futuro, cuja germinação não tardaria em fazer rebentar a própria terra.”

O sofrimento daquela época continua nos dias atuais no mundo. Ainda sentimos as dores de uma reforma trabalhista e de uma reforma previdenciária. Elas fragilizaram a situação de milhões de trabalhadores, aposentados e jovens, desconstruindo avanços sociais, que foram alcançados a duras penas. E o pior é que não geraram um emprego sequer, conforme argumentavam. Os pobres ficaram mais pobres e a concentração de renda aumentou.

Recentemente, a MP 905, do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, caducou e foi arquivada graças à unidade e à força dos movimentos sindical e social e da sociedade. Se ela fosse à sanção da presidência da República, com certeza, o país estaria legalizando o trabalho escravo e sepultando direitos legais, como férias e 13º, entre outros.

Mas é preciso muita atenção. Eles pretendem mandar outra medida provisória com o mesmo teor ou até mais radical. E isso nós não vamos aceitar de jeito nenhum. E ainda estamos de olho nas MPs 927 e 936. Necessitamos, neste momento, é de medidas de inclusão social e de equilíbrio nas relações do mundo do trabalho.

Com a pandemia do Coronavírus, o país se viu embretado em uma precária estrutura de saúde e de manutenção e geração de empregos e renda. Com a participação dos movimentos sindical e social, apresentamos várias propostas e emendas para resolver esses problemas, como a suspensão dos empréstimos consignados, a ampliação do seguro-desemprego até o final do ano e a obrigatoriedade de EPIs.

Apresentamos também medidas para garantir a sobrevivência das micro e pequenas empresas, que geram 60% dos empregos e representam 25% do PIB nacional.

Por isso que a Solidariedade e os esforços de todos, neste momento, são importantíssimos. É isso que faz a diferença. E aqui eu falo dos mais de 4 mil empresários do Movimento Não Demita, que se comprometeram a preservar mais de 2 milhões de empregos.

Não é exagero algum dizer que as perspectivas para o país são aterrorizantes. Especialistas já falam em mais de 20 milhões de desempregados, que irão se somar aos 40 milhões de trabalhadores informais e aos 50 milhões de pobres. A comunidade negra e os povos indígenas, por serem os mais vulneráveis, serão os mais atingidos. Conforme a Central Única das Favelas (Cufa), existem 13,6 milhões de pessoas nessas comunidades. É obvio que a miséria e a fome irão aumentar. Temos que pensar na taxaçoão das grandes fortunas, na flexibilizaçoão da EC 95, para investir principalmente no SUS, no SUAS, nos CRAS e na geraçoão de empregos e renda.

O que importa é a saúde e a felicidade das pessoas. E, para buscá-las, não precisamos perder a nossa essência e nem o nosso jeito de andejar. Neste 1º maio, não temos nada a comemorar, mas temos sim a certeza – e ela faz povoado em nossos coraçõess –, de que é preciso buscar os nossos sonhos, que não estão perdidos, mas apenas esperando o nosso grito de indignaçãoo.

Os Omahas são um povo indígena das planícies norte-americanas, ligados aos Sioux. Assim como eles, somos persistentes e lutamos por dignidade, mesmo que queiram calar as nossas vozes. Pensamos e desafiamos o presente e o futuro. “Ceux qui marchent contra le vent”. Somos como eles, “Os que andam contra o vento”.

Jornal do Brasil. 1º de maio.

13 de maio: um país em débito com sua própria história

O jornalista Juremir Machado da Silva nos brindou, em 2017, com uma obra que eu considero um clássico da nossa história: “Raízes do conservadorismo brasileiro — A abolição na imprensa e no imaginário popular”, da Editora Civilização Brasileira. Baseado em análises de discursos políticos e jornalísticos, ele identifica o contexto da assinatura da Lei Áurea, ocorrida em 13 de maio de 1888.

Passados 132 anos, ele lança a seguinte afirmativa: há um espectro que ainda ronda a nossa sociedade. “A dívida com os descendentes de escravos ainda não foi paga. O preconceito (mal) dissimulado tenta evitar esse acerto de contas. Um universalismo abstrato é usado como chicote contra os que falam de situações concretas. Mas é questão de tempo. A história não para de exumar cadáveres. Não há mais trégua para a infâmia”.

O povo negro de hoje continua largado à própria sorte e banido dos capítulos da cidadania e da inclusão social. Continua vivendo em cativeiro. São homens e mulheres sem emprego e renda, sem moradia digna, sem escolas, sem atendimento adequado de saúde. São vítimas da fome, da miséria, da pobreza, sem o mínimo de dignidade humana. As poucas políticas públicas que ainda existem estão sendo aniquiladas ou jogadas para debaixo do tapete, como o sistema de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial.

O Brasil é um oceano de desequilíbrio social e econômico. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), faz cinco

anos que a desigualdade e a concentração de renda aumentam. A metade mais pobre viu sua renda diminuir 17,1%; a classe média, que ocupa 40% do restante da população, teve perdas de 4,16%; e os 10% mais ricos viram sua renda crescer 2,55%. Levando em conta o 1% dos mais ricos, o aumento é ainda maior e o número chega a 10,11%.

E se a desigualdade, as injustiças e a violência aumentam em nosso país, elas também têm cor, nome e sobrenome: é preta. A população brasileira é composta, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 53% de pretos e pardos. Entre os 10% da população mais pobres do país, 76% são negros. Entre o 1% mais rico, apenas 17,4% são negros. São mais de 70 milhões que vivem na pobreza e na extrema pobreza.

Essa comunidade é a mais atingida pela violência: um homem negro tem oito vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um homem branco, segundo estudos realizados a partir de dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Conforme o Mapa da Violência (2016), enquanto o número de homicídios de pessoas brancas por armas de fogo caiu 26,1% entre 2003 e 2014, o de pessoas negras aumentou 46,9%.

Outro dado chocante: o índice de analfabetismo para a população negra é de 11,8% — maior que a média de toda população brasileira (8,7%). Dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham, 62,9% são negros, ainda de acordo com o IBGE. Nessa mesma esteira, o instituto aponta que a maternidade precoce leva meninas a essa condição. Do total de meninas de 15 a 19 anos sem estudo e sem trabalho, 59,7% têm pelo menos um filho sendo que, destas, 69% são negras.

Não há espaço para os negros na mídia, nas diretorias de empresas, na política. Contamos nos dedos os re-

pórteres e apresentadores de televisão. A desigualdade está presente na distribuição de cargos gerenciais — somente 29,9% são exercidos por pessoas pretas ou pardas. Apenas 24,4% dos deputados federais, 28,9% dos deputados estaduais e 42,1% dos vereadores eleitos são negros. Quantos senadores negros existem?

Esses números sociais e econômicos são pequenos retratos dos horrores que é o nosso país. Lá atrás, existiam senzalas e chibatas. Hoje, não é nada diferente. Negam a cidadania e a vida continua, valendo nada. Desossam a carne desse povo que, um dia, segurou esse país pelo braço. Como eternizou Elza Soares: “A carne mais barata do mercado é a carne negra. Que vai de graça para o presídio. E para debaixo do plástico. E vai de graça para o subemprego. E para os hospitais psiquiátricos”.

Pesquisa do Ministério da Saúde aponta que a cada três mortos por Covid-19, a doença causada pelo novo Coronavírus, um é negro. É óbvio que isso está ligado à desigualdade social e ao vazio de esperança. Essa gente vive em comunidades carentes e nas periferias das grandes cidades, sem o mínimo de saneamento básico e vivendo em condições subumanas. Ora, nós sabemos que os governos ignoram esses locais e seus habitantes e não apresentam políticas públicas para levar bem-estar a eles.

Um levantamento da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade mostra que 67% dos brasileiros que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) são negros. Eles também são a maioria dos pacientes. São pessoas com diabetes, tuberculose, hipertensão e doenças renais crônicas. Todas essas doenças são agravantes da Covid-19. E aí eu pergunto: o governo está fazendo algo direcionado para essa população?

Entre as várias propostas que apresentamos para ajudar no combate à Covid-19, que abrange toda a sociedade brasileira, está o PL 2.179/2020, que obriga os órgãos e as instituições de saúde a promoverem o registro e o cadastramento de dados étnico-raciais, idade, gênero, condição de deficiência e localização dos pacientes atendidos pelo vírus. Já no PL 873 incluímos quilombolas e indígenas. Aliás, abro parêntese aqui. Segundo a Fundação Cultural Palmares e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o país tem 40 comunidades quilombolas certificadas e apenas quatro com titulação definitiva. Ou seja, o Estado brasileiro também ignora os direitos dessas comunidades. Neste momento de extrema tristeza para o país, temos que ter clareza e agir, única e exclusivamente com o objetivo de salvar vidas e restabelecer a paz social.

Devemos seguir adiante, sem baixar a cabeça, jamais negando a nossa origem, acreditando “na cor de minha pele, nos lanhos de minha alma, em meus heróis altivos”, como disse o poeta Oliveira Silveira; fazendo o bom combate para que o povo negro seja reconhecido pelos direitos da cidadania. Temos raiz, história, cultura, coragem, virtudes, palavras, verbo, cantos, sonhos. Somos Zumbi dos Palmares, somos Lanceiros Negros, somos Sepé Tiarajú. Somos gente, choramos, acreditamos no amor e que há luz para todos esses desencontros do país.

Nexo Jornal. 8 de maio.

Danem-se os pobres, os humilhados e os desesperançados

Palavras cruéis têm o poder do aço afiado. Podem ferir a alma, matar os sonhos e levar ao cárcere a própria condição humana como que em um exílio em primeira pessoa. “E daí?”. Danem-se os pobres, os humilhados e os desesperançados. Mas elas são incapazes de controlar os ventos e destruir a verdade incondicional, que faz as horas e os tempos acontecerem.

A pandemia da Covid-19 é a pior crise na saúde, no campo social e na área econômica que o mundo está vivendo desde a segunda grande guerra. Completamos agora os 75 anos da assinatura da rendição. Aliás, lembro aqui da obra “Kaputt” (do alemão: quebrado, acabado, destroçado), do italiano Curzio Malaparte, escrito em 1944 e que retrata as crueldades desse confronto.

Um oficial nazista diz a um menino que não foi ele quem inventou a guerra. E, então, propõe um desafio: escute, eu tenho um olho de vidro. É difícil distingui-lo do verdadeiro. Se você descobrir, deixo você ir. O menino não hesita: o olho esquerdo. O oficial fica espantado. Pergunta como conseguiu descobrir. O garoto explica: porque, dos dois, é o único que tem algo de humano.

Ainda não nos livramos da estupidez covarde, que faz com que os homens que detêm o poder tratem os seus semelhantes como meras mercadorias e números, colocando-os no centro de suas disputas ideológicas, fracassos gerenciais e discursos que pregam a intolerância, o ódio e a

violência. Somos, cada vez mais, governados por palavras cruéis e olhos desumanos.

Danem-se os que passam fome e os que sofrem de desnutrição. A ONU estima, segundo recente relatório, que o número de pessoas em situação grave de fome no mundo possa dobrar para 265 milhões até o final de 2020. Esse estudo não contabilizou os impactos sobre a segurança alimentar causado pela Covid-19. Estudo atualizado colocará esses números num patamar maior ainda.

Já a Oxfam alerta que a pandemia pode colocar mais de meio bilhão de pessoas na pobreza, caso os governos, o Banco Mundial, o FMI e o G-20 não atuem imediatamente para ajudar o emprego e a renda de setores inteiros de suas economias. A entidade estima que o número de pessoas que podem passar a ganhar menos de US\$ 5,5 por dia aumentaria dos atuais 3,38 bilhões de pessoas para 3,9 bilhões. A América Latina poderá ganhar 54 milhões a mais de pobres, passando dos atuais 162 milhões para 216 milhões.

O Brasil, o país do futuro, como um dia escreveu Stefan Zweig, poderá pagar caro pelo desprezo às medidas restritivas de proteção à saúde. Milhares já morreram e a tendência é aumentar ainda mais. Estamos em via de sermos o epicentro do mundo. Há uma nítida falta de iniciativa do governo para responder à altura e com seriedade e espírito humanitário a essa crise, que está abalando o país, destruindo vidas e famílias, empregos, renda e empresas. Somos um sério problema para toda a América Latina.

Estudo do Banco Mundial estima que o país poderá ter mais 5,4 milhões de pessoas na extrema pobreza, ainda em 2020. Pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia, ou quase 15 milhões de brasileiros, chegando a 7% da população, a maior taxa de miseráveis desde 2006. Já o PIB teria uma retração de 5%, o maior em 120 anos.

O país tem 50 milhões de pobres, 13,5 na extrema pobreza e 45 milhões trabalhando na informalidade, sem nenhum direito. Falam agora que, com a pandemia, poderemos ter 20 milhões de desempregados. Não será com R\$ 600, em três meses, que vamos, de fato, preencher as necessidades diárias da nossa gente. Sem contar o sério problema de saneamento básico que ainda não enfrentamos: 35 milhões de pessoas ainda não têm água tratada e 40% da população urbana não tem acesso à coleta de esgoto.

O Brasil não vai sair de toda essa crise se negar a conjugação de ideias sociais, humanistas e populares, resguardadas por uma concertação nacional que chame a todos para o diálogo e para a Solidariedade. A democracia dos nossos sonhos não combina com pobreza e miséria. Os trabalhadores e o meio produtivo sério esperam de todos nós essa compreensão. Precisamos de políticas públicas fortes em relação aos negócios, emprego e apoio à renda, para que a economia possa ser ativada e a população amparada.

Danem-se as palavras cruéis e mal ditas e os verbos mal conjugados. Danem-se os olhos desumanos. Busquemos oxigênio, mesmo na escuridão. A resistência se constrói no indivíduo e se concretiza no coletivo. O país que há dentro de todos nós, nos pobres, nos humilhados e nos desesperançados não é o mesmo país daqueles que querem sufocar o grito da nossa gente e levar ao exílio o canto de esperança em mil canções de amor e nas flores que estão por nascer. Pois é aí que está o fogo ardente, a chama que brilha entre as montanhas e a nossa razão de viver.

Sul 21. 15 de maio

Democracia, Constituição e Direitos Humanos

Os norte-americanos têm a tradição de sempre recorrerem à história quando a ordem política está em perigo, assinala Timothy Snyder, em “Sobre a tirania”. Ela não se repete, mas ensina e adverte.

Todo e qualquer discurso extremista, seja qual for a sua vertente, tem o seu propósito. Sabemos onde ele principia, em que circunstância se estabelece e em qual destino quer chegar.

A democracia brasileira vem, a cada ano, forjando o seu amadurecimento e comprometimento com o país e com os seus cidadãos.

Foi por meio dela que tivemos grandes avanços consagrados na Constituição. Ampliamos as liberdades civis e os direitos e as garantias individuais. Consagramos cláusulas transformadoras com o objetivo de alterar relações econômicas, políticas e sociais.

A nossa Cidadã abriu canais de participação para as pessoas. Fortaleceu leis e direitos para que elas tivessem uma vida digna. Garantiu a liberdade de imprensa, a manifestação do pensamento e a livre expressão da atividade intelectual, artística, de comunicação e científica.

Mesmo assim, muita gente e muitos grupos sentem-se incomodados com a democracia e a Constituição. Eles as utilizam apenas para chegar ao poder e, após, de forma vil e autoritária, fazem coro ao fechamento do Congresso Nacional e do STF.

O Legislativo, neste momento de pandemia, vem fazendo a sua parte. Várias propostas foram aprovadas para resguardar a vida das pessoas, os empregos e a renda. O problema é que o governo não faz a sua. Inclusive vetou a extensão do auxílio emergencial de R\$ 600 a várias categorias de trabalhadores, de forma discriminatória e injusta.

Tenta ele esconder o seu próprio fracasso político e de gerenciamento da crise do país. E isso fica ainda mais claro quando, em três meses de pandemia, o país teve três ministros da saúde. Afronta a sociedade ao priorizar as disputas ideológicas e eleitorais, os interesses pessoais, as agressões aos jornalistas e aos profissionais da saúde. A prioridade deve ser o bem-estar e a felicidade de todos os brasileiros.

Quando se ataca a democracia e a Constituição, se fere os Direitos Humanos. E, ao combater a pandemia com ineficiência, desleixo e menosprezo se desrespeita os direitos humanos e a vida, se mata presentes e futuras gerações.

Vejam o caso de indígenas que estão morrendo na Amazônia por Covid-19: em 15 dias, o número de mortes aumentou em 800%. Houve a tentativa de aprovar a MP da grilagem, prejudicando de forma irresponsável e criminosa as comunidades tradicionais.

Imaginem quando esse vírus adentrar de forma massiva nas periferias e comunidades carentes que não possuem o mínimo de saneamento básico? E o que dizer da falta de transparência e de omissão de informações por parte dos órgãos oficiais no sistema carcerário?

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos aprovou norma externando “a necessidade de os países da região adotarem um enfoque de direitos humanos em todas as estratégias, medidas ou políticas oficiais relacionadas à pandemia”.

Os governos devem prever e atenuar os impactos negativos sobre os direitos das pessoas atingidas, em especial os mais vulneráveis, invisíveis, pobres, miseráveis.

Se a história nos adverte dos males das tiranias, nada mais oportuno e necessário do que seguir os seus ensinamentos e defender, intransigentemente, a democracia, a Constituição e os Direitos Humanos.

Zero Hora e Jornal GGN. 21 de maio.

As consequências de não agir podem ser trágicas

O tempo presente nos incita à ação coletiva em defesa da vida e do bem-estar da população. As consequências de não agir podem ser trágicas. Como diz o filósofo e psicanalista Slavoj Žižek: “o amanhã que é futuro do ontem pode já ser hoje”.

Cada vez mais, o país se isola do mundo e levanta muralhas de dentro para fora, atizando discórdias e intolerâncias. Há uma crise sanitária, social, econômica e política sem precedentes na história brasileira.

Não podemos deixar que a omissão bata a nossa porta. No silêncio, encontram-se não só os segredos da verdade, mas também o amparo dos covardes e infelizes. Há de se agir, urgentemente, com a mais profunda inspiração humanitária, democrática e de respeito aos direitos humanos.

Milhares já morreram devido à pandemia da Covid-19. Ainda pagaremos um alto preço pelas fanfarrices e despotismo de quem governa o país ao estilo dos césares de Roma. Infelizmente, outros conterrâneos nossos terão suas vidas ceifadas. A Organização Mundial da Saúde já aponta a América do Sul como o novo epicentro do planeta, destacando o Brasil como país mais preocupante.

Especialistas e institutos de pesquisa admitem que o desemprego, a pobreza, a miséria e a fome irão atingir patamares nunca vistos antes. Onde vamos parar? Urge não só a necessidade de planejamento a médio e longo prazo, mas também para o agora.

A fome não espera o Sol nascer. Para o jornalista Martín Caparros, “não há nada mais frequente, mais constante, mais presente em nossas vidas do que fome — e, ao mesmo tempo, para a maioria de nós, nada mais distante do que a fome verdadeira”.

Duas questões são necessárias trazermos para a pauta do Congresso e do Poder Executivo, neste agora, pois milhões de brasileiros estão sofrendo e passando necessidade. Eles estão no limite da dignidade humana. Falo da ampliação do seguro-desemprego e do auxílio emergencial.

Os poderes constituídos não podem errar ou mesmo se omitir frente a todas essas tristezas, desesperanças e des-caminhos que o Brasil está enfrentando

O seguro-desemprego foi criado em 1986 e incorporado pela Constituição de 1988, que consagrou o direito à proteção social do trabalhador em situação de desemprego involuntário. O objetivo é garantir uma renda mínima temporária ao desempregado para que ele possa manter-se dignamente enquanto procura um novo emprego.

Em seguida, tivemos que regulamentar esse artigo da nossa Carta Magna. Havia duas propostas com o mesmo teor. Uma deste que assina este artigo e a outra do então deputado federal e hoje senador José Serra. Uma terceira também sobre o mesmo tema: a do ex-deputado federal Jorge Uequet. Chegamos a um consenso com as três propostas. A de José Serra encabeçou, e prevaleceu um texto com mais abrangência, que contemplou um número maior de trabalhadores.

A importância desse benefício é extraordinária. Não só pelo que ele já fez para milhões de brasileiros, mas também por aquilo que ele ainda poderá fazer. A pandemia é uma realidade tão cruel que todo o nosso povo está amargurando os seus efeitos. Falam em quase 20 milhões de desempregados.

O PL 1.449/2020, de nossa autoria, tem por objetivo criar uma nova modalidade extraordinária de seguro-de-

semprego, que poderá ser paga a quem tenha tido pelo menos três meses de registro em carteira nos últimos 12 meses, por período de três meses além do que a lei hoje assegura ou até que a calamidade pública seja superada.

Além de beneficiar milhões de trabalhadores, também abrange os microempreendedores individuais que estão pedindo socorro e, em muitos casos, tendo que encerrar suas atividades. Essa proposta ajusta o valor a ser pago para até R\$ 2.870,00, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Somente nos primeiros 15 dias de maio, os pedidos de seguro-desemprego cresceram 76% em relação ao mesmo período do ano passado. Desde o início da pandemia, cerca de 1,5 milhão de brasileiros precisaram do socorro desse benefício.

A segunda questão é com o auxílio emergencial. Hoje, a lei garante três meses de R\$ 600,00. No nosso entendimento, esse tempo é muito pouco e insuficiente para assegurar a segurança alimentar dos trabalhadores e seus familiares. O PL 2.419/2020, também de nossa autoria, amplia o prazo de recebimento desse benefício enquanto durar toda essa crise. Vale registrar que, recentemente, pesquisa nacional do DataSenado mostrou que 91% dos entrevistados concordam com a nossa proposta.

Até o momento 106,3 milhões de pessoas estão cadastradas para receber o auxílio emergencial. Dessas, 59 milhões são elegíveis. O restante ou foi considerado inelegível, inconclusivo ou o cadastro está em análise. Infelizmente, a liberação do auxílio está muito demorada. Mesmo com toda a ênfase e necessidade desse auxílio, ele ainda é pouco e precisa ser estendido a outras categorias.

O governo vetou emendas ao PL 873/2020, que estende a outras categorias o auxílio emergencial e incorpora mais de 10 milhões de trabalhadores ao benefício. Entre eles estão os agricultores familiares, os profissionais da cul-

tura, taxistas, motoristas de aplicativos, ambulantes, diaristas, garçons, manicures, quilombolas, caminhoneiros.

Vejam a questão dos trabalhadores da agricultura familiar. Essa atividade envolve aproximadamente 4,4 milhões de famílias e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo, segundo o Ministério da Agricultura. Esses homens e mulheres produzem mais de 70% da comida que chega à mesa do brasileiro.

Já os profissionais da cultura também estão em situação de necessidade, muitos até passando fome. A maioria é autônoma e está sem trabalho e renda. Não podemos desprezar a cultura e os seus trabalhadores. O setor gera 1 milhão de empregos diretos e movimenta mais de R\$10 bilhões na economia. Isso representa 2,64% do PIB.

É necessário que o seguro-desemprego e o auxílio emergencial sejam ampliados até que toda essa crise passe. Da mesma forma que se coloque em prática a Lei 10.835/2004, de autoria do ex-senador Eduardo Suplicy, que institui a Renda Básica de Cidadania. Os poderes constituídos não podem errar ou mesmo se omitir frente a todas essas tristezas, desesperanças e descaminhos que o Brasil está enfrentando.

Inadmissível que ainda nos falte consciência e sensibilidade para entendermos que as ideologias e as disputas políticas devem dar lugar à união de esforços para salvar vidas. O nosso horizonte é o Brasil generoso, conciliador e plural que todos nós outros aprendemos a amar.

Jornal Nexa. 30 de maio.

Gritos de socorro no espelho das aguadas

A insensatez do atual governo e suas políticas de confronto, de ameaças e ataques à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente e o descaso no combate à Covid-19 têm levado o país à total desmoralização internacional. A cada dia, somos deixados de lado e excluídos dos grandes debates e discussões.

Recentemente, a ONU chamou um grupo de 50 países para debater justiça social e questões climáticas na pós-pandemia. Ficamos de fora. A OMS realizou um encontro com os principais presidentes do mundo para criar uma nova aliança internacional de combate à Covid-19, por meio de um fundo de R\$ 45 bilhões. O Brasil não foi convidado.

A embriaguez do poder e a espada ideológica têm sido fatores decisivos nesta junção de indecências, misérias e ambiguidades de governança. O próprio ministro do Meio Ambiente deixa claro a sua postura antiambiental e o desejo de mudanças na legislação para beneficiar grandes grupos econômicos, madeireiros, garimpeiros.

Foram anos de avanços e de conSolição da legislação. Agora, estamos assistindo toda uma desconstrução da política ambiental brasileira. O país não suporta mais esse cenário de degradação das suas florestas, de seus mananciais e de desrespeito que vivem nesse ambiente.

Somente no ano de 2019, foram identificadas 26 violações nessa área feitas pelo atual governo. Entre elas, destacam-se a desestruturação do IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a flexibilização e redução das multas por crimes ambientais.

O país abriu mão do Fundo Amazônia. Vários projetos de combate ao desmatamento de conservação, produção e geração de emprego e renda estão parados. Poderíamos ter recebido da Alemanha e Noruega em 2019 mais de R\$ 1 bilhão. Entre os anos 2009 e 2018, 103 projetos foram beneficiados.

O INPE aponta que, no ano passado, houve um aumento de 83% das queimadas em relação a 2018, com 72.843 focos de incêndios. Em efeito dominó, as chamas se alastram pela Amazônia. Estudos mais avançados explicitam a grandiosidade do problema. Satélites detectam a destruição.

Segundo o Greenpeace, com os dados do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER), entre agosto de 2019 e março, de 2020, na Amazônia, foram identificados 5.260 km² com alertas, quase o dobro do que foi registrado no mesmo período entre 2018 e 2019 (98% de crescimento).

Desmatamentos equivalem hoje no país ao tamanho de cidades inteiras como Porto Alegre e Maceió. Os estados do Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia lideram o *ranking* com avanço sobre terras indígenas e quilombolas, assentamentos da reforma agrária e unidades de conservação.

“Desmatamento, grilagem e assassinato de indígenas também estão aumentando”, disse o cacique Awapy Uru-Eu-Wau-Wau à Deutsche Welle da Alemanha. O Projeto de

Lei 2633/2020 é a “coroação de todas as ações ilícitas” de desmatamento que vêm ocorrendo na Amazônia.

Na Mata Atlântica, a situação não é diferente. Entre os anos 2018 e 2019, o desmatamento atingiu 27%, segundo estudo da Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o INPE. 14.502 hectares foram desmatados. Apenas 12,4% da área original da floresta ainda sobrevive, ou seja, 15,3 milhões de hectares.

Não podemos silenciar aos sons e estrondos de uma árvore que é derrubada e nem as queimadas que sufocam o ar e matam o canto dos pássaros. Quando as águas são contaminadas e as sementes não mais brotam, eis que o vento para de soprar e o que antes era vida e azul do céu se torna a mais insignificante das existências.

Como esquecer a dor dos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho e tantos outros que se perderam no tempo esfumado dos anos? Vidas foram levadas e famílias destruídas, sonhos e quimeras acorrentados, flora e fauna agredidas, animais mortos, vertentes poluídas pela ganância dos homens.

Insistir na instalação de mineradoras junto às bacias hidrográficas e proximidades de centros urbanos é insistir no erro, na ignorância, na estupidez e no desprezo à vida e à eternidade. Estaríamos assim escrevendo e prevendo desastres e prejuízos socioambientais e econômicos incalculáveis... Triste ironia.

Há Gritos de socorro cruzando o país inteiro e refletindo no espelho das aguadas. Ficaremos omissos? Aceitaremos pacificamente o caos ambiental? A sociedade precisa tomar consciência dessa situação alarmante que está destruindo o nosso verde e as nossas águas para agir com força e de maneira decisiva, conjugando todos os esforços para o seu enfrentamento.

O país tem que estar à altura desse desafio, buscando garantir políticas públicas eficazes de preservação, proteção e fiscalização que possibilitem o desenvolvimento sustentável com soberania. Temos que olhar para todos os biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. Meio ambiente é questão de Estado.

Quando penso em um Brasil exercendo a democracia plena, a Constituição sendo respeitada... Um país mais humano, Solidário e fraterno, que priorize a inclusão social, direitos e oportunidades iguais para todos e todas, eu penso na revolução pacífica de Tiago de Melo, o poeta da floresta.

“Volto armado de amor para trabalhar cantando na construção da manhã. Reparto a minha esperança e planto a clara certeza da vida nova que vem. Aprendi que na verdade o que importa, antes que a vida apodreça, é trabalhar na mudança do que é preciso mudar. Cada um na sua vez, cada qual no seu lugar”.

Sul 21. 4 de junho.

Sobre violência e racismo

Vamos partir da seguinte premissa: o Estado existe para servir aos cidadãos. Quando ele é ineficiente nas suas obrigações, omissivo na construção de políticas públicas de saúde, de saneamento básico, de educação, de segurança, de geração de emprego e renda e de proteção social, ele se torna um indutor de violência, de racismo e de toda forma de discriminação e preconceito.

A concepção de Estado, como temos hoje no Brasil, vem de mais de três séculos. O Poder sempre esteve nas mãos de poucos, sejam grupos econômicos, sejam ideológicos. Na Colônia foi assim, no Império e na República idem. Nascermos juntos aos senhores da Casa Grande e ainda continuamos vivendo sob o teto das senzalas.

Essa estrutura que estende a mão ao cidadão e abre os braços ao convívio diário contém adornos e revestimentos de opressão. As leis são colocadas em prática com a tinta e a pena de uns poucos e seus interesses particulares ou individuais; outros, na sua grande maioria, esperam as observâncias de tal ordenamento, o que não ocorre: pobre e negro vão sempre para a cadeia.

A violência e o racismo são explícitos, estruturais da sociedade, mesmo que o Estado queira esconder e faça o máximo para não enxergar, olhos vendados, como que, em uma alta abSolução. Mas eles estão aí, violência e racismo, no cotidiano, na miséria que se alastra pelo país, na falta de moradia descente, no caminhar do negro e do pobre que é

vigiado, na tortura que mata, nas favelas e periferias onde há repressão oficial.

As instituições estão nesse contexto. O mundo da política é um exemplo. A violência e o racismo se dão pelo silêncio do olhar e pela mão cumprimentando ao longe, pela inquisição de palavras. Só quem é discriminado e segregado sente, no suor que se desprende da pele, o significado dessa dor e humilhação. Elas também se dão nas escolas, nas universidades, no trânsito, no ônibus, no metrô, nos supermercados, nos hospitais, nas praças, nos bancos, nos clubes sociais.

As polícias militares são centenárias. Elas foram criadas em tempos de guerra e de demarcação das nossas fronteiras, período da escravidão, dos senhores donos de léguas de terras, nas chamadas revoluções e golpes, no enfrentamento político com a violência, em que tudo se resolvia abaixo da força. Essa estrutura militarizada nos acompanha até hoje. Temos que acabar com a cultura do “atira primeira e pergunta o nome depois”. O país precisa de uma polícia que saiba lidar com as pessoas, que tenha compromisso com o social, mais humanizada e cidadã. Luther King dizia que “temos aprendido a voar como os pássaros, a nadar como os peixes, mas não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos”.

Recentemente, tivemos a morte do menino João Pedro, de 14 anos. Está na nossa memória, ainda pedindo respostas, as vidas ceifadas dos jovens Kauan, Jenifer, Cilene, Ágatha, Kethelen, e tantos outros anônimos. O assassinato de Marielle até hoje não foi solucionado. Não podemos nos esquecer da morte brutal de um operário, pobre e negro, em Porto Alegre, em maio de 1987, portanto, há mais de 30 anos, na saída de um supermercado. Esses casos não podem ser tratados como questões meramente naturais e

de páginas policiais, como sempre a sociedade encaminha e faz de tudo para que a própria sociedade acredite. Não, eles não são.

A historiadora Ynaê dos Santos tem a opinião de que o racismo brasileiro tem uma dimensão institucional mais difícil de ser alcançada. “É um Estado que se fundamenta no trabalho escravo. Pensa sua existência a partir do mito de fundação das três raças, ‘harmonia’ recuperada quase um século depois pelo mito da democracia racial. Esse processo esconde a violência da miscigenação contra negras, indígenas e mestiças”.

Nós não conseguimos aprender com as nossas próprias feridas, nossas chagas abertas não são suficientes para que possamos olhar para a nossa realidade e nos manifestar.

Precisamos de que o mundo lá fora nos paute para debatermos abertamente a questão do racismo. O debate tem que ser permanente, pacífico, inclusivo, educador, orientador, libertador. Não suportamos mais essa cultura e estrutura do Estado de violência, de racismo e de impunidade. Há grillhões a serem rompidos e há feridas expostas que ainda não cicatrizaram.

Fizemos várias tentativas para diminuir a discriminação e avançarmos na questão racial por meio das políticas públicas em governos anteriores: políticas afirmativas e de inclusão, cotas, Programa Universidade para Todos (PROUNI), Estatuto da Igualdade Racial e Social, entre outras. Mas tudo é ainda muito embrionário. Acreditamos que toda a sociedade precisa se envolver e a educação precisa ter esse olhar sobre a diversidade que existe em nosso país.

Quando defendemos a democracia, temos que falar do racismo, da discriminação, da violência; quando defendemos a Constituição, temos que lembrar o genocídio indígena e negro; quando defendemos a paz e a Solidariedade

de, temos que levantar memoriais aos jovens que, todos os dias, são vítimas de balas perdidas.

A violência e o racismo são decisórios na atuação das instituições e até mesmo como uma maneira de manter as desigualdades sociais e a alta concentração de renda do país, o que têm matado sonhos de presentes e futuras gerações. Por isso, a nossa missão é enorme: reeducar o Estado para agir com olhos humanos, Solidários e amorosos.

As manifestações pacíficas cumprem um papel fundamental, pois elas dão visibilidade à questão e vemos a juventude se mobilizando e exigindo seus direitos e uma vida com dignidade. Essa mesma juventude que já vimos nas Diretas Já, na Constituinte e em outros momentos importantes é que está fazendo a diferença. É ela que poderá pressionar o Estado para que políticas públicas sociais e de inclusão sejam levadas a todos os brasileiros.

Com as manifestações, surge uma luz no fim do túnel. Elas não vão resolver o problema, não sejamos ingênuos, mas poderão abrir uma porta que, até hoje, se mantém fechada. Temos que esperar e lutar sempre. Correr contra o vento, levantar nossas bandeiras aos céus e buscar a afirmação do que acreditamos.

Brasil 247. 12 de junho.

O grito calado que há em nós

Nunca imaginaríamos que um abraço ou um aperto de mão seriam gestos civilizatórios dos mais difíceis de acontecer. Essa crise toda está nos fazendo pensar e refletir: que mundo nós queremos? Será que o chão que pisamos, até agora, é suficiente para fazer com que entendamos que a nossa sobrevivência é dependente do comportamento carinhoso, Solidário e fraterno do ser humano?

A saúde é o principal bem que temos; ela é tudo: princípio, meio e fim. Sem saúde não há vida, não há trabalho, sonhos, esperança e amor. Quando a gente adocece ou quando alguém de que gostamos tanto e que guardamos “do lado esquerdo do peito” vai embora e deixa saudade, o que nos resta? A lembrança? As palavras que ficaram no meio do caminho? O arrependimento de não ter acompanhado o pôr do Sol com olhos de criança?

O adoecimento é uma flecha que nos atinge para dizer que somos frágeis. Mas, com o tempo, fomos compreendendo, pesquisando e descobrindo novos conhecimentos para prevenção e tratamentos eficientes de doenças. A ciência nos faz enxergar que é possível evoluir sem descaracterizar o humano que há em nós. Há de se buscar sempre o equilíbrio para assegurar o avanço e o respeito dentro de um contexto de indiferenças.

Este tempo atual é atribulado, mas jamais podemos negá-lo. A pandemia da Covid-19 veio para nos alertar que como as coisas estão no mundo elas não podem ficar. Há

imensos problemas que a humanidade ainda não soube resolver. Ou de uma maneira mais efusiva e questionadora: ela sabe os seus problemas, mas a questão é não resolvê-los por simples coerência ideológica e domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos. A eterna desfaçatez dos governos e grupos econômicos.

Milhares estão morrendo com essa pandemia. O mundo se curva, atônito, a cenas vistas somente em guerras, catástrofes, atentados terroristas e fome coletiva. Uma triste realidade. Há governos que estão sabendo enfrentá-la, mas há governos que se perderam nas suas próprias insignificâncias e perversidades, fazendo parte daquele seletivo grupo de homens que não dignificam a sua própria existência e história.

Nós queremos que as pessoas se curem, estejam vivas para serem felizes e possam olhar os seus entes e amados e dizer um “bom dia!”, um “como está?”, “posso lhe ajudar?” ou simplesmente “te amo!”. As injustiças não deveriam existir. Mas elas estão aí para serem combatidas, por meio da resistência das nossas consciências e atitudes. Além de termos uma das maiores concentrações de renda do mundo e entre os mais altos índices de desigualdade social e econômica, sofremos ainda com a inépcia do governo no combate à Covid-19. Esse é o nosso Brasil!!!

Não é só uma gripezinha, como afirmou o presidente da República. Não. Ela está matando muita gente. As imagens que todos os dias nos chegam mostram claramente o nível de situação e desleixo com que o país e a população estão sendo submetidos. As valas abertas, o choro e as lágrimas de anônimos, pais, mães, filhos não saem das nossas cabeças. Há falta de equipamento de proteção individual e logística adequada aos profissionais da saúde; médicos e enfermeiros perdendo a vida. Cada dia aumentam os casos

de pessoas contaminadas. Não há planejamento coordenado e unificado com municípios, estados e governo federal. Num dia, abre-se o comércio, no outro, fecha-se; o auxílio emergencial não chega.

Estamos aquém de testes necessários para diagnosticar a Covid-19. O professor Daniel Lahr, do Instituto de Biociência da USP (Universidade de São Paulo), afirmou em entrevista ao *G1*, que “o Brasil está testando brutalmente menos do que deveria. Na melhor das hipóteses, 20 vezes menos do que é considerado adequado. É tão pouco que a amostra pode ser basicamente ignorada”. Nós estamos errando até no básico do processo de combate à pandemia. Não sabemos qual a nossa verdadeira realidade. A qual lugar esse cenário vai nos levar? O Congresso também tem que discutir essa questão. Onde vamos parar?

Segundo o site Our Word in Data, no Brasil, a média até a primeira semana de junho foi de 2,28 pessoas testadas a cada 100 mil habitantes. Nos Estados Unidos, são 61,59 para cada 100 mil; na Itália, 69,25; em Portugal, 85,81; no Chile, 35,97. A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que quanto mais casos o país registra, mais testes deve fazer. O Brasil realiza 1,1 teste de Covid-19 para cada caso confirmado da doença. Ou seja, algo está errado e muito errado.

O professor Alessandro Farias, coordenador da frente de diagnósticos da força-tarefa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também alerta e reforça a importância dos testes. Observe o que ele disse ao *G1*: “Eles são a base para você reabrir os serviços. O melhor exemplo é a Alemanha: começaram a reabertura, monitorando a taxa de transmissão. Faziam mais de 500 mil testes por dia. Quando notaram que a contaminação estava aumentando

de novo, voltaram atrás e fecharam novamente os estabelecimentos”.

Esses três parágrafos acima resumem, no meu entendimento, a total incompetência, ignorância e descaso governamental para lidar com uma crise de uma envergadura como a que o país está presenciando hoje. Isso está, inclusive, nos causando sérios problemas internacionais. Há países, como, por exemplo, Portugal, que já está pensando em barrar a entrada de brasileiros, seguindo os critérios de controle epidemiológico da União Europeia. Quer dizer, o Brasil, com sua política pífia de combate à Covid-19, está se autoisolando.

Que futuro nos espera? As incertezas do amanhã já são sonoras no presente e saem das gargantas da nossa brasilidade e das cores vivas de um povo que ainda acredita que, para ter dignidade, é preciso que o direito de ser feliz seja para todos. O que nós temos para dizer a milhões de jovens, que estão aí pelo país afora perseverando? Sim, pois se temos que acreditar em alguém, que seja nos jovens. Eles estão entendendo que é preciso uma nova estética do bom combate e que gritos seletivos já não servem mais.

Disse a um jovem: somos aquilo que acreditamos ser. Isso ninguém nos tira, é da alma humana e navega em harmonia com nossas inquietudes na ritual evolução do individual ao coletivo. É essa intensidade de vida e sentimentos que buscamos nesse canto sufocado pela liberdade, que se expressa em “O grito”, pintura clássica de 1893, do norueguês Edvard Munch. Não há som... Há um silêncio e um grito calado em nós que separa as verdades das mentiras.

Nexo Jornal. 20 de junho.

A morte do negro Camilo

Mataram-no por volta de 1979 ou 80, não se sabe ao certo. Era um jovem de 16 anos, estudante, entregador de marmitta e que vivia com seus pais e irmãos em alguma comunidade carente do nosso país. Cenário esse que poderia ser no Rio, em São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte. Não perguntaram o seu nome e muito menos pediram identificação. A primeira bala atingiu o ombro esquerdo e a segunda o coração. Os joelhos foram ao Solo. Um vermelho rubro inundou as rachaduras daquela estradinha que dava para um pontão. Mataram o Camilo!!! Mataram o Camilo!!! Mataram o Camilo!!!

A notícia logo se espalhou. Todos naquela comunidade, até o outro lado do morro onde o horizonte descansa os olhos, ficaram sabendo rapidamente do acontecido. Quando seu João e dona Maria chegaram, o corpo estava estendido e coberto por um pano qualquer. Ainda ouvia-se pelas ruelas o somido de ossos quebrando, o estalar da chibata no couro humano, a voz rouca pedindo misericórdia, misericórdia, nada mais que misericórdia e uma dor silenciosa no peito desses pais. Mataram o Camilo! Mataram seus infinitos! Glorificaram a indecência deste país sem justiça.

Camilo é um personagem fictício. Mas a sua história é real. Ela acontece todos os dias, desde que o tempo começou a demarcar as horas e os minutos. Matam-se assim no Brasil há décadas e séculos. Basta ser pobre e negro para não ter garantidos os direitos, a amargar a sua existência

como se fosse um cativo ao ar livre, onde as asas pouco importam quando não se tem o céu para abraçar. Neste país de muitas reticências e idolatrias nas esquinas, matam-se jovens, discriminam as mulheres, enterram-se os miseráveis, humildes e esquecidos, estupram-se a razão e a vida.

A narrativa oficial que nos impuseram do sistema de segurança brasileiro sempre ocultou a verdade. Nunca há mortes de inocentes. Os que morrem são sempre os criminosos e os assassinos. “Eles resistiram à abordagem, não houve escolha, tivemos que reagir. Temos testemunhas”. Essa legitimação jurídica e racista chamada de auto de resistência foi instituída durante o regime de exceção. Naquela época de autoritarismo ferrenho e movimentação nos porões dos palácios, o povo vivia sufocado, na escuridão, sem liberdade e democracia.

Explica o desembargador aposentado, Sergio Verani, em artigo publicado em janeiro deste ano, que o auto de resistência “surge em 1969, com a Ordem de Serviço N, nº 803, da Superintendência da Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara – depois ampliada pela Portaria E, nº 30, de 6 de dezembro de 1974, do Secretário de Segurança Pública – que “dispensa a lavratura do auto de prisão em flagrante ou a instauração de inquérito policial”. E determina a aplicação do art.292, do Código de Processo Penal, que prevê a lavratura do “auto de resistência” na hipótese específica de resistência à ordem legal de prisão.

O auto de resistência “é a inversão radical da realidade”. Não há indiciamento do agente de segurança que cometeu crime. Ele não pode ser considerado vítima e tão pouco “mocinho” nessa história. Ou seja, o que temos é uma farsa montada em nome da lei. E o pior de tudo isso é que essa marca do regime de exceção e de opressão ainda sobrevive nos dias de hoje, atingindo os Direitos Humanos,

em pleno Estado Democrático de Direito e com a vigência de uma Constituição que é considerada uma das mais avançadas do mundo.

Matam com a destreza de homens do abatedouro, com o fio afiado em pedra úmida. Imagens que nos chegam pelas redes sociais e noticiários da imprensa alertam que algo está muito errado. O assassinato de jovens, principalmente de negros, é algo que está deixando a todos nós aterrorizados. Vidas estão sendo tiradas do convívio dos pais, familiares, amigos, colegas. Ainda estamos chocados com o assassinato de João Pedro, de 14 anos, no Rio de Janeiro e de Guilherme, de 15 anos, na periferia de São Paulo.

A CPI do Senado sobre assassinato de jovens negros, que foi finalizada em 2016, mostrou, já naquela época, que mais de 23 mil jovens negros de 15 a 29 anos são assassinados no Brasil, por ano. São 63 por dia. Um a cada 23 minutos. Conforme o Atlas da Violência de 2019, 75,5% das vítimas de assassinato em 2017 eram negras. Houve uma piora da situação em relação a 2016: aumento de 4%. Negros e pobres são as principais vítimas. Somente em São Paulo, mortes provocadas por ações da polícia subiram 53% em abril em comparação ao mesmo período do ano passado. Foram 119 casos, ou seja, um a cada seis horas.

Em 2017, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o PLS 239/2016, que altera o Código de Processo Penal, suprimindo do artigo 292 o chamado “auto de resistência”. Esse projeto é fruto da CPI sobre assassinato de jovens negros. Pelo projeto, havendo feridos ou mortos no confronto com as forças de segurança, será instaurado inquérito. A proposta está pronta para ser votada no Plenário. A iniciativa assegura, entre outras medidas, a eficaz realização de perícia por meio da preservação dos meios de prova, conservação e exame de vestígios, instaurando

procedimentos relevantes para o sucesso da investigação criminal.

Creio que as polícias militares deveriam inverter a lógica de atuação e se programarem para uma nova etapa e um novo tempo, baseado num processo educativo e democrático, com olhar mais humano e de respeito às diversidades e às diferenças. Esse é o grande salto que o país precisa dar: virar essa página infeliz e escrever outros melhores dias. A vida humana deve ser prioridade; jamais, a barbárie. Sabemos que os maus exemplos sempre acabam contaminando o todo, e os números estão aí, não nos deixam mentir. Quando uma vida é levada, todos nós perdemos um pouco da nossa própria vida.

Acabar com o chamado auto de resistência é dar um enorme passo no combate à impunidade, à violência, à discriminação e ao racismo. É dizer não ao genocídio de jovens negros e pobres. É resistir, fazer a boa luta, combater o bom combate, avançar na conquista dos Direitos Humanos e sociais. Não há tempo a perder... O país não pode mais ignorar as dores das ruas e dos morros. A democracia só se efetivará quando os grilhões forem rompidos e quando a sociedade desvendar os olhos e ouvir o canto e lamento do jovem negro Camilo para se encontrar com sua própria história.

Jornal do Brasil. 26 de junho.

Mulher: desigualdade, preconceito, violência

Ainda carecemos muito de debate aprofundado sobre os preconceitos, as discriminações e a violência contra a mulher. A realidade é bem maior e dolorida do que imaginamos. Ela se esconde, de forma sorrateira, nos cinismos, hipocrisias e dissimulações com que vamos talhando a existência do país. Só as vítimas é que sabem o seu real significado.

Quando a sociedade se refere à mulher, é em relação ao corpo e à sexualidade, à natureza feminina, à maternidade, à procriação. E preconceituosamente esquece de todo o seu potencial. Diz um enunciado acadêmico que as mulheres não são “desqualificadas”, jamais são “qualificadas”.

“Ser mulher no Brasil equivale a viver num estado de guerra civil permanente”. Essa frase da professora da UnB e doutora em Antropologia e ex-secretária-executiva da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Lourdes Bandeira, expõe as mazelas, os horrores e o descaso de uma sociedade que, historicamente, não aceita conviver com as diversidades e as diferenças do seu povo.

Essa mesma sociedade, desumana e desigual, ainda continua absorvendo os ensinamentos da casa grande e da senzala, reagindo de forma brutal a todo questionamento e contraponto social e de gênero. Reage com o assédio sexual, o estupro, o feminicídio, a violência física, psicológica

e moral, com salários menores, dupla jornada de trabalho, rebaixamentos, piadas.

O Atlas da Violência 2019 aponta que os homicídios femininos, entre 2007 e 2017, aumentaram 20,7%. Cerca de 40% ocorreram dentro de casa. A mulher negra foi a mais atingida: aumento de 60%. Das quase cinco mil mulheres assassinadas no ano de 2017, 53,8% foram mortas com armas de fogo e 26,8% com objetos cortantes. A violência contra a mulher é questão de política pública.

O mercado de trabalho é extremamente injusto e desigual. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), referente ao quarto trimestre do ano 2018, o desemprego foi de 11,6%, mas com diferenças entre homens (10,1%) e mulheres (13,5%). Segundo a organização civil Oxfam Brasil, em 2018, as mulheres receberam 70% dos rendimentos dos homens.

O país precisa ir além das homenagens do dia 8 de março e assegurar a efetiva paridade de gêneros com medidas concretas contra a discriminação. O direito à igualdade salarial já está na Constituição e ainda aguarda regulamentação. Nesse sentido, quero lembrar que já foi aprovado na Câmara e está pronto para ser votado no Plenário do Senado o PLC 130/11, de autoria do ex-deputado Marçal Filho. Sou o relator e o meu parecer é favorável. A proposta sendo aprovada vai à sanção da Presidência da República.

Há toda uma estrutura cultural enraizada e um forte preconceito nutrido no mundo do trabalho que atravança qualquer possibilidade de avanços, ocupações de espaços profissionais e de empoderamento feminino. Há muito medo daqueles que se opõem a essa situação. Para esses, a mulher ainda tem que ficar em casa, cuidar da família e das atividades do lar.

A pandemia da Covid-19 está trazendo à tona e mostrando com mais nitidez e clareza todo esse cenário de preconceito, discriminação, exclusão, omissão e, por que não dizer, de escravidão moderna “concebida” pelo Estado e pela sociedade.

Elas fazem dupla ou tripla jornada. Trabalham fora, cuidam dos filhos, limpam a casa, acordam o Sol. E como estão mais expostas aos altos e baixos psicológicos dos maridos ou companheiros, devido ao isolamento social, à tensão diária, são alvos de violência. Segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, somente no mês de abril, o aumento ficou em torno de 28%. Muitas também vivem sozinhas com seus filhos e têm a responsabilidade de toda a renda familiar.

O desemprego também atinge bem mais as mulheres neste período de pandemia. Segundo a PNAD, a taxa de desemprego entre as mulheres foi de 14,5%, enquanto 10,2% dos homens estão sem ocupação. Há 38 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza; dessas, pelo menos 27,2 milhões são mulheres. Como se observa, a situação é bem mais grave entre as mulheres. Precisamos de políticas específicas.

As mulheres são fundamentais no combate à Covid-19. Elas estão na linha de frente, atuando dia e noite, são médicas, fisioterapeutas, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, socorristas, voluntárias da comunidade e prestadoras de cuidados. São mães, filhas, esposas, conselheiras. Elas estão mais expostas a serem contagiadas pelo vírus, com agravante de, em muitos casos, não terem sequer equipamento de proteção individual, os chamados EPIs. Até o momento, conforme o Observatório da Enfermagem, foram 22.510 casos de profissionais contaminados, sendo 84% mulheres e 227 foram a óbito, sendo 66,08% mulheres.

A ONU Mulheres aponta algumas medidas a serem adotadas pelos países nestes tempos de crise. Entre elas está a compensação direta para trabalhadoras informais, incluindo trabalhadoras da saúde, trabalhadoras domésticas, migrantes e dos setores mais afetados pela pandemia, para que seja possível manter a geração de emprego e de renda e os meios de subsistência das mulheres mais afetadas.

Para alcançarmos a plenitude de uma nação Solidária, fraterna e igualitária, com respeito às diversidades e às diferenças e nos transformarmos em um país com desenvolvimento sustentável, que tenha por objetivo o progresso humano e afetivo, é preciso que a mulher tenha destaque não somente na formação e concepção, mas também na atuação do Estado.

Despeço-me com as palavras de reflexão e de resistência da escritora mineira Conceição Evaristo. “Eles combinaram de nos matar. E nós combinamos de não morrer”. Creio que o caminho a seguir é por aí: do diálogo, do equilíbrio e da perseverança, sendo “libertárias”, pois o tempo não é mais tão somente de dizer basta, chega, mas de cuidar uns dos outros e estender as mãos ao presente e ao futuro.

Jornal do Brasil. 3 de julho.

Quando as folhas do outono continuam caindo

O Estatuto da Pessoa com Deficiência — Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 — completou cinco anos de existência no dia 6 de julho. É um dos mais importantes instrumentos de emancipação civil e social dessa parcela da sociedade, que consolidou as leis existentes e avançou nos princípios da cidadania.

Ele nasceu e foi legitimado por pessoas com deficiência, nos encontros, nas trocas de experiências, nos anseios e sonhos de muitas vidas, nas reflexões, no diálogo com pais e mães, filhos, irmãos, familiares e amigos que, lá atrás, se entrelaçaram na busca do mesmo horizonte, como assim faz “o vento que vai para o sul, e faz seu giro para o norte”.

Foi uma longa jornada construída por muitos e que está se fortalecendo e aprofundando suas raízes no despertar de cada dia, em projetos de vida que hoje não são mais esquecidos pela diversidade da própria história.

O Estatuto possui 127 artigos que dizem respeito à saúde, à educação, ao trabalho, à habilitação e reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, entre outros. Indica também penalização para quem o descumprir. E aqui abro parêntese para informar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são mais de 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência em algum grau.

Alguns pontos em destaque: atendimento prioritário em situação de socorro; disponibilização de pontos de pa-

rada, estações e terminais acessíveis de transporte de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque. As frotas de empresas de táxis devem reservar 10% de veículos acessíveis, sem cobrança de tarifa adicional.

Há outros pontos também: reserva de 3% das unidades habitacionais que utilizarem recursos públicos; estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo com disponibilidade de linhas de crédito; oferta de ensino em libras e braille no sistema público, com espaços arquitetônicos acessíveis; espaços culturais e esportivos que devem atender às normas de acessibilidade universal.

A questão que vou colocar aqui é a seguinte: passados cinco anos da sanção presidencial, o Estatuto está sendo colocado em prática? O Estado e os governos o respeitam? Toda lei social existe para ser a vanguarda dos avanços da qualidade de vida das pessoas. A sociedade brasileira tem que se empoderar efetivamente desse instrumento.

Nesses cinco anos, o Estatuto tem pautado as discussões sobre o tema deficiência, modificando, por exemplo, o Código Civil ao criar o conceito da tomada de decisão apoiada. Segundo esse dispositivo, a pessoa que tiver dificuldade para exprimir sua vontade poderá fazê-la com auxílio de outra pessoa de sua confiança.

Além disso, o Estatuto tem feito surgir novas leis, como a 13.409/2016, que trata de cotas para o ingresso no ensino superior. Ainda precisamos avançar na regulamentação de vários artigos do Estatuto. E aí vem o chamamento à toda a sociedade e aos movimentos sociais: força política e pressão democrática junto aos poderes de decisão.

Nestes tempos de pandemia, o Estatuto se mostra ainda mais necessário. O artigo 10 dessa lei considera a pessoa com deficiência especialmente vulnerável em caso de risco, emergência ou calamidade pública, sendo dever do Estado

garantir sua proteção. Ou seja, onde o isolamento e o distanciamento são as palavras de ordem, garantir a proteção da pessoa com deficiência significa principalmente subsidiar os recursos para sua sobrevivência, quando essa não pode ser garantida por seus familiares. Outra ação importante é a promoção do trabalho remoto, garantindo a acessibilidade dos meios de comunicação e recursos de informação.

Importante destacar nesse contexto atual que o isolamento recomendado pelas autoridades da área dificulta a reabilitação e tratamento de saúde aos quais as pessoas com deficiência precisam se submeter. Além disso, a necessidade do apoio de outros para a sua locomoção ou atividade da vida diária coloca as pessoas com deficiência em maior risco. Também não podemos esquecer que essas pessoas podem possuir comorbidades, o que as coloca no grupo de risco para a Covid-19.

Segundo o secretário geral da ONU, António Gutierrez, as pessoas com deficiência somam cerca de 1 bilhão em todo o mundo. Entre quem está abaixo da linha da pobreza, 20% são pessoas com deficiência. Para ele, a desigualdade se intensifica nesses tempos de pandemia. As diferenças existentes na distribuição de renda e no acesso à educação e à cultura se agravam nos dias atuais. Ele ainda afirma que uma resposta à pandemia não pode deixar de fora as pessoas com deficiência. Por isso destaco, mais uma vez, aqui, o artigo 10 do Estatuto.

O governo federal e os governos estaduais e os municipais precisam dar maior atenção aos impactos da pandemia na vida das pessoas com deficiência. Não podem se omitir diante de uma situação que também atinge essas pessoas.

É preciso ressaltar as muitas conquistas do Estatuto, mas os desafios ainda são enormes. A inclusão social

com cidadania e a acessibilidade universal vêm sendo conquistadas, mas precisamos avançar ainda mais. Sabemos que este projeto de sociedade não é somente para as pessoas que convivem hoje com a deficiência, pois queramos ou não, o tempo se encarregará para que todos e todas tenham essa ou aquela deficiência. A acessibilidade universal humaniza e por isso precisa estar nas ruas, no sistema de transporte, no sistema de ensino, na cultura, no trabalho, na comunicação e na informação. O Estatuto provoca a inclusão do Estado e da sociedade para com esse segmento.

O pensador Theodore Zeldin, na obra “Uma história íntima da humanidade”, diz que “vida alguma pode ser considerada plenamente vivida se não tiver se beneficiado de todos os encontros de que é capaz. Hoje, a esperança se sustenta, acima de tudo, pela perspectiva do encontro com novas pessoas”.

E sobre isso eu lembro que, naquele dia 6 de julho de 2015, início de inverno, as folhas do outono ainda continuavam caindo. Talvez um sinal de que esse desejo de felicidade que reside na alma de cada um de nós, por si só, move montanhas e aproxima corações. A nossa gente vem se encontrando consigo mesma por meio do reconhecimento político das diferenças culturais, sociais e individuais. Isso é o belo da vida.

Precisamos evoluir e não mais apenas deixar pegadas do amadurecimento da nossa existência. É como sempre digo: do individual se chega ao todo, ao coletivo, e assim seguimos adiante, acreditando na vida, pois ela nos ensina que, quando tudo parece dar errado, sempre haverá um Sol nascente.

Quero lembrar aqui de amigos e amigas que também fazem parte deste momento: Flávio Arns, Mara Gabrilli, Ro-

mário Faria, Celso Russomano, Maria do Rosário, Humberto Lippo (*in memoriam*), o Conade e o Movimento Nacional das Pessoas com Deficiência. A todos vocês meu eterno abraço, com a justeza e a certeza que o caminho a seguir é o de perceber o ser humano em sua força e fragilidade, numa nova forma de compreender que a diversidade não separa ninguém, mas junta e une a todos e a todas, num sentimento de pertencimento e amor.

Nexo Jornal. 11 de julho.

Educação: um ato de amor e de coragem.

Priorizar a educação, em todo o seu universo, é antever o desenvolvimento econômico, social e cultural e o respeito aos direitos humanos e às diversidades na sua plenitude. Percebe-se o grau de compreensão, de responsabilidade nacional e de engajamento dos governos de acordo com o tratamento que é dado a essa questão.

Ela está assegurada na Constituição Cidadã, no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O impacto que ela proporciona na vida do país e das pessoas é enorme: no combate à pobreza e à miséria, na reversão das desigualdades sociais e da concentração de renda, na promoção da saúde e do emprego, na diminuição da violência. É fator decisivo na conscientização da preservação do meio ambiente e no fortalecimento da democracia.

A educação precisa ser inclusiva, questionadora e libertadora, democrática, permitindo que as crianças, os jovens e os adultos compreendam o mundo e a condição humana em todos os seus aspectos. Paulo Freire dizia que “a educação é um ato de amor, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Governar não se resume a sanear as contas públicas fazendo acenos para o mercado e o setor financeiro. Governar é pensar e planejar o presente e o futuro, independentemente de quem esteja no poder e governando o país. É entender que educação é a pedra angular que alinha os ângulos dispersos e dá consistência no combate a todas as crises. Educação é elemento essencial de uma nação.

Em 2020, completamos seis anos da Lei 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Um recente balanço da Campanha Nacional pelo Direito à Educação identificou que nenhuma das 20 metas foram cumpridas na sua integralidade e apenas quatro tiveram o status de parcialmente cumpridas.

Isso significa que o país abandonou a ampliação do atendimento a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação profissionalizante, o ensino de jovens e adultos (EJA), o ensino superior e a pós-graduação, a alfabetização, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática, o financiamento a qualidade educacional.

Conforme estudo do Portal de Olho nos Planos, a educação integral perdeu, nos anos de 2014 a 2019, cerca de 10 mil escolas e quase um milhão e meio de matrículas com jornada em tempo integral, de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais. Já as matrículas do EJA, na forma integrada à educação profissional, teve redução no percentual de 2,8% para 1,6% entre os anos de 2014 e 2019.

Além do viés ideológico, que faz com que, presumivelmente, governos se achem maiores que o Estado e a falta de compromisso dos próprios governos em colocar em prática o PNE, temos também outro impedimento e que precisa ser colocado abaixo. A Emenda Constitucional

95, do Teto dos Gastos, instituída em 2016, com validade por 20 anos, tem reduzido drasticamente os investimentos públicos em educação, saúde, assistência social, ciência e tecnologia, segurança alimentar, entre outros.

No ano passado, o orçamento federal teve cortes de bilhões na educação. E mais uma vez eu insisto: não podemos tratar a educação com a perspectiva de custo; temos que olhar com a visão de investimento, de conhecimento e de inclusão. O país aplica, em cada aluno da educação básica, por exemplo, menos da metade da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

E se não podemos olhar a educação com a perspectiva de custos, então, temos que valorizar também os professores, não só na remuneração como também em condições de aprimoramento profissional. Aliás, por muitos anos, não havia sequer a garantia de um piso nacional. Mas ele foi instituído pela Lei 11.738, de 16 de julho de 2008. Que se faça valer essa lei em todos os estados.

Vejam a questão da pandemia da Covid-19. Ela tem evidenciado as desigualdades na educação. Quase 5 milhões de jovens entre 9 e 17 anos não têm acesso à internet em casa, dados da Unicef. Eles correspondem a 17% de todos os brasileiros nessa faixa etária. São pobres. A grande maioria não tem sequer um computador ou smartphone. Portanto, não estão tendo aulas online e nem algum tipo de aprendizagem. Já aqueles que têm acesso à internet, a conexão é precária. Nesse sentido, apresentei o PL 3.462/2020, que prevê auxílio-conexão para pessoas de baixa renda.

Há uma pesquisa – Juventudes e a pandemia – realizada pela Conjuve, Unesco, Fundação Roberto Marinho e outras entidades, que aponta que 28% dos jovens, entre 15

e 29 anos, pensam em não voltar à escola quando acabar o isolamento social e metade cogita desistir do Enem.

Já os alunos de universidades privadas estão abandonando os estudos. Levantamento do Semesp, sindicato desse setor, mostra que, entre abril e maio de 2019, mais de 265 mil estudantes desistiram dos estudos. Se não bastasse, professores dessas instituições estão sendo demitidos. Somente no estado de São Paulo, foram mais de 800.

Evasão escolar é um problema seríssimo. Recente pesquisa do IBGE, com base no PNAD 2019, mostrou que mais da metade dos adultos com 25 anos ou mais no Brasil não concluiu o ensino médio. Ou seja, 69,5 milhões de brasileiros (51,2%) não têm essa etapa do ensino concluído. A pesquisa identificou que entre os brancos 57% terminaram o ensino básico e entre os negros e pardos 41%. No Nordeste, três em cada cinco adultos não completaram o ensino básico (60% da população).

Após um bom tempo sem ministro e vários embargos junto à opinião pública e nas redes sociais, o Ministério da Educação, finalmente, tem um titular. E os desafios são enormes, entre eles a aplicação do ENEM, resolver o problema da evasão escolar e pensar a educação brasileira no pós-pandemia.

O governo federal e o Congresso precisam priorizar a aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Esse fundo foi criado em 2006 e o seu prazo de validade termina agora em dezembro de 2020. Ele beneficia 40 milhões de estudantes e representa 63% dos investimentos em educação básica pública no país. É responsável pelo atendimento escolar em mais de 70% dos municípios brasileiros. Somente em 2018, foram injetados cerca de 150 bilhões de reais. Por uma questão de

necessidade e de estratégia, o Fundeb precisa ser permanente e seus recursos aumentados.

Há alguns anos, entre as inundações de notícias de violência e mortes em escolas, da não valorização dos professores e prédios caindo aos pedaços, alguém me disse que “a melhor arma para salvar o cidadão e o país é a educação”. Por isso, eu creio que o melhor salto que o país pode dar é o da educação e, evidentemente, isso significa mudar todo esse cenário de descaso e de constrangimento que está aí.

A educação precisa ser tratada globalmente, como política de Estado, e não isolada e apequenada como alguns querem. Se o Brasil continuar pensando pelos estreitos e somente em suas disputas de poder, entre as entradas ideológicas e já desbotadas, com políticas mesquinhas em roupas novas, com toda a certeza, continuará sendo um país que escreve sua história à margem da sua própria grandeza.

Jornal do Brasil. 16 de julho.

Agricultura Familiar: o Brasil quer mais, o Brasil pode mais

A mistura de terra e mãos semeia o ventre que faz nascer a vida e ensina que o pão que dela nasce deve ser dividido em grandes atos de amor e de humanidade na fluidez constante dos rios da alma e das coisas simples que o coração fala.

Deixamo-nos levar pelos horizontes do Brasil interiorano, seus ensinamentos e cores que brotam do chão e pelo suor de homens e mulheres que acordam o Sol e fazem das flores estrelas do céu e do trabalho sagrado olhares de mil esperanças.

A Agricultura Familiar tem força e tenacidade, uma capacidade incrível e uma perspectiva grandiosa para alimentar o nosso país inteiro, para erradicar a fome, a pobreza e a miséria, levando sonhos e conjunções de felicidade àqueles que mais precisam.

Investir nesse setor da economia é acreditar na geração de emprego e renda; no desenvolvimento sustentável, no respeito ao meio ambiente, à biodiversidade e ao ecossistema; na segurança alimentar, no combate ao êxodo rural e no crescimento do país em sua essência e realidade.

Atualmente, a Agricultura Familiar emprega cerca de dez milhões de trabalhadores, segundo o IBGE. Envolve mais de quatro milhões de famílias. É responsável pela economia de 90% dos municípios com até vinte mil habi-

tantes; 40% da população economicamente ativa depende dessa prática.

Ainda, segundo o IBGE, ela ocupa 23% do território nacional e 77% dos estabelecimentos; 70% dos agricultores possuem de um a 50 hectares de terra e 70% da alimentação que vai para a mesa do brasileiro é produzida por esse setor.

A importância da sua produção está assim representada: 70% do feijão; 34% do arroz; 87% da mandioca; 46% do milho; 38% do café; 21% do trigo; 60% do leite; 59% do rebanho suíno; 30% dos bovinos; entre outros, como os produtos hortifrutigranjeiros.

A Agricultura Familiar tem um faturamento anual de US\$ 55 bilhões verificados pelos censos agropecuários, conforme a Embrapa. Portanto, é um setor da economia brasileira que merece ser olhado com mais carinho. Os governos precisam ter iniciativas que viabilizem a garantia do que hoje se tem e a própria expansão do setor.

Os desafios são enormes. Muito já se fez, mas temos totais condições de fazer muito mais, por meio de boas práticas e políticas públicas e de Estado que envolvam a cadeia produtiva, como uma roda, em que a sociedade seja agregada, beneficiando a todos.

Precisamos pensar como manter o jovem no campo e como melhorar a qualidade de vida e o trabalho, juntamente com mulheres, idosos e aposentados. Temos que ficar atentos à masculinização do campo e ao envelhecimento da população, situação que preocupa. A extensão rural tem papel fundamental em todo esse cenário. Lembro aqui do SENAR, da EMATER e da EMBRAPA, que fazem um belíssimo trabalho.

Os desafios não param: aumento da produtividade e a melhoria nos resultados; disponibilização de novas tecnologias; melhor distribuição de terras com reforma agrária, conservação e novas estradas para escoamento, energia elétrica e internet; cooperativas mais abrangentes, chegando onde o agricultor familiar está e dando respostas às suas necessidades.

Todas as condições que se tem hoje, disponibilizadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal precisam, de uma forma estratégica, ser acrescidas e melhoradas. Ou seja, temos que pensar em mais alternativas, mais crédito, seguros de produção, incentivos à comercialização e ao custeio. O Pronaf precisa disponibilizar mais dinheiro.

Agora, nesta pandemia, a Agricultura Familiar é um dos setores mais atingidos e que mais vem sofrendo. Além disso, como exemplo de que esse setor precisar ser olhado com mais carinho, pois há outros tantos problemas que o envolvem, como as intempéries climáticas, cito aqui o nosso Rio Grande do Sul, que teve que enfrentar ainda uma fortíssima estiagem. Mais de 400 municípios entraram em estado de emergência. Houve uma drástica redução na produção de leite.

O Congresso Nacional precisa aprovar, imediatamente, o PL 735/2020, que traz um conjunto de medidas emergenciais para socorrer esse setor atingido pela pandemia. Aqui a minha reverência aos movimentos dos agricultores familiares, sindical e social, que, com muito diálogo e argumentação, estão agindo na articulação da aprovação desse projeto.

Creio que o desenvolvimento sustentável e o crescimento do Brasil, a redução das desigualdades sociais e da concentração de renda, a geração de emprego e renda que tanto buscamos, passam pelo fortalecimento da Agricultura

Familiar e pelo respeito aos homens e mulheres agricultores, trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Mas entendo também que essa não é apenas uma questão do Brasil: a Agricultura Familiar é um debate planetário, uma visão de mundo que unifica a Solidariedade entre os povos e está ligada diretamente à sobrevivência da humanidade, pois é por meio dela que mais de 50% dos alimentos são produzidos no mundo.

Jornal do Brasil. 24 de julho.

Dez anos do Estatuto da Igualdade Racial

A Lei Federal 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, surgiu a partir de uma viagem que fizemos à África do Sul em 1989. O grupo era composto por mim, Benedita da Silva, Edimilson Valentin, Domingos Leonelli, Carlos Alberto Caó e João Herman. Éramos jovens deputados, ainda em primeiro mandato. Fomos até lá exigir a libertação de Nelson Mandela.

A esposa de Mandela, Winnie, nos apresentou a Carta da Liberdade do Povo Sul-Africano contra o Apartheid, aprovada em Soweto, em 1955. O documento que tínhamos em mãos trazia esperança e novos tempos para a África e para o mundo: igualdade de direitos para brancos e negros, vida digna, trabalho justo, distribuição de renda.

Tínhamos que enfrentar o debate do racismo e das discriminações no Brasil. Conversamos com o Movimento Negro e com a sociedade. Coube a mim apresentar o projeto de lei do Estatuto da Igualdade Racial. Foram duas décadas de muitas negociações e amadurecimento. Eis que, em 20 de julho de 2010, o Estatuto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa lei é a mais completa norma jurídica para a promoção da igualdade racial. É um conjunto de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias, que garante direito à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos. O texto prevê acesso à terra e à mora-

dia adequada; o direito ao trabalho e aos meios de comunicação, entre outras.

O Estatuto da Igualdade Racial é búSola orientadora para diversas políticas de promoção da Igualdade Racial, como:

– A previsão “Do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, com o fortalecimento das políticas da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir);

– O fortalecimento da Fundação Cultural Palmares é prevista fomentada na seção que trata “Da Cultura”;

– O apoio à área educacional é garantido na seção que trata “Da Educação”, com a previsão para a lei de cotas nas universidades (Lei 12.711/2012);

– O reforço também à implantação da Lei 10.639/03, que prevê o ensino da história e cultura africanas em todos os níveis de ensino, medida que, até os dias de hoje, ainda é muito tímida.

– A previsão, no capítulo “Do Trabalho”, para a lei de cotas no serviço público federal (Lei 12.990/2014); e para a aprovação da lei complementar das domésticas (Lei 150 de 2015), que beneficiou muitas trabalhadoras negras.

– A perspectiva no capítulo “Do Financiamento das Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial” para a PEC 33 de 2016, que cria o Fundo Nacional de Combate ao Racismo.

– A criação das ouvidorias permanentes e do acesso à Justiça e à segurança, cujo trabalho veio aquecer uma das comissões temporárias mais importantes do Congresso, a CPI do Assassinato de Jovens Negros, com a senadora Lídice da Mata (presidente), eu (vice-presidente) e o senador

Lindbergh Farias (relator); a CPI apresentou o PLS 239 de 2016, que trata do fim dos autos de resistência.

Posteriormente, alinhado com o capítulo “Do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, apresentamos o PL 3462/2020, que cria o Auxílio-Conexão para assegurar o acesso dos estudantes integrantes de famílias de baixa renda à educação a distância. Também fundamentado nesse capítulo, elaboramos o PL 3.434/2020, que obriga a reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação.

De igual modo, foi o capítulo primeiro do Estatuto, “Do Direito à Saúde”, que nos impulsionou a apresentar recentemente o PL 2.179/2020, que combate as subnotificações. O projeto determina aos órgãos integrantes do SUS que registrem dados relativos a marcadores etnicorraciais, idade, gênero, condição de deficiência e localização dos pacientes por eles atendidos em decorrência de infecção pela Covid-19.

E ainda por meio do Estatuto da Igualdade Racial, apresentamos o PLS 214/2010, que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária, no valor de um salário mínimo, destinada a alunos carentes matriculados nas universidades.

Colocar em prática o Estatuto da Igualdade Racial é fazer o bom combate para mudar a perversa realidade que atinge a população negra brasileira. Enquanto houver racismo, não haverá democracia. Vida longa ao Movimento Negro Brasileiro.

Correio Braziliense. 1º de agosto.

A importância de políticas públicas para idosos e aposentados

Triste de uma sociedade que não olha os seus idosos e os seus aposentados com respeito, carinho e ternura. Dói-me a alma ao ver a fraqueza dos tempos na imensidão do descaso. Mas é somente este mesmo tempo que tem a capacidade de colorir os anos e as angústias, de rejuvenescer o sentido das coisas.

Tempo que diz é o que faz, é o tempo que fomos ontem, o que somos hoje e o que seremos amanhã, pois de tempos somos todos, como já afirmava Eduardo Galeano: “Somos teus pés e suas bocas. Os pés do tempo caminham em nossos pés”, como testemunhas de uma condição que pertence a todos.

Cedo ou tarde, todos nós teremos um aquietado an-dejar, “perdoando o vento”, cúmplice da vida e com uma força espiritual incrivelmente de luz e de esperança. Poderemos não mais voar como o falcão, mas as velhas rugas ainda permanecerão como uma sábia geografia com sua presença e caminhos.

Quando pensamos nos idosos e aposentados e estabelecemos políticas públicas e de Estado para eles, também estamos agindo no sentido concreto de garantir bem-estar às crianças, aos jovens e aos adolescentes. O Papa Francisco afirmou que “sem os idosos não há futuro”. Idoso, hoje; ontem, o despertar da vida.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, números de 2018. Projeção indica que, em 2040, um quarto da população brasileira será de idosos.

Pensemos na garantia de direitos, na qualidade de vida, na saúde, no trabalho, na assistência social, em uma aposentadoria decente, no transporte, na habitação, na cultura, no lazer. O Estatuto do Idoso, Lei Federal 10.741 de 2003, é um marco histórico na segurança do envelhecimento justo e digno.

Tratar bem os nossos queridos “velhos” é dar-lhes proteção e dignidade. É uma questão da mais alta relevância humana com um altíssimo nível de civilização de um país. O Estatuto do Idoso diz “alto lá” ao determinar práticas e garantias saudáveis no relacionamento da sociedade com essas pessoas.

São 118 artigos que, além de conter os direitos já citados aqui, também olham para garantias como alimentação, Previdência social, proteção jurídica, criminalização de maus tratos, percepção de salário mínimo para o idoso pobre que comprove não ter condições financeiras de manter-se, entre outros.

Uma vez, um senhor lá do interior do meu Rio Grande do Sul, estilo gaúcho provinciano, me relatou que os idosos também têm direito a sonhar, de seguir os passos largos dos avós, de reencontrar a teimosia da meninice, de pisar na areia e acarinhar o azul celeste do mar e do céu.

Os idosos não são pássaros cativos que só olham os horizontes dos relógios. Na palma da mão desses queridos “velhos”, há rosas dos ventos que ainda têm muito a nos ensinar e a nos guiar com suas estrelas mostrando o cami-

nho. Se os governos compreenderem essa condição humana, seremos um país muito melhor.

Hoje o Brasil possui cerca de 35 milhões de aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Setenta por cento deles (24,5 milhões) recebem um salário mínimo por mês. Quase 15% da população brasileira têm rendimentos de aposentadoria ou pensão. É a maior proporção da série histórica da pesquisa do IBGE.

Os aposentados também têm sido atingidos pela atual crise social e econômica — a pandemia da Covid-19 pegou a todos. A recessão é enorme; voltamos aos tempos da carestia. O custo de vida aumentou drasticamente e os benefícios previdenciários já não são suficientes para comprar produtos básicos: alimentação, remédios, roupas; para pagar luz, gás.

43% da população com mais de 60 anos são arrimos de família, sustentam filhos e netos; percentual que sobe para 53% no caso dos homens. Vejam a importância dos nossos aposentados e pensionistas no contexto familiar. Eles, que tanto fizeram pelo país, hoje pedem socorro.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado recebeu uma Sugestão Legislativa do advogado Sandro Gonçalves e do movimento dos aposentados para a criação do 14º salário para os aposentados e pensionistas do INSS. Ela obteve mais de 60 mil apoios pela internet, via o e-Cidadania. Eu relatei essa sugestão, mas, como a comissão não está votando, devido à pandemia, e, para acelerar o processo e a tramitação, entramos em acordo: eu apresentei o Projeto de Lei 3.657 de 2020, que está pronto para ser votado no Plenário do Senado.

O 14º salário, além de socorrer os aposentados e pensionistas, os que estão em grupo de risco, também será uma injeção de recursos na economia. Falo de cerca de

R\$42 bilhões, representando dinheiro novo no comércio das cidades, gerando imposto, fortalecendo empregos.

Instituir o 14º salário é uma questão humanitária, uma ação justa e viável, pois ajudará no amparo desses vulneráveis da sociedade. Toda renda extra é de extrema importância para a sobrevivência de todos. Eles que há anos sofrem com o descaso dos governos e com as gritantes perdas e defasagem salarial.

Há muito ainda por fazer. A proposta precisa ser aprovada pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados para, aí sim, ser sancionada pela Presidência da República. Por isso, eu entendo que a sociedade precisa se mobilizar, de norte a sul, no campo e na cidade, e pressionar o Congresso Nacional.

O Brasil tem um alto grau de responsabilidade e uma dívida enorme para com os seus idosos e aposentados. Temos que persistir na busca do efetivo reconhecimento social e da cidadania desses homens e mulheres que construíram este país, que transformaram o imperfeito em sublime ancoradouro.

A vida ensina que até as pedras mais duras não resistem à boa luta e às causas justas e verdadeiras... “Velho, meu querido velho, agora já caminha lento. Eu sou teu sangue meu velho, teu silêncio e o teu tempo”.

Nexo Jornal. 7 de agosto.

Desafios dos Direitos Humanos

Havia um tempo em que ouvíamos o “canto dos pássaros nas manhãs do Brasil”, simbolizando um novo momento e um horizonte cheio de esperança. Foi como que uma canção que tocou fundo na alma e na razão coletiva. Fez criar condições de vida digna e sonhos.

Ainda nos movemos pelo decreto de Thiago de Mello: “o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. O homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu”.

E por assim compreendermos e agirmos é que jamais perderemos a coragem de nos indignarmos, de fazermos a boa-luta com o aço da consciência contra os abusos, as covardias e as indecências com que milhões de brasileiros vêm sofrendo a cada dia.

Quando tratamos de Direitos Humanos, estamos falando de combate às injustiças e às discriminações; do respeito às diferenças e às diversidades; dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos; da igualdade de direitos entre homens e mulheres; do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Direitos Humanos é o viver por inteiro em condições salubres no país: saúde, educação, trabalho, renda, moradia, segurança, aposentadoria justa, salário mínimo decen-

te, terra para plantar e repartir o pão, convivência com a natureza.

A Constituição Cidadã de 1988 consagra o princípio da cidadania, da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade; direitos individuais, coletivos, difusos e de grupos.

Hannah Arendt dizia que compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito. Significa encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela, qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido.

Somos o país mais desigual do mundo, temos a maior concentração de renda do planeta; temos mais de 20 milhões de desempregados. Milhões de brasileiros passam fome todos os dias, gente que não possui sequer água potável para beber.

São mais de 50 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 12 milhões na extrema pobreza. Idosos pedem socorro; miseráveis sentem a dor do frio nas ruas e viadutos; mães choram, pois não têm alimento para dar aos seus filhos.

Matam na cidade e no campo, nas vilas, nas praças, no asfalto, nas periferias, nas favelas: pobres, mulheres, negros, quilombolas, indígenas, LGBTI+; sangram olhos em conflitos por terra; brasileiros de todas as idades morrem por falta de atendimento médico, por falta de um leito em hospital.

Que país é este em que uma mulher é morta a cada duas horas? Que uma menina com menos de 13 anos é estuprada a cada quatro horas? Que, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado? Somos quem mais mata por homofobia no mundo: uma morte a cada 19 horas.

Levantamento do Observatório do Terceiro Setor mostra que, no ano de 2019, mais de mil pessoas foram encontradas em condições análogas à escravidão no Brasil. O Ministério Público do Trabalho recebeu quase seis mil denúncias nos últimos anos. Mais de 60% das vítimas são mulheres e uma em cada quatro vítimas é criança.

A pandemia da Covid-19 já matou mais de cem mil pessoas no país e infectou mais de três milhões. Há nítido descaso e omissão governamental. Pobres e miseráveis são atingidos, negros, brancos, gente das periferias, populações indígenas e quilombolas. Faltam leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), respiradores, e, até mesmo, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais que estão na linha de frente e em atividades essenciais. O país erra ao não fazer testagem em massa.

O combate e as Soluções para as mazelas sociais e econômicas do nosso país – o racismo e as discriminações, a cultura falida dos órgãos de segurança pública, a pandemia da Covid-19, a própria desigualdade da representatividade política – passam, efetivamente, pela ótica e olhar sincronizado dos Direitos Humanos.

Sob essa luz, devem estar políticas de Estado e de Governo, decisões do Legislativo e do Judiciário. O país não suporta mais medidas instantâneas, desequilibradas, pendulares, sem metodologia social e humana, com uma estrutura teórica apontando para o norte e uma realidade apontando para o sul. Temos que conectar o Brasil invisível ao mundo real.

Não podemos mais tropeçar nas incoerências da história, nos erros e deslizes da intolerância, do ódio e da violência, nos abusos de um sistema político que exclui e amordaça psicologicamente a maioria dos brasileiros. Te-

mos que crescer humanamente e coletivamente, buscar a dignidade humana, a Solidariedade, a fraternidade.

Tenhamos como horizonte o retorno aos nossos ouvidos do “canto dos pássaros nas manhãs do Brasil” e todas as cores e nuances aos nossos olhos, pintando aquarelas como se fosse a primeira vez, fortalecendo a democracia, libertando os sentimentos reprimidos, buscando a justiça social, a verdade e os Direitos Humanos na sua plenitude.

Jornal do Brasil. 14 de agosto.

O Congresso, a pandemia e a população brasileira

O Congresso Nacional tem sido fundamental no combate à pandemia da Covid-19 e de toda a crise advinda dela. É autor de nove em cada dez medidas – 90% dos projetos que viraram lei são oriundos de deputados e senadores.

Entre eles estão o auxílio emergencial de R\$ 600, a Lei Aldir Blanc, a ajuda financeira de R\$ 60 bilhões aos estados e municípios e a ampliação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

A ampliação do Fundeb, assim como torná-lo permanente, também foi uma iniciativa do Congresso. Sem investir em educação não vamos a lugar nenhum.

Estamos pleiteando junto ao colégio de líderes a aprovação de outras medidas de extrema importância neste cenário, como o PL 2179, sobre marcadores sociais, que combate as subnotificações raciais, e o PL 3603, que obriga as empresas a assegurar a realização de testes e exames para detecção do Coronavírus.

É preciso ter consciência de que enfrentar o racismo estrutural faz parte do combate à pandemia. De cada dez mortos devido à Covid-19, sete são pretos e pardos.

Por mais que façamos tudo, ainda tudo será muito pouco para amenizar a dor e a saudade dos que se foram,

para acender uma luz aos milhões que sofrem pela contaminação.

O país errou quando não foi duro o suficiente com o isolamento social e o uso de máscaras, práticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), errou feio quando menosprezou a gravidade do problema.

Há anos falam que o Estado brasileiro é gigantesco e que impede o desenvolvimento do país. Agora vemos que ele é necessário.

Um exemplo é o SUS, que tem atendido milhões de brasileiros durante a pandemia. Em dois meses, quase 300 mil pessoas deixaram os planos privados de saúde, devido à crise, e migraram para esse sistema.

O seu atendimento é gratuito e universal, importantíssimo nas relações comunitárias. 140 milhões dependem dele – homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, principalmente os pobres, os miseráveis e os vulneráveis.

Mas é preciso investir mais na sua estrutura, expandir a sua área de ação, melhorar o atendimento e o gerenciamento, colocar mais profissionais.

A Emenda Constitucional 95, que entrou em vigor em 2017 e congelou os investimentos públicos por 20 anos, em várias áreas, tem causado um rombo no SUS. Somente em 2019, o prejuízo chegou a R\$ 20 bilhões.

O Conselho Nacional de Saúde estima que, nesses 20 anos de congelamento, o prejuízo será da ordem de R\$ 400 bilhões.

Há, necessariamente, uma reorientação de rota nacional a ser feita e um salto de qualidade a ser dado. A população tem que se aproximar mais das decisões do país.

O voto não pode ser mais um fim em si mesmo, precisa ir além. É uma questão de aprimoramento da democracia e das instituições públicas. Temos que criar novos conceitos, metodologias, estratégias e instrumentos de aproximação e participação popular.

A federação brasileira funciona em parte, há uma paralisia visível nas suas funções. Estamos há anos falando em rever o pacto federativo, o orçamento da União; fazer reformas como a tributária, a administrativa, a política, a partidária.

O nosso sistema de representação política é totalmente desigual. Devemos desmistificar que o Congresso é o corte da sociedade, o que não é verdade! É preciso equilíbrio no nível da representatividade. Onde estão os negros no Congresso? As mulheres? Os jovens?

Reorientar a rota também é fazer com que as ações do Congresso Nacional tenham mais transparência e interlocução com os cidadãos, em todos os sentidos e formas, proporcionando segurança, permitindo o monitoramento e a avaliação dos trabalhos de cada parlamentar. E aí entra o mundo digital. Agora, é preciso democratizá-lo, levá-lo a todos os cantos do país.

O equilíbrio entre a razão, a ciência, o progresso e o humanismo vai nos mostrar o caminho, ou pelo menos vai nos fazer pensar que as coisas como estão não podem ficar.

Se assim entendermos, isso vai nos abrir portas para a boa política e a participação popular. Isso vai nos levar ao despertar da cidadania: qualidade de vida, saúde, emprego e renda, novas relações do mundo do trabalho, segurança, igualdade de direitos, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, felicidade.

O físico italiano Paolo Giordano, na obra *No Contágio*, faz uma reflexão sobre a pandemia: que estamos todos numa mesma comunidade que abarca a totalidade dos seres humanos.

Ao citar o salmo 90 – “ensina-nos a contar nossos dias e alcançaremos um coração sábio” – ele diz que nestes tempos não fazemos nada além de contar, de contar os mortos, os internados, as manhãs sem escolas, nossas renúncias; de não permitir que todo esse sofrimento passe em vão.

Nexo Jornal. 21 de agosto.

Longo caminho para a igualdade

Em 1888, o jornal *A Gazeta de Notícias* assim estampou: “O dia 13 de maio não é só o maior dia da história, é maior do que toda a nossa história. Não há mais escravos; todos são livres; todos são iguais; todos têm aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permitirem”. Quanta ficção em poucas palavras. Triste, mas elas criaram raízes. Passados 132 anos, continuam vivas no racismo, no olhar que discrimina e destrói, nas sombras da vida que açoitam e matam pela cor da pele, no silêncio da sociedade. Mentiram e ainda continuam mentindo sobre a capacidade do povo negro.

Os recentes crimes contra negros nos Estados Unidos reacenderam o debate sobre o racismo e a violência policial. A população foi às ruas, em longos protestos, não só naquele país, mas também no mundo todo. A discussão ultrapassou fronteiras, adentrou os Parlamentos; está além da política, no esporte, no meio artístico, nas escolas. Passados 57 anos do discurso “I have a dream”, de Martin Luther King Jr., as suas palavras continuam vivas e necessárias: “Eu tenho um sonho de que meus quatro filhos pequenos viverão um dia numa nação onde eles não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter”.

Aqui, temos de lembrar que o Brasil foi o último país do continente a abolir a escravidão. Homens, mulheres, crianças e idosos foram largados, sem rumo, perdidos, sem nenhum direito garantido e assegurado. Querem que o negro continue no cativeiro. A escravidão se perpetua na falta de vida digna, na fome, na pobreza e na miséria, no

desemprego e na informalidade, no descaso com a saúde e a educação, na moradia precária, no ódio e na violência.

A população brasileira é composta de 56% de pretos e pardos, a grande maioria é pobre. Temos a segunda maior concentração de renda do mundo. Em 2018, segundo o último Atlas da Violência, 76% dos assassinatos no país foram de negros — 68% entre as mulheres assassinadas. De 2008 a 2018, as taxas de homicídio tiveram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%.

Dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham, 62,9% são negros. A educação é uma porta que se abre à cidadania, para que as pessoas façam a leitura do mundo como ele é; não o mundo que é “vendido”. Morrem no Brasil catorze pretos e pardos devido à Covid-19 para cada dez não negros. Ou seja, 40% a mais. Eles são os mais vulneráveis, a sua realidade é desprovida de assistência do Estado: saúde, água potável, saneamento básico.

Esse cenário de exclusão mostra que o país vive um descaso social e um distanciamento do processo civilizatório e dos direitos humanos, amargurando uma falsa democracia racial, um apartheid brasileiro. Os menores salários são reservados aos negros. Não há espaço nos cargos importantes das empresas, a não ser com raras exceções. A mesma situação acontece nas universidades, nas Forças Armadas, nos Três Poderes. Não é verdade que o Congresso representa o corte da sociedade. Apenas 24% dos deputados são negros. Quantos senadores negros existem?

Em 2016, não havia candidato preto ou pardo disputando a eleição para prefeito em 2 512 das 5 568 cidades. Houve apenas 32,83% de candidaturas. Em 2014, aponta o professor Irapuã Santana, 45,63% dos candidatos a deputado estadual eram negros. Para federal, o porcentual foi de 41,06%. Para o Senado, 30,81%; e para governador, 31,25%.

A quem interessa os negros fora da política?

Os grupos dominantes sabem que as mazelas do país só serão resolvidas por meio da política, das decisões macro e pontuais, pois as mudanças precisam ser profundas na estrutura social e na econômica. Precisamos de negros e negras no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores, nos Executivos federal, estadual e municipal.

O ensino da história dos negros é fundamental para a formação de lideranças jovens negras. A Lei 10.639, de 2003 (sobre a inclusão da cultura afro-brasileira e africana), só foi implantada em 25% das escolas públicas. A quem interessa que os estudantes recebam verdades prontas e conceitos acabados? Os jovens negros precisam se enxergar “em seus heróis ativos” e na sua história real, para também alcançar o pico da montanha, serem vitoriosos.

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288, de 2010) até hoje não foi colocado em prática. Ele é um instrumento de combate ao racismo, às discriminações e aos preconceitos. O artigo 2º diz que “é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação, especialmente nas atividades políticas”.

A sociedade brasileira sabe que o racismo é estrutural, vai da base ao topo; está banalizado nos gestos, nas ações, nas falas, no pensamento, no trabalho infantil, no assassinato de meninos e meninas. Mesmo assim se omite, só encena debates e discussões superficiais que não levam à solução do problema. No Congresso, temos dificuldades em aprovar medidas que combatam, efetivamente, o racismo.

O Tribunal Superior Eleitoral, em uma decisão histórica, aprovou a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, a partir de 2022, de forma proporcional ao total de candidatos negros que

a legenda apresentar na disputa. A Educafro e a deputada federal Benedita da Silva entraram com a consulta junto ao TSE. Além de subscrever essa ação, como presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, encaminhei ofício apoiando a justa medida. Os partidos deveriam se antecipar e aplicar a decisão já neste ano.

O sistema político, partidário e eleitoral no Brasil só é bom e conveniente para poucos, é ajustado aos interesses de uma minoria que detém o poder e muito cruel com aqueles que estão à margem dos direitos da cidadania. Esse mecanismo alimenta a desigualdade social e o racismo estrutural. É necessário que os negros e as negras alcancem a igualdade de oportunidades para serem eleitos.

O país está em débito com a sua história. Os grillhões precisam ser rompidos; os “lanhos da alma”, cicatrizados; as feridas expostas, fechadas pela Solidariedade e fraternidade, pelo respeito às diferenças e às diversidades. A democracia se fortalece com direitos e oportunidades iguais a brancos, negros, indígenas, homens e mulheres.

A primeira verdade que recebemos é a da infância, quando sentimos, mas não questionamos. A segunda verdade é a da revelação que dói, que choca, é a percepção de que nos impuseram uma grande mentira. A terceira verdade é aquela que está acompanhada da dignidade humana, é a verdade da transformação. É por essa terceira verdade que aqui nós estamos. Queremos transformar a realidade em que sempre viveram os que sofrem discriminação.

Revista *Veja*. 4 de setembro.

Seguridade social: pelo desenvolvimento e bem-estar do Brasil

Para um novo país que estava nascendo, após a redemocratização, era preciso uma nova carta magna que expressasse a democracia, a liberdade e a justiça social. Foram dois anos (1987-88) até chegarmos a um texto que colocasse como prioridade a cidadania e o respeito à dignidade humana.

A participação popular, do movimento social e sindical, de estudantes, de aposentados, da luta das mulheres, dos indígenas, dos ambientalistas e do movimento negro foi decisória na construção do que Ulisses Guimarães batizou de a “Constituição Cidadã”. Hoje, ela é reconhecida como um dos documentos sociais mais avançados do mundo.

Por meio dela, com suas cláusulas transformadoras, estabelecemos novas relações econômicas, políticas e sociais. Foram concedidos direitos, como a garantia de voto aos jovens de 16 anos e aos analfabetos, o direito à greve e à liberdade sindical. Estabeleceu-se a necessidade de proteção do meio ambiente, foi criado o Superior Tribunal de Justiça (STJ), entre outros avanços.

Antes, a assistência médica era benefício da Previdência Social, conferido apenas aos contribuintes do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Após a promulgação da Constituição de 1988, a assistência médica e farmacêutica deixou de ser benefício

previdenciário, e a saúde passou a ser reconhecida como um direito social de todos, e não mais um serviço.

É dessa época a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo acesso universal, igualitário e gratuito às ações de serviços de saúde. Antes, somente aqueles que tinham carteira de trabalho assinada é que tinham direito à assistência médica pelo então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Os demais tinham que pagar pelo atendimento.

Chamo a atenção para a importância que o SUS está tendo hoje nesta pandemia da Covid-19. Ele cumpre rigoroso papel no acolhimento dos mais necessitados, pobres e miseráveis, daqueles que não têm tempo para sentir dor, dos que tiveram que deixar os planos de saúde privado por não conseguirem mais comportar a alta dos preços.

Com essa crise da saúde pública e da economia, com o aumento do custo de vida, da luz, da água, do gás, dos combustíveis, da informalidade e do desemprego – a pandemia pode desempregar 25 milhões no Brasil –, fica cada vez mais nítida a importância da seguridade social para o bem-estar e a sobrevivência da população.

Conforme a nossa Constituição Cidadã, a seguridade social compreende a saúde, a Previdência Social e a assistência social. Ela beneficia milhões de brasileiros do campo e da cidade. Por isso, temos que tratá-la como peça fundamental para a manutenção da ordem social do país.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença, de enfermidades e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição. Ela tem por objetivo proteger a família, amparar as crianças, garantir um salário mínimo às pessoas com deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de sobrevivência.

Entre outras coisas, a Previdência Social atende à cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; à proteção à maternidade e ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; à aposentadoria. Importante destacar que esse sistema é Solidário: uma geração contribui para que a geração anterior usufrua, pois assim o sistema se sustenta e se automantém.

Hoje, o Brasil possui cerca de 35 milhões de aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Setenta por cento deles recebem um salário mínimo por mês. Quase 15% da população brasileira têm rendimentos de aposentadoria ou pensão. Há 55 milhões de contribuintes do INSS.

A Previdência Social tem grande importância no cotidiano das cidades. Dos 5.566 municípios brasileiros, em 3.875 (70%) o valor dos repasses aos aposentados e demais beneficiários da Previdência supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em 4.589 municípios, os pagamentos aos beneficiários do INSS superam a arrecadação municipal. Isso mesmo: superam a arrecadação municipal. Ou seja, as aposentadorias e as pensões fazem girar a economia e o comércio como uma grande roda virtuosa.

Há enormes interesses na privatização do sistema de seguridade. Falam em déficit, mas a CPI da Previdência, da qual fui o presidente, provou que o sistema tem total condição de continuar público. Volta e meia falam em capitalização, que, na realidade, é um “novo velho sistema”

para explorar os trabalhadores. Ora, em vez de falar em deficit, os governos deveriam se perguntar sobre queda do PIB e da arrecadação, aumento da informalidade, renúncias fiscais, sonegação.

A PEC 24/2008 (Proposta de Emenda à Constituição), de nossa autoria, tem por objetivo impedir que o dinheiro da seguridade social seja desviado para outras funções. Dinheiro da seguridade tem que ficar na seguridade, até porque tudo que é arrecadado por meio do suor dos trabalhadores é suficiente para cobrir todos os gastos da própria seguridade, principalmente com os benefícios das aposentadorias.

A seguridade social é um patrimônio do povo brasileiro. Ela acolhe, dá guarida, sustenta, assegura atendimento universal e gratuito. Temos que protegê-la e fazer a boa luta para que mais pessoas sejam beneficiadas por ela e não tentar privatizá-la, tirando das mãos dos brasileiros um instrumento de bem-estar social.

Paralelamente a isso, fiquemos todos atentos para uma situação que está se tornando insustentável. Os aposentados e pensionistas estão passando necessidades devido à crise econômica. O valor de seus benefícios já não comporta mais a compra de alimentos básicos, remédios, pagamento de aluguel, luz, gás.

Cerca de 40% dos brasileiros hoje com mais de 60 anos são arrimos de família, sustentam filhos, netos e genros. Muitos fazem bicos, como pequenas vendas, geralmente nas praças, nas esquinas, tudo para complementar a aposentadoria. E aqui vale lembrar que eles já receberam, no meio do ano, o 13º salário. Conseqüentemente, não terão nada a receber no fim do ano.

Por uma questão humanitária, apresentamos o PL 3657/2020 (Projeto de Lei), que prevê o 14º salário para os aposentados e pensionistas. Foi uma sugestão popular apresentada na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Respeitar e valorizar essa categoria, que tanto fez pelo Brasil e hoje vê seus benefícios reduzidos é o mínimo que temos que fazer.

O 14º salário, além de socorrer essa população, que está em grupo de risco ao novo coronavírus, também vai injetar recursos diretos na economia. Esse abono emergencial representa cerca de R\$ 42 bilhões, dinheiro novo no comércio local de cada município, gerando impostos, movimentando a economia local, fortalecendo empregos e colaborando para a retomada do crescimento do país.

A aprovação do 14º salário é também uma questão de justiça, nada mais que justiça e, como já disse aqui, uma questão humanitária. Daí a urgência de os internautas e a sociedade se mobilizarem e pressionarem senadores e deputados para que aprovelem a proposta ainda este ano. E aí, em 2021, avançaremos ainda mais com a aprovação do PL 4194/2020, que regulamenta a Lei Federal 10.639, que instituiu, no ano de 2003, a Renda Básica da Cidadania.

É nosso horizonte enfrentar as ingerências, os desatinos e os descompromissos com o desenvolvimento social, com os direitos humanos e com a dignidade humana que, a cada ano que passa, se tornam mais evidentes nas falas, formas e medidas com que se governa o país.

Não, não é assim. Não podemos mais nos perder em labirintos ideológicos, à margem das virtudes e dos encantamentos da felicidade, na ausência de Solidariedade e compaixão, de compreensão da complexidade do mundo, suas dialéticas e métodos econômicos e políticos.

Não há nada mais importante que a vida. A vida se sobrepõe ao cenário atual, que tem nos deixado órfãos da convivência humana. Reencontrar essa condição requer um enorme esforço de abertura do pensamento para muito além do que os olhos possam ver e o coração sentir. Para que o moinho funcione é preciso muitas mãos e águas de variadas vertentes.

O esforço coletivo e espiritual se faz necessário para a transposição das adversidades e descaminhos que a realidade está nos impondo e para as transformações que a humanidade e o próprio Brasil têm pela frente. Busquemos sempre a capacidade da nuvem, que bebe a água salgada e chove água doce, como nos ensina um provérbio indiano.

Nexo Jornal. 11 de setembro.

Prelúdio de resistência

Enfim, a primavera! Estação das flores, dos amores, da floração da alma, da vida que renasce da resistência; dos pássaros que encantam com seus cantares; das estrelas, pois elas brilham mais, trazendo luzes de mudanças; das mil fontes e bandeiras a revoar pelo país. Adiante vamos, todos, com a esperança dos jovens e as geografias de rios e caminhos que cortam mãos calejadas pelo tempo.

Que importa se insistem eles em nos tirar o sonho de um país justo, igualitário, construído com palavras de paz e de amor. Um país do sentimento estendido ao outro em Solidariedade. Que venham ventos desnorteados e palavras insensíveis, agregadas em ódio e violência. Nada nos fará enfraquecer. A nossa utopia continua viva a nos embalar.

O país tem a democracia, sempre parceira na busca da verdade e de dias melhores. Foi por meio dela que alcançamos a Constituição Cidadã. É com ela que buscamos o respeito às diferenças e às diversidades, o combate à intolerância, ao racismo e à discriminação, a igualdade de direitos e de oportunidades, a saúde e a educação, o emprego e a renda.

A democracia brasileira está se consolidando, reafirmando a nossa condição de país livre e contrário a qualquer aventura irresponsável. Não há nenhum sistema melhor. Apesar das imperfeições, a democracia ainda é a melhor estrada para se combater a pobreza e a miséria, para se al-

cançar o crescimento, o desenvolvimento sustentável com soberania.

Mas é preciso muita vigilância. Governos instáveis, que atacam os direitos humanos, incentivam o ódio ideológico, que só buscam o poder para manter viva uma estrutura de dominação de uma minoria, que se isolam do mundo, de nada contribuem para o fortalecimento da democracia e da governança do país. E, quando isso acontece, a sociedade entra em descaminho; os poderes constituídos acusam desconforto.

Temos enormes desafios pela frente. Cuidar do povo, acalantar suas angústias, lágrimas, insônias; semear, observar a chuva caindo, acarinhar o que está nascendo e crescendo, repartir o pão que da terra brotou. Há de se ter muita indignação para fazer o bom combate e lutar a boa luta. São tão somente nossas inquietações que farão com que os nossos passos pisem firmes no chão.

Para sermos um grande país é preciso que tenhamos justiça social. Ela se estabelece, primeiramente, pela vontade política; segundo, pela coalizão das forças populares, humanistas e progressistas. De alguns anos para cá, perdemos o rumo. Está na hora de retomarmos a nossa condição histórica que, até bem pouco tempo, deu início a grandes transformações sociais e econômicas.

Retomemos um projeto que olhe para todos: homens e mulheres, brancos e negros, indígenas, descendentes de imigrantes, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade; empreendedores com responsabilidade social. Uma proposta que valorize o salário mínimo, a indústria nacional e as micros e pequenas empresas, a ciência e tecnologia, a agricultura familiar, que cuide do meio ambiente.

Enfim, a primavera! Estação para se deixar de lado as desavenças, os desentendimentos, as brigas internas. É

hora de não mais esperar o Sol nascer; é o tempo preciso para voltar a amassar o barro com os pés e com as mãos, de se construir um projeto que traga luz e esperança ao nosso povo, não como mais uma opção, mas um caminho de felicidade para que o Brasil se efetive como nação.

Vinte e um de setembro é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, oficializado pela Lei 11.133/2005, de nossa autoria. É também o Dia da Árvore. Nunca esta data fez tanto sentido. A pandemia escancarou as desigualdades e as dificuldades que atingem essas pessoas, como falta de acesso a recursos tecnológicos, indispensáveis ao estudo e ao trabalho, entre outros. Sem acessibilidade universal não há cidadania.

Os nossos biomas sofrem com as queimadas e a devastação provocadas pela insensibilidade do homem. Santuários da natureza estão ameaçados. A Amazônia arde em fogo. No Pantanal, onde há uma das maiores biodiversidades do mundo, animais em extinção morrem carbonizados e queimados. Onde vamos parar com tanta falta de responsabilidade e de ação do Estado? Essa omissão está fazendo com que o Brasil sofra retaliações internacionais.

Enfim, a primavera, 23 de setembro... vida, fraternidade, inclusão, perseverança, busca incansável por cidadania, beleza das cores do país, prelúdio de resistência.

Jornal do Brasil. 24 de setembro.

Para pensar a construção do Brasil no pós-pandemia

O italiano Paolo Giordano, autor do livro “No contágio”, escreveu que esta pandemia nos revelou a complexidade do mundo, de suas lógicas sociais, políticas, econômicas, interpessoais e psíquicas.

Penso que os países são micromundos, cada um com suas características, detalhamentos, pensamentos, filosofia, visão de sociedade, cultura, arte, diversidades e diferenças. Mas há toda uma conexão de relações humanas no planeta, do individual ao coletivo, até mesmo espiritual. Só vamos sair desta crise se houver Solidariedade mundial.

O Brasil precisa compreender que os nossos problemas são estruturais, desumanos. Precisamos de uma força muito grande para continuar perseverando em busca de mudanças necessárias. Se antes da pandemia ocorriam sérios problemas, eles, agora, se tornaram mais visíveis, principalmente no cenário social, que trata diretamente com a vida das pessoas.

Temos 45 milhões de trabalhadores na informalidade, sem direito social e trabalhista algum. Em seis meses, mais de 10 milhões perderam o emprego.

O alto custo de vida está fazendo com que as pessoas deixem de comer, de se alimentar dignamente. De uma hora para outra, os preços foram às alturas: carne, arroz, feijão, óleo, luz, gás.

É lamentável que hoje existam 50 milhões de brasileiros vivendo na pobreza e 12,5 milhões na extrema pobreza. Segundo o IBGE, 10,3 milhões passam fome.

A saúde pública é precária. Temos a maior concentração de renda do mundo e os problemas na educação, na segurança e na infraestrutura não param de crescer.

Ódio e violência se espalharam pelo país inteiro. Agri-dem e matam mulheres, jovens, idosos, LGBTI. Uma gigantesca onda de preconceito e discriminação reafirmou que o racismo no Brasil é estrutural.

O governo brasileiro, em discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), se isentou dos erros no encaminhamento do problema da pandemia. Hoje são mais de 143 mil mortos e quase 5 milhões de casos no país.

Nessa mesma esteira, o governo ainda afirmou que os indígenas e caboclos brasileiros são os responsáveis pelas queimadas no Pantanal e na Amazônia.

O mundo todo está de olho no Brasil devido ao des-caso com que o poder público trata as questões do meio ambiente e das populações quilombolas e ribeirinhas, atingidas também pela Covid-19.

Os biomas do nosso país estão sendo cobertos por sangue verde. O Pantanal atingiu mais de 15 mil focos de incêndio em 2020, o maior número desde 1998.

O fogo já destruiu 15% desse bioma. Animais diversos e espécies em extinção não têm para onde fugir, muitos estão morrendo queimados. As imagens que percorrem o mundo são chocantes.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o fogo destruiu 85% do Parque Encontro das Águas, que possui 108.960 mil hectares. Ele cobre uma área rica

em cursos de água, que apoiam a grande biodiversidade da flora e fauna.

A incidência de queimadas na Amazônia continua altíssima. O Inpe identificou 2.002 focos, um número 170% superior ao mesmo período do ano passado.

O Cerrado também está ameaçado. Ele é conhecido como a mais rica savana do mundo. Sua área original era de 204 milhões de hectares. Hoje, 57% desse total foram destruídos.

Uma resolução do governo delimitou faixas de proteção permanente em áreas de vegetação no litoral. Cerca de 1,6 milhão de hectares de manguezais e restingas poderão ser destruídos.

As atitudes do atual governo não surpreendem mais ninguém. Precisamos de responsabilidade e de medidas urgentes. A omissão está fazendo com que o país sofra retaliações. Urge a necessidade de nos comportarmos com espírito público e republicano. O que vamos fazer no pós-pandemia? Esse é o grande desafio que está dado.

Creio que não vamos a lugar algum se não nos despirmos das nossas arrogâncias e ignorâncias, deixando de lado ideologias, que, neste momento, não ajudam em nada.

O importante é a construção da “ideia da obra a realizar”. O Congresso tem um alto grau de responsabilidade e de entendimento e pode, sobretudo, ser radical na serenidade.

O país não suporta mais tantos equívocos de governança, de uma governabilidade desfocada, de política de Estado e ação de governo de ataques aos direitos humanos e ao meio ambiente. Se pararmos e escutarmos a voz das ruas, vamos perceber que a sabedoria popular está emitindo sinais. Eles se mostram mais claramente nos desamparados e nos gritos dos esquecidos.

Para pensar o Brasil pós-pandemia é preciso, inevitavelmente, sentir esses sinais que estão em todo o nosso país, essa dor coletiva que está nos campos e nas cidades.

Neste momento de alta crise na saúde, na economia e no social, o Estado brasileiro tem que estar mais próximo da cidadania. É preciso que as pessoas tenham o mínimo de dignidade humana.

Os problemas estão aí para serem resolvidos; as assimetrias solucionadas; as palavras soltas, conectadas umas as outras, construindo conversaçoão e diálogo.

Volto a falar aqui: o importante é a “ideia da obra a realizar”.

Já passou da hora de o Brasil retomar o rumo do crescimento e do desenvolvimento sustentável, aplicando políticas de emprego e renda, fortalecendo a saúde pública, o SUS, a seguridade social.

É imprescindível valorizar o salário mínimo, apoiar fortemente a indústria nacional, as micro e pequenas empresas, a ciência e a tecnologia, a agricultura familiar, o meio ambiente.

Da mesma forma, respeitar os direitos de todos os trabalhadores, dos empreendedores com responsabilidade social, dos aposentados e pensionistas.

Temos que compreender que o mundo do trabalho está mudando e que novas perspectivas e cenários teremos pela frente. O país tem que se preparar. O caminho ainda é o forte investimento na educação e no ensino, em todos os níveis, qualificando cada vez mais nossa mão de obra. A educação é um eficaz instrumento de mudanças na sociedade.

Garantir acesso universal à internet, como direito à dignidade humana, assim como é a saúde, a educação, a

moradia, o emprego. Apresentei a PEC 35/2020 com esse objetivo.

Há 40 anos, o Brasil fala em reforma tributária e nada acontece. Os poderosos não a querem, pois, necessariamente, ela terá que mexer em privilégios, o que contribuirá para a desconcentração de renda.

A reforma tributária que pregamos é a progressiva, Solidária e justa, tendo como base a taxaço das grandes fortunas, dos dividendos e dos lucros.

O auxílio emergencial de R\$ 600 precisa ser mantido até o final do ano. É necessário também regulamentar a Lei 10.835/2004, de autoria do ex-senador Eduardo Suplicy, que instituiu a Renda Básica de Cidadania Universal. Nesse sentido, apresentei o PL 4194/2020.

Um país como o nosso não pode abrir mão de programas sociais como o Bolsa Família. São eles que vão garantir a melhoria de vida das pessoas, principalmente aquelas de baixa renda.

O projeto é a ideia e o sonho a ser alcançado, sempre olhando para todos, nos colocando no rumo certo de harmonia nacional, de combate à fome e à miséria, de desenvolvimento equilibrado.

A utopia jamais desaparece. Mas é preciso agir, propor, interagir com a realidade e com a sociedade, se sobrepor às desavenças e aos descaminhos que nos tentam impor.

Nexo Jornal. 2 de outubro.

Que as crianças cantem livres

No universo da minha infância, eu ficava imaginando que as pandorgas que eu Soltava iriam percorrer vários caminhos no céu até encontrarem um cantinho de alegria e de felicidade. Esse meu sonho tinha a mesma cor do sonho de outras crianças.

Só fui me dar conta disso na minha adolescência e juventude quando pude compreender quão importante é manter vivo o brilho dos olhos da criança. Para elas não há diferença entre as pessoas, todos são iguais e têm os mesmos direitos. Criança não tem preconceito.

Abraçar, sorrir, dar a mão ao outro que pede ajuda e repartir o pão, sem nenhuma preocupação ou cobrança, é tão natural para uma criança quanto navegar pelas “águas mansas” do útero da mãe a espera do grande dia do nascimento.

Nelson Mandela dizia que ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

Quando acordo, eu sempre penso no que fiz, no que não fiz e no que eu poderia ter feito em todos esses anos. Penso no que posso fazer pela nossa gente. Isso bate forte na minha alma e faz com que, todos os dias, eu continue buscando e deixando correr pela vida a criança que eu fui.

A felicidade é um direito sagrado de todas as crianças. É por meio dessa bem-aventurança que se descobre o

caminho da existência e da eternidade. Sem felicidade não há alvorecer e nem pôr do Sol. A luz que reflete não mais ilumina, mas ofusca o hoje e o amanhã.

Carinho também é direito fundamental. Pobreza material não significa pobreza afetiva. Eu disse uma vez que uma criança pobre pode estar mais provida de afeto e de amor em um lar pobre do que uma criança que esteja em um lar onde a família tenha mais condições.

Mas é óbvio que a pobreza, quando atinge níveis extremos, atua de forma cruel para destituir as pessoas daquele mínimo necessário de dignidade humana. Por isso que combater a pobreza, a miséria, a fome é fundamental para a garantia dos direitos das crianças.

Relatório da Fundação Abrinq, divulgado no ano de 2019, apontou que 10,6 milhões de crianças e adolescentes vivem na pobreza e 9,4 milhões na extrema pobreza. Um cenário vergonhoso para o nosso país e que mostra o alto grau negativo de atenção que damos para esses jovens.

Ainda, segundo a Abrinq, 16,4% das adolescentes são mães antes dos 19 anos; 70% das crianças de zero a três anos não têm vaga em creches; 11,7 mil crianças e adolescentes foram vítimas de homicídios em 2017; 116 crianças morrem por dia no Brasil – a maior parte por causas evitáveis.

O Observatório do Marco Legal da Primeira Infância, lançado recentemente, que trata de assuntos relacionados a crianças de 0 a 6 anos de idade, mostra que quase a metade das crianças com até cinco anos no Brasil vive em casas pobres, onde a renda mensal não chega a meio salário mínimo por pessoa.

Muitas das crianças no Brasil são forçadas a trabalhar em plantações e carvoarias, nas ruas de grandes cidades, vendendo balas e pirulitos nos sinais: trabalho escravo e in-

fantil. Segundo o IBGE, existem mais de 2,4 milhões, entre 5 e 17 anos, nessas condições subumanas e impiedosas.

Em dez anos, mais de 550 mil crianças e adolescentes foram vítimas de exploração sexual. Muitas violentadas. Em 2019, foram 17 mil casos no país, mas o número pode ter sido bem maior devido à subnotificação e ao preconceito social e racial.

O país tem de incluir 1,5 milhão de crianças, de zero a 3 anos, em creches até 2024, conforme a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. Esse plano ainda previa que crianças de 4 e 5 anos estivessem matriculadas na pré-escola até 2016 — o que não aconteceu até hoje.

No início de 2020, o UNICEF alertou sobre o problema da evasão escolar no Brasil. Esse órgão da ONU apontou que mais de 2 milhões de crianças e adolescentes poderiam não retornar para uma sala de aula neste ano letivo.

A pandemia da Covid-19 fez emergir uma realidade: crianças pobres não têm acesso a internet, computador, tablet e celular, o que prejudicou o ensino e o aprendizado a distância. Cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes, entre 9 e 17 anos, compõem esse cenário. A disparidade entre os que possuem condições é gigantesca.

De acordo com a Pnad Contínua 2017, cerca de 1,9 milhão de crianças e adolescentes continua fora da escola no Brasil. A maioria são pobres, negros, quilombolas e indígenas. E por serem vulneráveis acabam perdendo outros direitos básicos que estão garantidos pela Constituição Cidadã.

O Brasil possui um instrumento dos mais eficazes dos direitos humanos da criança, com reconhecimento internacional. O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser respeitado pelos governos – federal, estadual, municipal – e colocado em prática na sua totalidade.

Ele garante condições especiais, em cada ciclo da vida, para que, assim, as crianças e adolescentes tenham um desenvolvimento pleno. Garante também direito à convivência familiar e comunitária e direito a crescer livre de violência, opressão, discriminação e tratamento desumano.

A regulamentação da Lei da Renda Básica de Cidadania, com certeza, será fundamental para que as famílias possam ter alternativas de renda e de trabalho. Ela é necessária para preservar a vida de milhões de crianças, seja na segurança alimentar, seja no impedimento do trabalho infantil.

Neste 12 de outubro – Dia das Crianças – temos que fazer um enorme esforço e refletirmos profundamente a atual situação da criança no país. Esses problemas, e há tantos outros que poderia citar aqui, são, infelizmente, invisíveis para grande parte da nossa sociedade.

Temos que ser radicais e intransigentes na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Sem essa condição, que passa, necessariamente, por decisões políticas, governamentais e de Estado, dificilmente conseguiremos modificar esse triste cenário de insensatez e desumanidade.

Cabe a cada um de nós aumentar a perseverança ao máximo, insistir para que o poder público priorize e dê mais atenção às nossas crianças e aos nossos adolescentes, dando maior ênfase em investimentos no orçamento da União e em políticas públicas.

Continuo a deixar que a criança da minha infância, de longos invernos e primaveras, rios da minha adolescência, amores sem fim, viva em meu peito e mostre o caminho que tenho que seguir.

Assim, vou vivendo, dia após dia, valorizando as coisas simples da vivência e do aprendizado, ouvindo, sonorizan-

do, rabiscando os meus sentimentos acompanhado da bela canção que Taiguara nos deixou...

“O tempo passa e atravessa as avenidas. O fruto cresce, pesa e enverga o velho pé. O vento forte quebra as telhas e vidraças. O livro sábio deixa em branco o que não é. Que as crianças cantem livres sobre os muros”.

Jornal do Brasil. 12 de outubro.

Retomando a luta nacional

É de elevada importância que a sociedade brasileira se mobilize para exigir o retorno da Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, interrompida pelo atual governo. O Congresso Nacional precisa, urgentemente, pautar esse tema.

No ano de 2005, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo – Câmara e Senado – a qual fui relator, percorreu o país, dialogando e recebendo sugestões por meio de audiências públicas. Estivemos em quase todas as capitais.

O relatório final deste colegiado sugestionou mecanismos de reajuste de acordo com a inflação do período mais a variação do PIB dos últimos dois anos, extensivo às aposentadorias e pensões.

Paralelamente, os movimentos social, sindical e de aposentados se movimentavam em atos nacionais, realizando marchas em defesa da valorização do salário mínimo. Em 2006, houve um aumento expressivo e em 2007 um aumento real do mínimo.

Após muita concertação, isso já em 2011, foi sancionada pela Presidência da República a Lei 12.382, que teve como base o relatório da Comissão Mista Especial – criando, assim, oficialmente, a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo.

Nos governos Lula e Dilma, o salário mínimo obteve os mais altos ganhos. Saímos de uma variação, de décadas,

entre 50 e 80 dólares e ultrapassamos a marca de 100 dólares, alcançando cerca de 350 dólares. Fato inédito.

Isso só foi possível pela determinação política e econômica voltada para o desenvolvimento social e de forte combate à pobreza e à miséria. Sem dúvida, o país deu um enorme salto de qualidade na melhoria da vida de milhões de brasileiros.

Hoje ele está em R\$ 1.045, um dos mais baixos do mundo, o que equivale a 186,6 dólares (câmbio de 14 de outubro). Com o fim da Política Nacional de Valorização, a tendência é que ele despenque ainda mais.

O salário mínimo é um poderoso instrumento de distribuição de renda, mesmo se considerarmos o trabalho informal. Funciona como referencial para valores pagos ao trabalhador, mesmo que esse não tenha carteira assinada. O aumento da renda faz aumentar o consumo e a produção, criando um círculo virtuoso.

Opera como gerador de emprego, propiciando uma melhora na situação do comércio local – mercados, padarias, bodegas, feiras, lojas – aplicando oxigênio na arrecadação dos municípios. Todos ganham. Direta e indiretamente mais de 100 milhões de pessoas dependem dele.

Estudo do Dieese, de 2014, mostrou que nas negociações coletivas de trabalho foram expressivos os impactos da política de valorização do salário mínimo. Os menores valores pagos às diferentes categorias foram afetados positivamente.

Também indicou que a elevação do salário mínimo aumentou o valor dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas. Por preceitos constitucionais, ele constitui o piso da Seguridade Social. Por lei também estabelece o piso do seguro-desemprego.

O país possui 35 milhões de aposentados do INSS; 70% deles sobrevivem com 1 salário mínimo, ou 24,5 milhões; 43% dos brasileiros com mais de 60 anos são arrimos de família; 64% dos municípios dependem da renda dos beneficiários. Vejam a importância da valorização do mínimo.

Um momento ímpar da Assembleia Constituinte de 1988 foi quando nós constituintes aprovamos o salário mínimo como direito do trabalhador; estabelecemos a unicidade do valor em todo o país e definimos que os gastos familiares de todos os brasileiros devem ser cobertos por ele.

Estamos falando das despesas com alimentação, educação, saúde, moradia, lazer, vestuário, higiene, transporte, entre outros. Para fazer essa cobertura, o Dieese calcula que o valor de setembro deveria ser de R\$ 4.892,75 para uma família com dois adultos e duas crianças.

O valor idealizado pela Constituição Cidadã está muito distante, mas continuamos perseguindo, perseverando sempre. Agora, acabar com a Política de Valorização do Salário Mínimo foi um erro crasso, imperdoável.

Os preços ao consumidor não param de subir: leite, ovos, carne, arroz, feijão, batata, tomate, banana, óleo, gás, luz, água, combustíveis. Os alimentos básicos estão tão caros que, somente em setembro, eles comprometeram 51,22% do salário mínimo.

O país não suporta mais os altos índices de desemprego, de pobreza e de miséria. Poderemos voltar ao Mapa da Fome. Existem 10,3 milhões de pessoas famintas e 44% das famílias rurais sofrem com insegurança alimentar, conforme o IBGE.

Além de tudo isso, a taxa de desemprego da população jovem de 18 a 24 anos está em quase 30%. Especialistas

afirmam que, até o final do ano, poderemos ter quase 30 milhões de desempregados no Brasil. Cenário muito cruel.

O Institute of International Finance aponta que o crescimento da nossa economia em 2021 ficará abaixo da média global e da América Latina. Ou seja, teremos mais um ano perdido. O FMI projeta que o endividamento do Brasil, em 2020, será 101,4% do PIB. Se não bastasse, temos a maior concentração de renda do mundo.

É uma questão humanitária manter o auxílio emergencial de R\$ 600 até o final deste ano e, da mesma forma, manter e expandir o programa Bolsa Família.

Precisamos também regulamentar a Lei 10.835/2004 (Renda Básica Universal de Cidadania), aprovar o PL 3.657/2020, que cria o 14º salário emergencial aos aposentados e, obviamente, resgatar a valorização do mínimo.

Temos pela frente um enorme desafio: sair desse caos social e econômico, enfrentar o descaso do governo para com as gerações presentes e futuras. O combate a tudo isso não pode ser tolerante com a acomodação servil e política.

A retomada da luta nacional passa pela unidade das forças humanistas, populares, progressistas e em defesa do meio ambiente e pelo caminho reto e intransigente da Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo – esteio histórico e transformador para alcançarmos um Brasil justo, igualitário e soberano.

Sul 21. 19 de outubro.

Em busca do desenvolvimento sustentável

Em 13 minutos, o cineasta Jorge Furtado nos mostra, no curta-metragem “Ilha das Flores” (1989), quão cruel é o desperdício de alimentos e como é impiedosa a sociedade “financeira e financista” na geração de desigualdade social.

Demonstrou também a desproporcional produção de resíduos sólidos não reciclados e, com ironia, mostrou que, em certos momentos, o ser humano, em situação de extrema pobreza, é considerado inferior até mesmo aos animais.

Esse documentário se mantém atual nos dias de hoje. Com certeza, ainda o citaremos em outras ocasiões. Cada vez mais, ele nos faz refletir e direcionar os nossos esforços na busca da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

“O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.”

Essa definição, de acordo com o site da ONG WWF-Brasil, surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir e propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Uma das consequências nefastas da ação degradante contra o meio ambiente e o descaso com a natureza é que,

se não agirmos rápido, no ano de 2100, a temperatura média global terá aumentado entre 3,7 e 4,8 °C em relação ao nível pré-industrial.

Em 1986, a Conferência de Ottawa estipulou alguns requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Entre eles estão a integração da conservação e do desenvolvimento, a satisfação das necessidades básicas humanas, a justiça social e a integração ecológica.

Alguns anos depois, surgiram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). São, ao todo, dezessete e incluem, entre outros, a erradicação da pobreza, o fim da fome, a criação de condições para a boa saúde e para o bem-estar, o acesso a uma educação de qualidade, a promoção da igualdade de gênero, a universalização do acesso à água limpa e ao saneamento básico.

O Brasil deu passos significativos, particularmente nos primeiros 15 anos deste século, ao adotar políticas como a transferência de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, a reserva de vagas nas universidades para alunos de escolas públicas, as cotas raciais e os programas de valorização da mulher. Nos primeiros 10 anos, houve queda acentuada da pobreza extrema: de 14% em 2001 para 4,2% em 2011.

Entretanto, é com tristeza que vemos que, em 2019, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil ficou em 0,761, colocando-o na 79ª posição mundial — em 2014, ocupávamos a 75ª num *ranking* de 188 países.

Ao considerar o IDH ajustado às desigualdades, o Brasil ficou – em 2019 – com um índice de 0,574; e ocupou a 102ª posição. Mas a situação piora ao analisarmos outras variáveis dessa desigualdade: 75,2% das classes A

e B é branca; em contrapartida, 72,6% dos pobres são negros, o que é confirmado pelas informações oficiais de que os negros representam 75% das famílias que recebem o Bolsa Família.

Especialistas alertam que a inclusão social por meio de políticas públicas de transferência de renda não é, por si só, efetiva para alterar o IDH-Desigualdade. Por isso, é necessário investir em outros pontos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como energia acessível e limpa, inovação e infraestrutura, ações contra a mudança global do clima, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsável, paz e instituições eficazes.

Sabemos que existem parcelas da sociedade que não aceitam a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável — esses são os que querem passar a boiada em cima da legislação ambiental; os que querem impedir o funcionamento de instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), porque essa entidade monitora e divulga os crimes que estão cometendo contra nossas florestas e biomas.

Temos que pensar na inovação tecnológica que não resulte na degradação da natureza e no desflorestamento, como a implantação de veículos movidos à eletricidade e a combustíveis renováveis, o uso de bicicletas nas metrópoles, na ampliação do transporte ferroviário, o reforço ao ecoturismo.

Precisamos incrementar a geração de energia eólica e Solar. Para a energia produzida pelos ventos, temos um potencial de geração suficiente para atender o triplo da demanda atual de energia. Portanto, temos aí um fértil campo alternativo e sustentável.

Ainda estamos engatinhando no campo da reciclagem. O país não supera os 2% de resíduos sólidos reusados ou reciclados, um percentual ainda pouco expressivo, quando comparado à campeã em reciclagem, a Alemanha, em que esse número é de cerca de 40%.

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), no ano de 2019, 29 milhões de toneladas de lixo foram descartados de maneira incorreta no país. E cerca de 3 mil municípios mantêm lixões a céu aberto — metade deles utiliza os locais para depositar resíduos sólidos.

O Brasil precisa reforçar e colocar em prática o Acordo de Paris, que foi assinado em 2015 e tem como meta conter o aquecimento climático global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e, se possível, limitar a 1,5°C. 197 países são signatários do acordo. E nós precisamos fazer a nossa parte, ajudando no cumprimento dessas metas. Não podemos titubear por questões ideológicas. Caso contrário, as perdas serão enormes, tanto sociais como econômicas. O mundo inteiro está de olho no Brasil.

Eu sou daqueles que acredita que é possível escrever o futuro. Por isso temos que seguir em frente, buscando uma agenda para fomentar um pacto entre Estado, setor privado e sociedade civil. Sabemos que não é fácil chegar a consensos em certas áreas. Mas, ainda que seja boa a peleia, é preciso que continuemos em busca do objetivo, sem desanimar.

Aparentemente, estamos diante de um daqueles impasses que a humanidade, vez ou outra, atravessa: com a acentuação de todos os problemas mundiais, ocasionados pela pandemia do Coronavírus, somos obrigados a voltar nossa reflexão para um horizonte mais amplo.

Sim, por um lado, segue a necessidade de resolvermos as questões imediatas de redução da vulnerabilidade das pessoas: garantia de emprego e renda; recursos orçamentários para a saúde, a fim de que, na dimensão da assistência pública universal, o SUS possa responder às demandas decorrentes da Covid-19; igualmente, recursos orçamentários para a educação, para a pesquisa e a inovação tecnológicas, fatores cruciais para a sustentabilidade do nosso Brasil.

É preciso voltar a trilhar o caminho da esperança e redirecionar o desenvolvimento econômico para uma agenda de desenvolvimento sustentável, que vise o crescimento do país, a promoção da igualdade e da justiça social. Uma agenda que siga trilhando o que iniciamos lá atrás, visando a erradicação da pobreza, a geração de emprego e renda e a preservação do meio ambiente.

Nexo Jornal. 24 de outubro.

Privatizar o SUS, não! Salvar vidas, sim!

Nada mais nos surpreende vindo do atual governo federal. O Decreto 10.530, editado no dia 26/10, abre caminho para a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS). Prevê estudos “de parcerias com a iniciativa privada para a construção, a modernização e a operação de unidades básicas de saúde”.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) emitiu nota à imprensa chamando a iniciativa de “arbitrariedade”. “Estamos nos posicionando perante toda a sociedade brasileira, contra qualquer tipo de privatização, de retirada de direitos e de fragilização do SUS. Continuaremos defendendo a vida”.

A quem interessa a privatização do SUS? Com certeza não é aos mais de 140 milhões de usuários, principalmente os pobres, os vulneráveis, aqueles que recebem um salário-mínimo, os desempregados. O interesse é das operadoras e empresas do setor privado de saúde, nacional e internacional, que estão de olho há muitos anos.

Eu fui deputado constituinte. Posso testemunhar. Antes da Constituição Cidadã, a saúde pública no Brasil era vista de uma forma, tratada de um jeito, distante da população. Depois dela, a situação mudou para melhor. Pela primeira vez, o país reconhece a saúde como um direito social de todos e não um serviço.

É daí que surge o Sistema Único de Saúde, o nosso SUS, garantindo acesso universal, igualitário e gratuito. Exemplo para o mundo. Fizemos um grande embate, principalmente com apoio dos movimentos sociais e populares,

que se mobilizaram em todo o País para garantir esse serviço público.

Há uns anos, o Dr. Dráuzio Varella afirmou que “naquela época, só os brasileiros com carteira assinada tinham direito à assistência médica, pelo antigo INPS. Os demais pagavam pelo atendimento ou faziam fila na porta de meia dúzia de hospitais públicos. Eram enquadrados na indigência social os trabalhadores informais, os desempregados. As crianças não tinham acesso a pediatras”.

É inegável que há um Brasil antes da Constituição Cidadã, e outro depois. Um Brasil antes do SUS, e outro depois. Conseguimos avançar imensamente rumo a melhores condições de saúde e de vida. Se existem problemas, que se resolvam. O sistema não é estático, está sempre em movimento. A privatização do SUS é um ataque mortal contra a dignidade da população.

Temos hoje mais de 70 milhões de pessoas vivendo na miséria e na pobreza; mais de 30 milhões de desempregados e desalentados; 45 milhões de trabalhadores informais. As perspectivas de crescimento, segundo institutos especializados, são as piores possíveis. O Brasil está sem comando, um navio à deriva.

É preciso esclarecer que o SUS fornece atendimento gratuito e emergencial, remédios e vacinas de graça, ele faz a regulação de hemocentros, transplante de órgãos, financia pesquisas que ajudam a avaliar o risco de surtos e epidemias com dados para o controle e prevenção de doenças, entre outros serviços.

Nesta pandemia que, infelizmente, o governo mostrou descaso no combate à Covid-19, ficou, mais uma vez, provada a importância do SUS. Milhares de vidas foram salvas. Há de se dizer também que cerca de três milhões de clientes de planos privados migraram para o SUS, devido aos abusivos aumentos.

O setor da saúde lida diretamente com a preservação da vida e com o sofrimento das pessoas. É claro que há muitos desafios. Nas últimas cinco décadas, a população urbana cresceu. As cidades incharam, os problemas surgiram: falta de infraestrutura de serviços básicos, abastecimento de água potável, esgotos sanitários, recolhimento de lixo. Tudo isso tem haver com saúde pública.

Temos que fazer um esforço enorme. Primeiramente, fazermos uma mobilização nacional, com a participação de toda a sociedade, contra a privatização do SUS. Segundo, dirigirmos as nossas forças no sentido de o governo aportar mais recursos e melhorar, de forma contínua, o atendimento do SUS.

A Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) congelou os investimentos públicos por 20 anos. O SUS perdeu cerca de 19 bilhões de reais somente em 2019. E sabe o que aconteceu? Piora na mortalidade infantil, aumento dos casos de dengue, retorno do sarampo. O CNS estima que, nesses 20 anos, o prejuízo será da ordem de 400 bilhões de reais. Que se derrube a EC 95.

O SUS é extremamente importante para o País e para a nossa gente. Nenhum governo pode ser irresponsável a ponto de entregar ao setor privado o sistema público de saúde. A sociedade não pode se calar, os movimentos sociais precisam ir às ruas, se movimentar nas redes sociais. Solicitei a bancada do PT no Senado a apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustar o decreto do governo, o que foi feito. A responsabilidade é enorme... Privatizar o SUS, não! Salvar vidas, sim!

Jornal do Brasil. 28 de outubro.

Juventude e desemprego: por onde seguir, para onde ir

A crise econômica e social que atinge o Brasil tem sido duríssima para com a população. Todos sofrem com a realidade do dia a dia e com a falta de perspectiva. A juventude é uma das mais atingidas. A falta de emprego e renda é uma constante reclamação.

Renato Russo, em *Música de Trabalho*, expressou um pouco das angústias, decepções e verdades que a juventude sente: “Sem trabalho eu não sou nada, não tenho dignidade, não sinto o meu valor, não tenho identidade”.

Lá se vão quase 25 anos dessa canção. Mas o sentimento que despertou o poeta do rock para descrever essa situação hoje ainda se faz muito mais presente, em uma rotina de incertezas, depressão e numa “tempestade” de caminhos sem seta.

“Quem sabe esquecer um pouco, do pouco que não temos. Quem sabe esquecer um pouco, de tudo que não sabemos”, um verso preciso no seu alcance, que de certa forma, expressa uma parte do cenário de culpa que muitos jovens sentem hoje.

A culpa leva a juventude à ansiedade, ao desacreditar, ao desespero de quem olha e nada vê pela frente. É contra isso que temos que lutar. O que dizer a uma pessoa de 18, 19, 20 anos que tem qualificação e não consegue emprego? E para os jovens que não têm nada de qualificação, nem o mínimo sequer?

Conforme pesquisa do Youth Barometer (2020), o otimismo dos jovens brasileiros está no menor patamar desde 2012. A pesquisa realizada com mil jovens de 16 a 25 anos mostrou que o percentual que enxerga seu futuro com otimismo caiu para 45%.

Há um alerta aqui não menos importante. Ainda, segundo o Youth Barometer, o sistema escolar e educacional e os discursos de ódio na política nacional são vistos pelos jovens como os principais problemas para os próximos anos.

Alguns motivos expostos nessa pesquisa são a recente crise econômica e a pandemia da Covid-19. A maior preocupação dos jovens é o desemprego: 46% responderam que seu maior temor é a falta de oportunidades no mercado de trabalho.

A taxa de desemprego da população de 18 a 24 anos foi de 29,7%, no segundo trimestre de 2020, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ele ainda aponta que na comparação geral, fica nítido como o desemprego é mais acentuado entre os jovens.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) mostra que um a cada quatro jovens no Brasil está sem emprego, muito semelhante aos índices registrados no Norte da África e no Oriente Médio, os piores do mundo. Ou seja, o desemprego no Brasil é muito cruel com a juventude.

No ano de 2013, o desemprego entre jovens de 15 a 24 anos atingiu no Brasil o índice de 15,7%. Em 2019, a média subiu para 27,8%. Neste ano, a situação piorou e a tendência para 2021 não é nada animadora.

Outro dado importante da OIT: a proporção de jovens que nem estudam, nem trabalham e nem passam por cursos técnicos profissionalizantes atinge o índice de 23,5%. No ano de 2013, era de 20%.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) também identificou esse problema. O percentual de jovens de 20 a 24 anos que nem estudam e nem trabalham subiu de 28,6%, no último trimestre de 2019, para 35,2% no segundo trimestre de 2020. Na faixa de 25 a 29 anos subiu de 25,5% para 33%.

A evasão escolar é outro problema que não está tendo a atenção devida. Mais de 20% dos 50 milhões de jovens entre 14 e 29 anos não completam alguma das etapas da educação básica. Entre 15 e 17 anos, 30% não estão matriculados no ensino médio. São jovens majoritariamente de família com renda mais baixa, pobres e negros. A situação se agravou durante a pandemia, devido, principalmente, ao precário acesso à internet e a falta de computadores.

Inaceitável que o atual governo federal não dê respostas à juventude brasileira; aos milhões de jovens que querem ser inseridos no mercado de trabalho, que querem viver, ter alegria e dar alegria, que querem ser felizes na concepção do que diz a própria Constituição Cidadã, uma das cartas sociais mais avançadas do mundo.

A Emenda Constitucional 65, de 2010, renomeou o Capítulo VII da nossa Constituição para “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, incluindo, assim, o jovem como sujeito prioritário dos direitos elencados no artigo 227.

Ainda no parágrafo oitavo, desse mesmo artigo, foi estabelecido que uma lei futura estabelecerá o Estatuto da Juventude, destinado a regular o direito dos jovens, o que aconteceu. Eu tive o privilégio de relatar essa proposta no Senado.

A Lei 12.852/2013, do Estatuto da Juventude, é o marco fundamental dos direitos da juventude. A ferramenta a ser mais intensamente empregada, “daqui em diante” (eu afirmei isso à época), pelo Estado brasileiro e pelos governos federal, estadual e municipal.

O Estatuto trata dos direitos da Juventude em várias dimensões: cidadania, participação social e política, representação juvenil, saúde, educação, profissionalização, trabalho e renda, cultura, meio ambiente ecologicamente equilibrado, entre outros.

Infelizmente, o Estatuto da Juventude, uma conquista da sociedade, divisor de águas do componente bem-estar social, não é cumprido pelo poder público. Mas isso não é novidade em nosso país. Quantas leis e estatutos com a mesma sensibilidade e propósito são ignorados.

A história tem seu curso, constrói caminhos, derruba muros, segue rumos que, muitas vezes, não estavam traçados. Mas ela também dá voltas e sufoca os desatinos e as incertezas, se reconstrói na esperança de um povo que jamais morre.

O Brasil não pode continuar com uma política econômica que destrói empregos e liquida com os direitos e as garantias sociais da população. Urge mudar a rota, pensar no crescimento e desenvolvimento sustentável, reconstruir a indústria nacional, investir mais na agricultura familiar, na infraestrutura, na proteção ao meio ambiente.

A participação ativa do Estado é fundamental em todo esse processo de mudança e de geração de bons e duráveis empregos, de renda digna, de qualificação a altura dos desafios do mundo do trabalho, de educação de qualidade e democrática, de garantia de previdência pública, de um SUS (Sistema Único de Saúde) universal e com qualidade.

O Congresso também tem a sua responsabilidade de dialogar com a juventude e propor políticas públicas nesse sentido. Estão tramitando no Senado o PLP 126, que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Técnico e Profissional (Fundep); o PL 3462, do auxílio conexão à internet para

estudantes e a PEC 35, que torna o acesso à internet um direito social garantido pelo Estado, ambos de nossa autoria.

Pensemos e acreditemos na juventude, nos jovens. O amanhã é tão somente o presente que nos faz resistir, na sua completa forma de compreender o mundo e, assim, agir com lealdade à vida, na capacidade por inteiro que temos de construir e dar respostas por onde seguir, para onde ir...

SUL 21. 6 de novembro.

Novos ares, novos rumos

A democracia tem uma capacidade incrível de se auto-oxigenar, de se nutrir dos erros e dos acertos, de restabelecer rotas que visem o bem-estar de todos. Ela é o melhor caminho para o desenvolvimento dos países e para o diálogo das sociedades. Daí a importância do seu aprimoramento constante. Democracia se faz no dia a dia, na vigia atenta, na prática soberana da escolha, no aperfeiçoamento das instituições públicas.

Muitos a utilizam em benefício próprio e de grupos que, de tempos em tempos, se apresentam como faróis da moralidade e da virtude, bastiões da verdade e do civismo. No fundo, escondem ideologias impregnadas de ódio e de violência, fobias, rancores e instintos nada humanos. Isso fica claro quando aqueles que têm pensamento diferente e possuem outra visão de mundo são subjugados.

Aceitando a provocação de Slavoj Žižek, de que os males primeiro acontecem como tragédia e depois como farsa, é que devemos agir com análises e questionamentos profundos, aguçando as nossas percepções da realidade, os prós e os contra, pois, como ele mesmo afirma, “as consequências de não agir podem ser catastróficas”. Esse é o grande desafio que temos pela frente.

O agir em si significa fazer a defesa de causas e da boa luta contra aqueles que não entendem que a felicidade está profundamente ligada ao combate à pobreza e à miséria, ao respeito aos direitos humanos e às diversidades, no dizer

não ao racismo e atuar contra ele, na garantia de direitos sociais e na igualdade de ter direitos, na sustentável e legítima defesa do meio ambiente.

A vitória de Joe Biden e Kamala Harris nos Estados Unidos, de Luis Arce e David Choquehuanca na Bolívia e a decisão do povo chileno de uma nova constituição para substituir a atual, ainda da época da ditadura, são significativas para a resistência plural de ideias, do direito das pessoas viverem em paz, agraciadas com a beleza da vida e para o entendimento de que outro mundo é possível, baseado na Solidariedade, na justiça e na liberdade.

Na minha conta do Twitter (@paulopaim), afirmei, nessa semana que passou, que os ventos da democracia avançam pelo continente americano, varrendo as insensibilidades dos homens, trazendo novos ares, respeito às diversidades e aos direitos humanos. Com a democracia, se corrigem rumos, caminhos são reconstruídos, os olhos da esperança se alegram. Com a democracia, tudo! Sem a democracia, nada!

Eu tenho dito que o Brasil está no meio de uma tempestade avassaladora. A atual crise econômica, social e política talvez seja a mais aguda de toda a nossa história. E para completar, o governo federal cometeu uma série de erros e equívocos no combate à Covid-19, sendo, muitas vezes, arrogante e omissos com uma realidade que, até o fechamento deste artigo, tinha ceifado a vida de 162.842 mil pessoas e registrado 5.7 milhões de casos.

Politizar a vida das pessoas é de uma insensatez monstruosa. O recente caso do teste da vacina contra a Covid-19 mostra que parte do poder no Brasil se encharca em estupidez. E quando isso ocorre é a própria indignidade se sobrepondo a existência humana, é a opção pela ira e pela discórdia. Não é isso que nós queremos; não é isso que o

povo brasileiro merece. Mais do que uma obrigação, é um dever buscar sempre a dignidade como triunfo do bem-estar da população.

As eleições municipais, que vão eleger prefeitos e vereadores no Brasil, se aproximam. É o momento de nós exercermos a democracia, o direito de votar e de ser votado. Uma eleição não é somente o ato do voto, é um momento de reflexão para o eleitor, de comparar o que os candidatos estão propondo, se há, efetivamente, seriedade em tais discursos e propostas. O voto consciente é o recurso que o eleitor tem para radiografar o cenário e, assim, fazer suas escolhas.

O pleito municipal é tão importante quanto o estadual e o federal, pois é nos municípios que a vida acontece; nas residências com seus jardins floridos, na padaria da esquina, no mercado da praça, nas paradas de ônibus, nos bairros e vilas, no alimento que é colhido no interior pelos agricultores. Os mandatários locais tomam decisões que afetam diretamente as pessoas, por serem responsáveis pelas políticas mais específicas que interferem no dia a dia.

Mas não podemos esquecer que há uma ligação de governança em todas as esferas. Uma decisão mal tomada pelo governo federal, por meio de um plano econômico ou uma reforma, como, por exemplo, a da previdência e a trabalhista, atinge também esses cidadãos, que podem melhorar de vida ou serem atingidos pelo desemprego e por um sistema de saúde precário. Da mesma forma, essa conexão passa também pelos governos estaduais.

O nosso país tem passado por altos e baixos. Fomos colônia, império, somos república. Tivemos golpes de Estado, revoluções, períodos de exceção, de tristeza, em que o nosso povo foi vilipendiado em seus direitos. A atual Constituição é a nossa sétima. É com ela que o país vive o

seu mais longo período democrático. Seguimos em frente, olhos postos ao horizonte, com a clareza suficiente de que é possível governar para todos... Isso também é agir.

O Brasil, com toda a potencialidade que tem, ainda continua sendo um país desigual e com a maior concentração de renda do mundo, o que é inaceitável. Algo está muito errado. Só mudaremos esse quadro com políticas humanitárias: mais educação, mais saúde, mais emprego e renda, mais segurança. Temos que avançar no combate ao ódio e à violência. É preciso mais amor, mais amorosidades, Solidariedade e fraternidade. Caso contrário, será a barbárie. A quem interessa a barbárie? Ao povo que não.

Parafrazeando Nelson Mandela, eu creio que o nosso espírito e a nossa alma continuam vibrantes e extremamente animados para novas formas de caminhar. As ondas de indignação estão ao nosso favor, nos fazendo compreender o papel que todos nós temos para melhorar o nosso país. Muito mais importante do que dizer o que o povo realmente quer, é abrir os espaços necessários para que todos os brasileiros possam sempre e, permanentemente, dizer exatamente o que querem. Governar para todos é descobrir a magia, incalculável, que a democracia nos oferece.

Jornal do Brasil. 12 de novembro.

Sobre 20 de novembro: com racismo, não há democracia

Com quase 56% da sua população sendo negra, o Brasil ainda é um dos países mais racistas do mundo, onde, estatisticamente, as mulheres negras estão na base da pirâmide social. No dia 20 de novembro, celebramos a Consciência Negra, data de resistência e de conscientização para a população brasileira sobre o processo de colonização do país, da escravidão e dos seus reflexos.

O marco foi incluído no calendário escolar nacional em 2003 e, em 2011, foi instituído oficialmente pela Lei Federal de 12.519. A regulamentação, no entanto, não transformou a data em feriado e fica a critério de cada estado e cidade optar por adotá-la como tal. Dos 5.570 municípios brasileiros, menos de 15% consideram a data como feriado, de acordo com levantamento elaborado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, com base em dados apresentados em 2019 pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ainda assim, o dia é marcado por atividades culturais, debates e manifestações organizadas pelos movimentos negros em diferentes regiões do país.

A data foi fomentada, em meados da década de 1970 no meu estado, o Rio Grande do Sul, por militantes universitários negros como o poeta Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Ilmo da Silva e Antônio Carlos Côrtes, que questionavam o dia 13 de maio. Para eles, a abolição da escravatura

não representava a liberdade dos negros escravizados, pois, depois da assinatura da Lei Áurea, a população negra não recebeu nenhum tipo de indenização ou reparação do Estado Brasileiro.

Assim, o dia 20 de novembro, em homenagem a Zumbi e sua luta histórica, seria mais apropriado para o movimento negro brasileiro. A data veio para fortalecer em nossas memórias esse período secular tão nefasto, que não podemos esquecer e jamais repetir.

Índigenas escravizados, povos africanos sequestrados e escravizados, crianças, mulheres e homens. Foram mais de 12,5 milhões de africanos sequestrados, em que 10,7 milhões conseguiram sobreviver a essa desumanidade e 1,8 milhão morreram na travessia do Atlântico. Corpos jogados ao mar alteravam os trajetos dos cardumes de tubarões, que começaram a seguir os navios negreiros.

O Brasil foi o último país das Américas a “abolir” a escravidão, e só o fez devido à forte pressão da Inglaterra. Em 1888, a falsa abolição da escravatura jogou a população negra às margens da sociedade, sem nenhum tipo de política pública.

Nessa época, os negros já eram maioria no país. O primeiro censo realizado no Brasil, em 1872, apontava que 80% da população brasileira era negra. No ano de 1911, decreta-se o Regulamento do Serviço de Povoamento, também chamado como decreto de clareamento. Nele, o Estado Brasileiro oferecia desde as passagens de vinda e terras até bolsa de estudos para os filhos dos imigrantes, sobretudo europeus.

O racismo estrutural é secular. É necessário conhecermos a nossa história e trabalharmos para que o presente seja diferente. E, infelizmente, os números nos mostram que há ainda muito a ser feito: a cada 23 minutos um jovem negro

é assassinado no país; em 24 horas, 13 mulheres são mortas e a maioria delas são negras. Os sequestrados do passado são os encarcerados de hoje. No Brasil, 60% das prisões são provisórias e são os negros que estão lá. Mesmo com 56% da população brasileira sendo negra, quase não temos representação no parlamento. Quem estão nos subempregos e ainda no trabalho escravo? As religiões de matriz africana são alvos de 59% dos crimes de intolerância religiosa. Um trabalhador que ganha um salário mínimo paga o mesmo tributo que um milionário.

Muito foi feito para combater o crime de racismo, mas a sua capacidade de se fortalecer como um vírus letal ainda nos atinge incessantemente.

Conquistamos o Estatuto da Igualdade Racial, a maior norma orientativa para Promoção da Igualdade Racial, que, em 2020, celebrou os seus 10 anos. O estatuto é a bússola indicativa para várias políticas públicas como a Proposta de Emenda à Constituição de 33/2016, que cria o Fundo Nacional de Combate ao Racismo; o projeto de lei 2179/2020, que dispõe sobre a obrigação dos órgãos e instituições de saúde em promover o registro e cadastramento de dados relativos a marcadores étnico-raciais, idade, gênero, condição de deficiência e localização dos pacientes por eles atendidos em decorrência de infecção da Covid-19. Ele foi aprovado no Senado e tramita na Câmara dos Deputados.

Fui indicado pela Coalização Negra por Direitos – frente composta por mais de 150 entidades dos movimentos negros do Brasil – relator da sugestão legislativa 23 de 2020, que veda a conduta de agente público, fundada em preconceito de qualquer natureza, de raça, origem étnica, gênero, orientação sexual ou culto. Estamos dialogando com todos para tentar barrar o genocídio cometido pelo Estado aos corpos negros.

Neste ano de 2020, também conquistamos uma grande vitória junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), com a aprovação da distribuição isonômica dos recursos do fundo eleitoral e do tempo de rádio e TV para as candidaturas negras. O tema só foi decidido após provocação da ONG Educafro, da participação de parlamentares do PT, como eu e a deputada federal Benedita da Silva, e do PSol, que provocaram os dois tribunais.

Oxalá que essa distribuição igualitária realmente aconteça, pois muitas candidaturas estão denunciando irregularidades no cumprimento da nova regra pelos partidos. Que o TSE estimule a plena fiscalização dessas conquistas.

E gostaria de compartilhar com vocês uma grande alegria que tive por esses dias: o reconhecimento por ter sido agraciado com o Prêmio Most Influential People of African Descent (Mipad) e estar entre os 100 afrodescendentes mais influentes do mundo. O Mipad sempre ocorre após a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas e o objetivo é homenagear artistas e cidadãos que se posicionam contra o racismo e lutam a favor do direito dos negros. Viva o nosso povo preto!

É incontestável que o mundo está mudando. Olhamos o passado recente onde Barack Obama foi eleito o primeiro presidente negro dos Estados Unidos. Depois dele, com a derrota de Hillary Clinton, tivemos uma onda negativa, mais à direita, em relação às políticas humanitárias. Agora, com a vitória de Joe Biden, uma nova perspectiva se avizinha, com ele assumindo a implementação de políticas de combate ao racismo e ao preconceito. Segundo Biden, a política de abordagem policial vai ser mudada. Isso demonstra que a garantia dos direitos humanos serão prioridade no seu governo. Importante destacar que a sua vice é Kamala

Harris, a primeira mulher negra eleita a chegar a vice-presidência daquele país.

Os atos de violência contra o povo negro que aconteceram durante o governo Trump fez com que o voto afro-americano fosse decisivo na vitória de Biden e Kamala. Além do envolvimento de Obama nesta eleição, buscando a unidade das forças progressistas e humanistas.

Assim, percebemos que os ventos da democracia avançam pelo continente americano, trazendo novos ares, respeito às diversidades e aos direitos humanos. Com a democracia, se corrigem os rumos, caminhos são reconstruídos e os olhos da esperança se alegram.

Digo mais uma vez: enquanto houver racismo, não haverá democracia. Sigamos todos juntos por um mundo de plena igualdade. Negros, brancos e indígenas podem e devem viver em harmonia, em fraternidade, Solidariedade, terem oportunidades iguais e caminhar juntos com políticas humanitárias e libertárias. Essa é a verdadeira democracia que eu creio, sem ela é a barbárie.

Nexo Jornal. 16 de novembro.

O Congresso precisa agir contra o racismo

O brutal assassinato do negro João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, após ser espancado por dois seguranças de uma unidade da rede de supermercados Carrefour, na zona norte de Porto Alegre, atingiu em cheio a alma do nosso sofrido povo e todas as cores das diversidades, que compõem o nosso país.

As imagens captadas pelas câmeras internas do estabelecimento e feitas por pessoas que estavam no local percorreram o planeta inteiro, mostrando que a sociedade brasileira tem, no seu seio, a miséria constante da degradação humana, do racismo, do preconceito e da discriminação.

O piloto de F1 britânico, Lewis Hamilton, afirmou, em sua conta no Instagram, estar “devastado por ouvir essa notícia, mais uma vida negra perdida, novamente”. O movimento norte-americano Black Lives Matter de combate ao racismo externou total Solidariedade na sua conta no Twitter.

Ravina Shamdasani, do escritório de direitos humanos da ONU, disse, em Genebra, Suíça, que “isso oferece um retrato claro da persistente discriminação estrutural e racismo que os afrodescendentes enfrentam”, enfatizando que o governo brasileiro tem a responsabilidade de reconhecer o problema do racismo persistente para resolvê-lo.

Nos dias seguintes ao crime, ocorreram várias manifestações em todo o Brasil, juntando negros, brancos, jovens, LGBTIs, indígenas com o mesmo objetivo. Todos exigindo

justiça e denunciando o racismo, a exclusão, a marginalização e a violência que, há séculos, atingem a maioria do povo brasileiro.

Um homem negro tem oito vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um não negro. Em 2019, 66% de todas as mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudam e nem trabalham, 62,9% são negros. Esses números mostram que vivemos num cenário de tragédia.

A questão é que nada muda no Brasil. No dia 14 de maio de 1987, o negro Júlio Cesar de Melo Pinto, de 30 anos, foi preso por “suspeita” no supermercado Dosul, em Porto Alegre. Ele entrou ileso em uma viatura da polícia militar e chegou morto ao hospital. Qual foi o seu crime? Ser negro, operário e pobre.

À época ocorria a Assembleia Nacional Constituinte. Da tribuna, eu disse aos colegas deputados constituintes que eles não poderiam sentir esse crime, mas poderiam compreender a situação desumana como os negros eram tratados no Brasil, sem piedade, ainda com os açoites e as sangrias das senzalas.

“Eu pergunto, senhoras e senhores parlamentares, se vossas excelências sabem o que é ver os filhos voltarem para casa e falarem que os chamaram de negros sujos? Isso dói, amedronta, destrói a autoestima. É de uma injustiça cruel”. Lá se vão 33 anos... A questão é que nada mudou no Brasil.

O racismo estrutural é uma realidade na sociedade brasileira. Ele está no olhar, no gesto, no silêncio, no ódio, na fome, na pobreza, na miséria, no desemprego, na violência, nas injustiças do dia a dia. É preciso fazer o debate, resistir, denunciar, mostrar como essa estrutura ainda aterroriza a nossa gente.

Abdias Nascimento – um dos maiores gritos contra o racismo – dizia que: “O racismo no Brasil se caracteriza pela covardia. Ele não se assume e, por isso, não tem culpa nem autocrítica”. O nosso país precisa dar um basta a este cenário de tristeza e indignidade, perseverar a boa luta, esperar o sonho de Luther King.

Já tivemos alguns avanços como a Lei 12.288, de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 7.716, de 1989, que tornou o racismo crime inafiançável. Mas é preciso ir muito mais além. O Estado brasileiro tem a sua responsabilidade. O Poder Legislativo não pode se omitir. O Congresso Nacional tem que agir.

Solicitei ao presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre, que paute e coloque em votação, urgentemente, projetos e propostas de combate ao racismo. A sociedade está exigindo de todos nós parlamentares respostas e ações imediatas. Destaco aqui a síntese dessas iniciativas:

- Projeto de Lei 4373, de 2020, que define como crime de racismo a injúria racial;
- Projeto de Lei 5231, de 2020, que veda a conduta de agente público de segurança fundada em preconceito de qualquer natureza;
- Projeto de Lei 4656, de 2020, que assegura a continuação da lei de cotas;
- Proposta de Emenda à Constituição 33, de 2016, que cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial;
- Projeto de lei do Senado 239, de 2016, que atualiza as normas sobre o Exame de Corpo de Delito e Perícias Criminais (auto de resistência);

- Projeto de Lei do Senado 787, de 2015, que inclui a previsão de agravantes ao crime praticado por motivo de racismo;

Também Solicitei ao presidente Davi que considere nossa proposta para criar um selo de qualidade aos municípios brasileiros que se destacarem na adoção de políticas públicas de combate ao racismo e a todas as formas de preconceito e discriminação.

Que o Poder Executivo coloque em prática as Leis 10.639, de 2003, e a 11.645, de 2008, que tratam sobre a valorização do ensino da história do negro no Brasil. Os estudantes têm o direito de saber a verdadeira história do povo negro. E, por fim, que a presidência do Senado articule com a Comissão de Direitos Humanos uma reunião com representantes do Carrefour.

Neste momento, é importante que os poderes constituídos, toda a sociedade e os movimentos sociais estejam unidos, em um grande movimento nacional em defesa dos direitos humanos, dos direitos civis, do respeito às diversidades e às diferenças, fazendo o bom combate em defesa da vida e da felicidade.

Deixemos que a nossa ancestralidade seja nosso guia, que os ventos e as águas do continente africano derrubem cárceres e os vazios sociais; que os passos dos nossos antepassados, que aqui chegaram, e a resistência de nós outros, no presente, nos mostrem caminhos de um país, que diz não ao racismo, um país antirracista, enraizado na Solidariedade e na fraternidade.

Jornal do Brasil. 25 de novembro.

Dia Internacional da Pessoa com Deficiência: acessibilidade e oportunidade

Hoje, as conversas sobre deficiência trazem o termo “capacitismo”. A palavra é nova, mas o conceito é antigo. Trata-se da errônea percepção de que uma pessoa com deficiência é incapaz de interagir e participar da vida em condições de igualdade com as demais pessoas.

Nesse sentido, atividades corriqueiras como estudar e se divertir, por exemplo, devem ser realizadas separadamente das demais pessoas. É a mesma percepção que diz que uma pessoa com deficiência é incapaz para o trabalho. Essa noção leva ao assistencialismo, princípio esse que protege, mas ao mesmo tempo afasta e isola.

Por outro lado, precisamos entender que a busca pela igualdade não elimina a necessidade e o respeito às diferenças.

Uma pessoa com deficiência não vai realizar as tarefas diárias como estudar ou trabalhar da mesma forma que uma pessoa sem deficiência, nem usará os mesmos recursos. Para que uma pessoa com deficiência se desenvolva bem, é necessário que ela tenha as mesmas oportunidades.

Incluir é dar acesso. Dar acesso é eliminar as barreiras que dificultam a participação das pessoas com deficiência na vida em sociedade.

A busca pela eliminação das barreiras, pela acessibilidade e pela inclusão é uma luta que tem mais de 40 anos. Mas ainda é um desafio. Nesta trajetória, as leis têm cum-

prido o seu papel, como a Lei de Cotas, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Berenice Piana de Piana.

A lei de cotas, por exemplo, é responsável pela ocupação econômica de 98% das pessoas com deficiência que estão no mundo do trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) preconiza a educação inclusiva. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, além de consolidar toda a legislação anterior, redefine o conceito de deficiência de acordo com os avanços internacionais. Ele determina que o Estado seja responsável por eliminar as barreiras e promover acessibilidade. A Lei Berenice Piana de Piana cria a política para a inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista, seguimento tão excluído dentro da nossa sociedade.

Não podemos esquecer que a pandemia aprofundou as desigualdades entre as pessoas. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as pessoas com deficiência foram atingidas ainda mais severamente pelo desemprego. Contudo, segundo a entidade, o fechamento de postos para trabalhadores com deficiência teve início ainda em janeiro, antes da chegada da Covid-19 no Brasil.

No período de janeiro a agosto de 2020, foram fechados 849 mil postos de trabalho formais. Do total de vagas fechadas, 171,6 mil (cerca de 20%) eram destinadas a esse grupo de trabalhadores. Ainda, segundo o Dieese, até 2018, os trabalhadores com deficiência com carteira assinada chegavam a quase a 500 mil.

A carência de acessibilidade tecnológica aprofunda a dificuldade na comunicação, um cenário de distanciamento social, em que a comunicação é essencialmente remota. A falta de acessibilidade nas ruas faz com que as pessoas com deficiência necessitem mais do auxílio de outras pes-

soas para a mobilidade, o que é potencialmente perigoso num cenário de transmissão do coronavírus.

É necessário que o Estado brasileiro e as esferas governamentais adotem políticas públicas que garantam maior acessibilidade e empregabilidade, bem como a garantia de uma melhor representatividade política. Segundo levantamento da Agência Pública, com base em informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas 1,2% (6.584) do total de candidaturas para o pleito municipal de 2020 se declarou com alguma deficiência. Ou seja, uma participação ínfima.

Para o 3 de dezembro deste ano – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – o Senado Federal lançou a campanha “Capacitismo não tem vez”, buscando desconstruir a noção de incapacidade das pessoas com deficiência.

Em âmbito internacional, a Organizações das Nações Unidas (ONU) apresentou como tema deste ano o lema “Construir melhor em direção a um mundo pós-Covid-19, inclusivo, acessível e sustentável”. A campanha mostra que a busca por um mundo mais igual e inclusivo não foi abandonada. E persiste mesmo em uma realidade tão adversa. E voltará com toda força no pós-pandemia.

Em todo este cenário de desafios e de busca de novos caminhos, o envolvimento de toda a sociedade é fundamental para que Soluções sejam encontradas. Afinal, estamos tratando de 47 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mais do que admiração pela capacidade em superar limitações, o que uma pessoa com deficiência precisa é de acessibilidade e oportunidade.

www.senadorpaim.com.br. 3 de dezembro.

Uma reflexão sobre mobilidade urbana e qualidade de vida

A questão da mobilidade urbana já se consolidou como uma das principais preocupações das sociedades modernas. E, no Brasil, não seria diferente. Há uma gama de problemas e questionamentos acerca desse tema que devem ser enfrentados, de maneira urgente e firme, por nossos gestores públicos.

O fato é que a qualidade de vida de todos nós está ligada à facilidade e à agilidade com que nos locomovemos diariamente, seja para o lazer, seja para o trabalho, seja para procurar atendimento médico e hospitalar. Isso é um ponto que deve ser levado em consideração pelos governos e pelo poder público. Ou seja, mobilidade urbana eficiente diz respeito à melhor qualidade de vida.

Além disso, cada vez mais, a questão ambiental e o respeito à natureza apontam para soluções muito bem pensadas, coletivas e sustentáveis de transporte público, buscando uma diminuição de seus impactos ambientais e do gasto de energia fóssil ou não renovável, com a redução da emissão de gases poluentes.

É verdade que o debate sobre a mobilidade cresceu e ganhou força em nosso país. Mas, a despeito desse maior volume de discussões, precisamos, efetivamente, de uma agenda nacional e de Estado. Estamos ainda muito, mas muito distantes de um quadro satisfatório em nossa mobilidade urbana, quer pelo aspecto prático, pelo coletivo ou ainda pelo ambiental.

Os congestionamentos, nas médias e grandes cidades brasileiras, a cada dia que passa, ficam maiores e piores. Pequenos municípios já começam a utilizar os parquímetros. Enquanto isso, modalidades como o metrô, os trens urbanos, veículos leves sobre trilhos, ônibus não poluentes, ainda encontram dificuldades para ampliar o seu espectro e incrementar as opções de transporte, principalmente, nas grandes cidades. Como regra, é isso.

Ao compararmos nossos números com os de metrópoles mundo afora, vemos o quanto estamos atrasados e aquém do necessário nesse campo. Enquanto São Paulo dispõe de um sistema de metrô com 101 km de extensão, o de Londres, na Inglaterra, possui 408 km; o de Nova York, nos EUA, tem 465 km; o de Seul, na Coreia do Sul, 326 km; o de Madri, na Espanha, 283 km; e o de Paris, na França, 214 km.

É fato que a tendência hoje, no mundo inteiro, é a substituição dos veículos individuais automotores por bicicletas, ônibus não poluentes, trens e metrôs, integrando os deslocamentos curtos aos de maior escala. O cenário que eu sublinho aqui é o de como facilitar o deslocamento das pessoas propiciando alternativas positivas para o conjunto da sociedade.

Quem utiliza o transporte coletivo sabe muito bem o que estou falando. Há pessoas que precisam pegar duas, três, quatro conduções para chegar ao trabalho. Ainda há o estresse da volta para casa e a falta de segurança. É uma verdadeira, na expressão popular, “via dolorosa”. É esse olhar, mais cúmplice, mais atento, mais perto do cidadão, que temos que fazer. Mobilidade urbana eficiente é direito social, pois lida com a vida das pessoas.

Há um bom tempo, várias cidades europeias disponibilizam os chamados “bicicletários” em todas as estações

de trem e metrô, com inúmeras bicicletas particulares ou de aluguel. Holanda, Dinamarca e Alemanha são exemplos de países que se mobilizaram para criação de ampla rede de ciclovias, com impactos positivos na saúde da população. Na América do Sul, a cidade de Bogotá, na Colômbia, é destaque na reformulação do transporte público com estímulo ao uso da bicicleta pela população. Entre os efeitos benéficos estão a redução do trânsito, do tempo de deslocamento e da poluição urbana.

Sou relator da sugestão legislativa de 21/2020, de iniciativa popular, que tem como objetivo fomentar o uso da bicicleta. Creio que o Legislativo brasileiro tem a obrigação de dialogar, cada vez mais, com a sociedade, estimulando a adoção de políticas públicas de mobilidade urbana, e, assim, ajudando na melhoria de vida das pessoas.

Em quatro meses, essa proposta, que agora tramita na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, obteve mais de 20 mil apoios pela internet.

Calçadas amplas e em boas condições de circulação, rampas de acesso, semáforos, sinalizas, placas informativas, preço de passagem e tarifas são alguns dos fatores que compõem o conjunto da eficiência da mobilidade urbana. Esses pontos não podem ser desconsiderados ou colocados em segundo plano.

Em 2012, foi sancionada a Lei Federal 12.587, que prevê que os municípios com mais de 20 mil habitantes devem elaborar planos de mobilidade urbana para melhorar o deslocamento das pessoas pela cidade, integrar os diferentes meios de transportes e estabelecer um preço acessível para as tarifas dos mesmos. É uma forma de os municípios criarem e melhorarem a estrutura de mobilidade urbana. Mas, afinal, isso está sendo feito? Fica a pergunta.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal 13.146, de 2015, de nossa autoria, prevê a mobilidade urbana como direito fundamental para esse segmento da população. Vários dispositivos da lei tratam da adaptação de ônibus para a entrada de cadeira de rodas, da melhoria de calçadas e da construção de rampas.

Uma norma anterior previa que, em 2014, toda a frota de ônibus coletivos das cidades deveria estar adaptada para o uso de pessoas com deficiência. É fato que os governos, em todos os níveis, ignoram o Estatuto da Pessoa com Deficiência — temos apenas algumas poucas exceções.

Em décadas recentes, o Brasil sofreu um rápido processo de urbanização. Essa migração do campo para cidade, de forma explosiva, resultou na expansão da falta de infraestrutura de serviços públicos básicos, como o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, o recolhimento do lixo, sem falarmos da falta de moradias, da precariedade do sistema de saúde e da escassez de emprego e outras fontes de renda. Não estávamos preparados. E continuamos não estando.

A minha intenção, com este artigo, é fazer uma pequena reflexão sobre mobilidade urbana e qualidade de vida. É evidente que há outros problemas gigantescos a respeito desse tema e, em outro momento, farei as minhas devidas considerações.

Os novos governos e agentes legislativos municipais, que assumirão em 2021, devem priorizar esse debate, ajustando a conexão com os governos estadual e federal, fortalecendo o planejamento e a implantação de políticas públicas de transporte e mobilidade urbana.

Nexo Jornal. 5 de dezembro.

Dez medidas de combate ao racismo e aos preconceitos

No dia 10 de dezembro de 1948, há exatos 72 anos, a Assembleia Geral da ONU, proclamava, por unanimidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um marco na vida do planeta.

O documento reuniu os princípios que definem o nosso sistema de proteção à dignidade humana, e que seriam desdobrados, nos anos seguintes, em inúmeras convenções internacionais de que o Brasil é signatário.

Tornou-se senso comum afirmar que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direito”. Mas será, efetivamente, verdade? No Brasil, o racismo estrutural é uma realidade que dura quase quatro séculos.

O grito de socorro e de dor do negro João Alberto Silveira Freitas ainda ressoa. Há uma tristeza interior que avança como um rio sem rumo em saber que balas perdidas ceifaram a vida das meninas negras Rebecca e Emilly.

Quanto mais terão que morrer para compreendermos que somos todos iguais, que o caminho que temos que percorrer é o do amor, da paz, dos direitos sociais e do respeito às diferenças e às diversidades?

O Brasil tem uma dívida histórica com o seu povo negro. Deram a liberdade a nossa gente tão somente com a “pena” e as palavras. Mas a mantiveram à margem, no descaso do Estado e do poder público, em cativeiros de indignidade e exclusão.

Estamos lançando, hoje, a campanha “Dez medidas de combate ao racismo e aos preconceitos”. Que as nossas inquietudes de resistência ensejem a consciência nacional em dever contínuo de justiça e de resgate da dignidade humana.

Conclamamos a sociedade, os movimentos sociais, o setor produtivo, trabalhadores, aposentados e classe política, independentemente de partido ou ideologia. Queremos todos nessa comunhão em favor da vida. Que o Congresso aprove:

1) PLS 787/15, que cria agravantes para crimes praticados por motivo de preconceitos e racismo;

2) PL 4373/20, que tipifica como crime de racismo a injúria racial;

3) PL 5231/20, que trata da abordagem policial dos agentes públicos e privados;

4) PL 4656/20, que assegura a continuidade das cotas nos ensinos superior e técnico e PL 3434/20, que reserva vagas para estudantes nos programas de pós-graduação;

5) PEC 33/16, que cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial;

6) PLS 239/16, que trata dos autos de resistência;

7) PL 5404/20, que classifica como crime qualificado e crime hediondo o homicídio ou feminicídio praticados em razão de raça, cor ou etnia;

8) PLS 214/10, que cria o auxílio estudantil para alunos carentes.

9) PRS 55/20, que cria o Selo Zumbi dos Palmares aos municípios que adotarem políticas públicas destinadas ao combate ao racismo e aos preconceitos, inclusive no mundo do trabalho.

10) Implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam do ensino e valorização da história dos negros e dos indígenas no Brasil; criação da Frente Parlamentar Mista Antirracismo no Congresso; aprovação da Subcomissão de Combate ao Racismo e aos Preconceitos na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Que possamos ter a coragem de avançar coletivamente na construção de políticas humanitárias, eliminando as injustiças, o racismo e os preconceitos, buscando a eternidade de um Brasil fraterno, uno e Solidário.

O DIA. 10 de dezembro.

Sobre o direito de viver em paz

O mundo celebra hoje, 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Essa data foi instituída pela ONU, porque foi em 10 de dezembro de 1948 que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Esse documento contém “o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações” em matéria de direitos humanos. É uma afirmação coletiva de repúdio à barbárie e às atrocidades cometidas pelas guerras, ódios e violências do homem contra o homem.

Fez-se ali um compromisso com a humanidade, afirmando que outro mundo é possível, em um presente e em um futuro de esperança, de justiça e de paz. Numa construção, a partir da qual todos sejam respeitados em seus direitos básicos.

Esse foi um momento dos mais importantes do mundo em todos os tempos. Mas é importante fazer aqui uma reflexão, sobretudo, num país como o nosso, marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e políticas, que se arrastam ao longo de décadas.

A Constituição Cidadã de 1988 garantiu o respeito aos direitos e às garantias individuais, à liberdade, à justiça, à Saúde, à Educação, entre outros. Estamos consolidando, dia a dia, o Estado Democrático de Direito. Mas é preciso muita atenção e redobrada vigia.

Respeitar a nossa Constituição – uma das cartas sociais mais avançadas do mundo – é acarinhar a democracia e os direitos humanos. Colocá-la em prática é fazer pelo bem-estar de todos. Por isso ela é tão importante para a vida do país e da população.

A caminhada é longa, e ainda há muito por fazer. Temos que ter persistência, dialogar muito, mostrar os problemas, apresentar Soluções, sempre fazendo a boa luta em defesa dos desamparados, dos discriminados, de todos os brasileiros.

Somos um país em que ainda imperam as desigualdades sociais; um país em que existe uma brutal concentração de renda, com aumento oceânico da pobreza e da miséria e da violência, onde o capital especulativo alcança lucros extraordinários.

O país tem 60 milhões de pobres, 13,5 na extrema pobreza e 45 milhões trabalhando na informalidade, sem nenhum direito. Com a pandemia da Covid-19, poderemos alcançar mais de 20 milhões de desempregados.

Somos um país que não respeita os direitos das crianças, dos idosos, dos aposentados, das mulheres, dos jovens, dos negros, das pessoas com deficiência, LGBTIs, dos trabalhadores, das populações indígenas. Não respeitamos o direito a um meio ambiente saudável.

Jovens negros são assassinados, confundidos com marginais apenas pela cor da sua pele. A cada 23 minutos no Brasil, um jovem negro perde a vida. Um negro tem oito vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um não negro.

Outra grande ameaça que temos hoje aos direitos humanos em nosso país diz respeito à violência praticada con-

tra as mulheres: assédio sexual, estupro, feminicídio, violência física, psicológica e moral, salários menores.

Segundo o estudo do Atlas da Violência 2019, os homicídios femininos, entre 2007 e 2017, aumentaram 20,7%. Cerca de 40% ocorreram dentro de casa. A mulher negra foi a mais atingida: aumento de 60%.

Os dados do Atlas da Violência 2020 apontam que 2 de cada 3 vítimas de feminicídio são negras; o risco de uma mulher negra ser morta é 64% maior do que o de uma mulher branca. Esses números ainda são subnotificados, ou seja, podem ser bem maiores.

Não podemos ser seletivos na defesa dos direitos humanos. Há alguns dias, um policial militar foi assassinado quando tentava impedir um assalto na Baixada Fluminense. A violência atinge a todos no Brasil. Isso é fato.

Quando falamos em direitos humanos, não nos esqueçamos de que todo ser humano tem direito a um meio ambiente de qualidade, que lhe permita levar uma vida digna e com bem-estar. Mas ainda estamos longe de que isso aconteça.

Dados do INPE mostram que o desmatamento na floresta amazônica aumentou 34% entre agosto de 2019 e julho de 2020. Mais de 9,2 mil quilômetros quadrados foram destruídos. Essa área é equivalente a 6 vezes o tamanho do município de São Paulo.

Na luta pelos direitos humanos, a nossa trincheira é a trincheira da paz, da fraternidade, da cooperação e do diálogo. O Nobel de 1986, Elie Wiesel, uma vez afirmou: “Eu jurei nunca ficar em silêncio onde os seres humanos estiverem passando por sofrimento e humilhação”.

O encaminhamento do combate à pandemia da Covid-19 está sendo um desastre total. São quase 180 mil óbi-

tos e até agora não há um plano nacional de vacinação. O governo fala em início da vacinação somente em março de 2021. Isso é uma tragédia.

Quando, no início dessa semana, o Reino Unido iniciou a vacinação, sendo uma senhora de 90 anos a primeira pessoa a receber a vacina, eu postei na minha conta do Twitter @paulopaim a seguinte mensagem:

“O que sobrou para eles falta para o Brasil: Solidariedade, amor, empatia, afeição, compaixão, olhar para o outro de forma simples e humana e saber que o mais importante é a saúde e a vida das pessoas”.

Com saúde não se brinca. Ela é um dos princípios dos direitos humanos. A nossa Constituição garante em seu artigo 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença”.

Além do mais, temos uma série de problemas na educação, na segurança, na moradia, no saneamento básico, na mobilidade urbana, nos direitos do consumidor. Tudo isso está interligado e conectado aos direitos humanos.

Com os ensinamentos de Edgar Morin, em “É hora de mudarmos de via”, eu creio, assim como ele, que para haver transformação para melhor é preciso que tenhamos a consciência de que todos nós pertencemos à comunidade humana.

O Brasil será um país para todos a partir do instante que as disputas forem deixadas de lado. Neste Dia Internacional dos Direitos Humanos, temos o dever de reafirmar que a saída para as nossas crises está na construção de políticas humanitárias.

Jornal do Brasil. 10 de dezembro

2021

A urgência da quebra de patente de vacinas contra a Covid-19

O mundo contabiliza hoje mais de 2,2 milhões de mortes provocadas pela pandemia da Covid-19. São mais de 100 milhões de casos – e quase 10% desse número está no Brasil. Só perdemos em número de vidas ceifadas para os Estados Unidos: 229 mil mortes aqui contra 456 mil lá. Em terceiro lugar, está a Índia, com 154 mil e, em seguida, o Reino Unido, com 110 mil.

Muitos governos se mostram omissos no combate ao vírus; outros agem de forma contida, para não dizer desacelerada. Mas há, obviamente, aqueles que agem com determinação: logo no início da pandemia, já montavam planos, estratégias e logísticas para quando a vacina estivesse pronta e disponível pelos laboratórios.

O governo brasileiro agiu e continua agindo com descaso, tripudiando do vírus, menosprezando a própria ciência; incentivando o descumprimento das regras de segurança; pecando ao não apresentar um plano audacioso e eficaz de vacinação. É inadmissível que se tenha estabelecido no país uma guerra política sobre o problema.

O sanitarista José Gomes Temporão lembra que o Brasil é um dos únicos países do mundo que pode vacinar milhões de pessoas por dia. “Em 2010, vacinamos 80 milhões de pessoas contra a H1N1 em três meses; em 2009, 40 milhões de adultos jovens contra a rubéola e a síndrome da rubéola congênita. O Brasil é um dos únicos países do mun-

do que consegue, em um único dia, vacinar 10 milhões de crianças contra a poliomielite”.

Levantamento do Lowy Institute de Sydney, na Austrália, aponta a atual gestão pública brasileira como a pior do mundo no combate à Covid-19. Foram analisados 98 países, a partir de seis critérios, como, por exemplo: casos confirmados, mortes e capacidade de detecção da doença. Num total de 100 pontos possíveis, ficamos com 4,3, uma vergonha. Em primeiro lugar, está a Nova Zelândia com 94,4 pontos.

O Congresso Nacional deferiu algumas providências em 2020 com a aprovação de medidas e de projetos que viraram lei para o conjunto da sociedade, para os profissionais de saúde, para o setor econômico e produtivo, para os trabalhadores, entre outros. Mas a questão é que a segunda onda é uma realidade, está aí, em todo o país, matando pessoas, tirando-as do convívio familiar.

No início de janeiro de 2021, tivemos a notícia da vacinação. Mas, infelizmente, caminhamos a passos lentos rumo a uma ampla cobertura vacinal. Até a primeira semana de fevereiro, foram cerca de 3 milhões de pessoas vacinadas, atingindo 1,4% da população brasileira, que corresponde a 211,8 milhões de pessoas. Foram 14.298 doses a cada milhão de habitantes. Convenhamos: estamos muito atrasados, a morte não espera. E, cada vez mais, a população pede respostas urgentes. É preciso ter iniciativa, agir para salvar vidas.

Há outra realidade que precisa ser encarada: os custos elevados de vacinas produzidas por laboratórios privados, ou protegidas por patentes, tornam quase impossível a países pobres conseguir obtê-las no mercado internacional. Assim, fica evidente que o monopólio de vacinas contra a Covid-19 não interessa à humanidade. O monopólio é pro-

tegrado pelo Acordo TRIPS (tratado sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, da sigla em inglês), adotado pelo Conselho-Geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), que protege a propriedade industrial.

O nosso país pagou mais do que o dobro do valor pago pelos países da União Europeia pelas 2 milhões de doses da vacina desenvolvida pela AstraZeneca: U\$ 5,25 por dose. Países da União Europeia pagaram U\$ 2,16. Não podemos ficar reféns das indústrias farmacêuticas. A cura deve ser para todos. É preciso estabelecer condições para que a vacina seja universalizada.

Apresentei projeto de lei (PL 12/2021) propondo a quebra de patente de vacinas, testes diagnósticos e medicamentos de eficácia comprovada contra a Covid-19 durante a pandemia. Essa medida é defendida por governos, parlamentares, cientistas, médicos, especialistas e ativistas no mundo inteiro. A questão deve ser tratada como bem público, como já ocorreu no caso da quebra das patentes dos antivirais contra o HIV (vírus causador da Aids) no Brasil em 2007.

Na justificativa do PL 12/2021, eu aponto que, recentemente, a reitora da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Soraya Smaili, defendeu a quebra das patentes das vacinas contra a Covid-19, como forma de garantir a soberania e autonomia do Brasil, viabilizando a produção por instituições públicas como o Instituto Butantã e a Fiocruz, e sem a dependência de fornecedores estrangeiros.

Lembro também, na justificativa do PL 12/2021, que, desde outubro de 2020, a OMC discute a proposta apresentada pela Índia e África do Sul para a suspensão da aplicação do Acordo TRIPS e o licenciamento compulsório da produção de vacinas, medicamentos e insumos. Mais de

1,2 mil personalidades e especialistas em saúde pública assinaram carta de apoio à medida, exigindo o compromisso do Brasil com a proposta.

Afirmo que a quebra de patente e medicamentos para combater a pandemia da Covid-19, conforme justifico, não implica ignorar o direito às patentes, mas relativizar esse direito, em caráter temporário, em vista do interesse maior do povo brasileiro, viabilizando a produção de vacinas e medicamentos a custos mais baixos e sustentáveis, no contexto da grave crise fiscal que atravessa o país.

As autoridades públicas não podem mais se omitir diante da gravidade da crise, advinda da pandemia e da falta de um projeto nacional de desenvolvimento e crescimento para o Brasil. Há seres humanos morrendo. Da mesma forma, de imediato, é urgente a manutenção do auxílio emergencial para combater a fome e salvar vidas. A pobreza continua a crescer aos olhos do poder público: 12,8% da população brasileira, cerca de 27 milhões de pessoas, sobrevive com R\$ 246,00 por mês, o que equivale a R\$ 8,20 ao dia.

Franz Kafka dizia que a solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana. Sendo assim, nestes tempos tão atribulados, de sofrimento, de desencantos, de ranços políticos, perdemos essa noção? Creio que não. Onde houver um sopro de vida, um brilho no olhar, sempre haverá esperança de dias melhores para ciclos evolutivos, juntando a justiça das políticas humanitárias com a beleza constante do amor e suas amorosidades.

Nexo Jornal. 5 de fevereiro.

Desemprego, é hora de acordar

O desemprego está batendo recordes; deixando milhões de brasileiros na desesperança, no abatimento frio, solitário, sem perspectivas de futuro. Um cenário que, cada vez mais, está longe do fim. E saber que, recentemente, já tivemos um período de pleno emprego.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2020, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação chega a 14,6%, o que corresponde a 14,1 milhões de desempregados. Há especialistas que falam que esse número pode ser bem superior, chegando perto dos 20 milhões.

Profissionais do Santander disseram, conforme divulgado pela imprensa, que o desemprego alcançará um pico de 16,9% no primeiro semestre de 2021. Ou seja, o alerta está dado. O cenário do avanço da tragédia já pode ser visualizado. O que não pode acontecer é a inércia do governo, paralisado, vendo a banda passar com sonora marcha fúnebre.

Há diversos aspectos do desemprego. Chamo à atenção para os jovens: a taxa entre os de 18 a 24 anos está em 31,4%, outro recorde. Isso está levando à deriva uma geração inteira; vidas que buscam uma luz para fazerem os seus sonhos se tornarem realidade. Entre mulheres, negros, pessoas de meia idade, a situação também beira o caos.

Temos problemas com a nossa política industrial, setor tradicional de geração de emprego. Micro e pequenas empresas estão fechando. Os investimentos em ciência e tecnologia, educação, saúde, agricultura familiar, entre outros, são pequenos, diminutos para um país que precisa gerar postos de trabalho com qualidade. Há mais de 30 anos que o Congresso fala em reforma tributária e nada acontece.

Segundo Regina Magalhães e Annelise Vendramini, em *Os Impactos da Quarta Revolução Industrial*, o uso da inteligência artificial em instituições financeiras, escritórios de advocacia, corretora de imóveis, turismo, nos serviços públicos, entre outros, deverá eliminar os empregos de grande parte da classe média. Creio que a questão é entender que o Brasil não está preparado; falta-nos compreensão de que a roda está girando. As novas tecnologias estão aí; o mundo do trabalho está mudando.

A pandemia da Covid-19 agravou todos os nossos problemas, trouxe à tona situações ignoradas, principalmente, pobreza e miséria. São 60 milhões de brasileiros nessa situação. De imediato é preciso manter o auxílio emergencial de R\$ 600,00. É uma questão humanitária. Não há nada mais triste do que um pai ou uma mãe não ter comida ou um pedaço de pão para dar aos filhos.

Evidente que não há um projeto para o país. Há opiniões diversas, legítimas; respeitamos. Agora, não são as ideológicas que vão mostrar o caminho. Carecemos de discussões firmes, substanciais; olhando sempre para o horizonte; pensando e construindo um projeto de crescimento e de desenvolvimento de forma sustentável, equilibrando a economia, o social e o meio ambiente; formatando políticas humanitárias.

Sul 21. 17 de fevereiro.

PEC Emergencial e o Fundeb

O relatório da PEC Emergencial (PEC 186/2019) aponta para que estados e municípios fiquem desobrigados a fazer investimentos mínimos em saúde e educação. Um absurdo. Não tenho dúvidas que, se passar, teremos mais pobreza e desigualdade social. Esses direitos são fundamentais para o bem-estar da população, para o crescimento e o desenvolvimento do país.

Não é reduzindo as obrigações sociais do Estado, os investimentos, apequenando a máquina pública, que vamos alcançar eficiência, justiça e progresso. Esse remédio é bem conhecido dos brasileiros. Uma falácia que sempre, quando há uma crise, é posta como solução. Aliás, a Emenda Constitucional 95 do teto dos gastos precisa, urgentemente, ser derrubada.

A PEC Emergencial atinge o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Ele foi instituído em 2007 e, hoje, é conhecido mundialmente pela sua capacidade de inclusão. Somente no ano de 2019, ele foi responsável por 40% dos recursos utilizados pelas redes públicas de educação básica. Vejam o grau de importância que o Fundeb tem para o nosso país. Em 2020, o Congresso Nacional ampliou o alcance do fundo, destinando mais recursos.

O relatório invadiu o tema do custeio do fundo, promovendo ajustes no artigo 212-A. Embora esse artigo con-

tinue assegurando que os estados, o Distrito Federal e os municípios devem destinar recursos para manutenção e o desenvolvimento do ensino na educação básica e para a remuneração de seus profissionais, é revogada a regra que determinava que, nos estados, a prioridade seja o ensino médio e, nos municípios, o ensino infantil e fundamental.

Apesar de o relatório preservar, em princípio, o Fundeb, o fim da exceção à Desvinculação das Receitas da União (DRU) poderá vir a ter impactos em seu custeio, não estando assegurados, de forma absoluta, os volumes de recursos necessários ao cumprimento das suas finalidades. Temos que estar atentos com todas as possibilidades de redução dos recursos do fundo, direta e indiretamente.

A PEC Emergencial traz temas que não deveriam ser alterados nem abordados no relatório. Entendo que as mudanças jamais podem ser usadas como moeda de troca em favor do auxílio emergencial, pois significa gerar caixa para pagamento da dívida pública, e não para ampliar benefícios aos mais necessitados.

Inadmissível aceitar medidas que tiram recursos de áreas destinadas ao atendimento dos pobres, dos vulneráveis, dos mais necessitados. O Brasil precisa avançar, sim, nos investimentos sociais, na educação, na saúde. Somente assim é que estaremos combatendo as desigualdades e as desesperanças que afligem o nosso povo.

O auxílio emergencial deveria ser de no mínimo 600 reais. Mas o governo federal fala em 250 ou 300. É uma decisão política do governo. A pandemia continua e os números de óbitos não param de crescer. São mais de 250 mil mortos e mais de 10 milhões de casos. Faltam vacinas e as UTIs estão lotadas. Aonde vamos parar?

Estudo da Fundação Getúlio Vargas alerta que a renda dos trabalhadores informais pode cair até 37%, caso não

haja um novo auxílio emergencial. Se isso de fato ocorrer, teremos mais pobreza e desigualdade social.

Hoje, para lembrar, são mais de 60 milhões de brasileiros que vivem nessa situação de indignidade. O desemprego bate recordes em cima de recordes: quase 15 milhões. Há especialistas que falam em 20 milhões. Na informalidade são 25 milhões.

É claro que o auxílio emergencial, por si só, não vai salvar a lavoura; mas ajudará em muito. É preciso mais. O Brasil vive uma tremenda recessão. A população já está pagando a conta. O custo de vida é avassalador, a inflação está explodindo. No ano de 2020, os aumentos foram absurdos: óleo de soja, 104%; arroz, 76%; feijão, 45%; leite, 27%; carne, 18%.

O Brasil é uma nau sem comando, perdemos o rumo. Sabe lá aonde vamos parar. É preciso também regulamentar, o mais rápido possível, a Lei da Renda Básica Universal de Cidadania. Nesse sentido, tramita no Senado o PL 4194, de 2020.

Da mesma forma, temos que retomar a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo. É o melhor instrumento de distribuição de renda. Todos ganham: assalariados, comércio, prefeituras. A roda da economia gira.

Jornal do Brasil. 24 de fevereiro.

O Brasil precisa debater a suspensão temporária de patentes de vacinas contra a Covid-19

O mundo se defronta com uma das maiores crises sanitárias de todos os tempos. A pandemia da Covid-19 está matando muita gente. Há mais de 2,7 milhões de óbitos; 123 milhões de casos. Laboratórios de países ricos, com apoio do poder público, dominam a tecnologia de vacinas. Já os países pobres e em desenvolvimento ficam na dependência desses monopólios.

É injusto que a cura fique em poucas mãos. Se o problema é planetário, a solução também precisa ser global, solidária, equilibrada, empática, com apreço pela vida, sem distinção de raças, bandeiras e Estados. A vacina precisa ser universalizada, para todos, como um bem da humanidade, em que, pobres e ricos, todos tenham o direito de ser imunizados.

A falta de vacinas para atender à demanda mundial esbarra no direito à propriedade industrial. Somente será possível atender à demanda crescente com a licença compulsória, temporária, chamada popularmente de quebra de patente. O objetivo é produzir rapidamente a vacina, em grande escala e com custos menores. Países pobres e em desenvolvimento seriam beneficiados. Bilhões de vidas seriam salvas.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) já adotou esse procedimento em outras oportunidades, como, por exemplo, para tratamento da AIDS, da Tuberculose e

da Hepatite. A medida conta com o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS), dos Médicos sem Fronteiras, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid), de igrejas, movimentos sociais e outras organizações internacionais. O Brasil já teve uma experiência em 2007 com um antiviral no combate ao HIV.

Personalidades de 30 países lançaram manifesto, apoiando a medida. Entre elas, o vice-presidente do comitê consultivo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Jean Ziegler, o sociólogo e jornalista espanhol Ignacio Ramonet e o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. É bom lembrar que os parlamentos de vários países estão discutindo essa questão.

O Acordo TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), o mais importante documento multilateral para a globalização das leis de propriedade intelectual, permite que a medida seja utilizada pelos países em situações de emergência e extrema urgência, como é o caso do Brasil. Estamos em colapso: são 300 mil mortes desde o início da pandemia; 3 mil por dia. Temos quase 12 milhões de casos. A vacinação é lenta, faltam vacinas. Faltam leitos em hospitais e as UTIs estão superlotadas.

A iniciativa de suspender as patentes foi apresentada em outubro de 2020 pela Índia e África do Sul. A ideia tem o apoio de 100 nações dos 164 países membros da OMC. A interrupção dos direitos da propriedade intelectual, durante a pandemia, permitirá a todos o acesso à produção de genéricos e poderá reduzir o valor de *royalties* a ser pago para empresas detentoras da tecnologia das vacinas já produzidas. Estamos correndo contra o tempo.

Mesmo tendo já se manifestado contra e, assim, enfraquecendo as nossas relações diplomáticas com países emergentes, nos afastando da solidariedade internacional e de

posições históricas de amizade, o Brasil precisa mudar sua posição. A questão não pode ser tratada como ideológica.

A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, primeira mulher negra a presidir a Organização, aponta uma terceira via: ampliar o licenciamento de patentes para outros países sem suspender a propriedade intelectual sobre elas. Em abril, a OMC fará nova reunião. O Brasil não pode continuar errando.

Os poderes constituídos e a sociedade brasileira precisam se apoderar do assunto, juntar forças pelo bem comum e lançar luz aos pedidos de socorro da população. A responsabilidade é de todos. Apresentei requerimento de urgência para que o tema seja debatido em uma sessão temática no plenário do Senado. Especialistas serão chamados. Há vários projetos tramitando no Congresso que tratam da suspensão temporária de patentes de vacinas, medicamentos e insumos, entre eles o PL 12/2021.

Sérgio Vieira de Mello, um dos mais respeitados e destemidos diplomatas que o Brasil legou ao mundo, dizia que “o ser humano tem o direito de viver com dignidade, igualdade e segurança. Não pode haver segurança sem uma paz verdadeira, e a paz precisa ser construída sobre a base firme dos direitos humanos”. Que o mundo e o Brasil tenham discernimento e altura ética e moral para compreender que a questão se sobrepõe aos interesses econômicos. A questão é humanitária.

Jornal do Brasil. 23 de março.

A suspensão temporária de patentes de vacinas contra a Covid-19

A interrupção dos direitos da propriedade intelectual, durante a pandemia, permitirá a todos o acesso à produção de genéricos e poderá reduzir o valor de *royalties* a ser pago para empresas detentoras da tecnologia das vacinas já produzidas.

É injusto que a cura da Covid-19 fique em poucas mãos. Se o problema é planetário, a solução também precisa ser global, solidária, equilibrada, empática, com apreço pela vida, sem distinção de raças, bandeiras e Estados. A falta de vacinas para atender à demanda mundial esbarra no direito à propriedade industrial. Somente será possível atender à demanda crescente com a licença compulsória, temporária, chamada de quebra de patente. O objetivo é produzir rapidamente a vacina, em grande escala e com custos menores. Países pobres e em desenvolvimento seriam beneficiados.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) já adotou esse procedimento em outras oportunidades. A medida conta com o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS), dos Médicos Sem Fronteiras (MSF), igrejas, entre outros. O Brasil teve uma experiência em 2007 com um antiviral no combate ao HIV.

A iniciativa de suspender as patentes foi apresentada em outubro de 2020 pela Índia e África do Sul. A ideia tem o apoio de 100 nações dos 164 países membros da OMC. A interrupção dos direitos da propriedade intelectual, du-

rante a pandemia, permitirá a todos o acesso à produção de genéricos e poderá reduzir o valor de *royalties* a ser pago para empresas detentoras da tecnologia das vacinas já produzidas.

O Acordo TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), o mais importante documento para a globalização das leis de propriedade intelectual, permite que a medida seja utilizada pelos países em situações de emergência e extrema urgência. O Brasil está em colapso: mais de 300 mil mortos. São mais de 12 milhões de casos.

Infelizmente, o Brasil tem se posicionado contra. A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, aponta uma terceira via: ampliar o licenciamento de patentes para outros países sem suspender a propriedade intelectual sobre elas. Em abril, a OMC fará nova reunião. O Brasil não pode continuar errando.

Os poderes constituídos e a sociedade brasileira precisam se apoderar do assunto, juntar forças pelo bem-comum e lançar luz aos pedidos de socorro da população. A responsabilidade é de todos. Apresentei requerimento para que o assunto seja debatido no Senado. Há vários projetos tramitando que tratam da suspensão temporária de patentes de vacinas, medicamentos e insumos, entre eles o PL 12/2021.

Sérgio Vieira de Mello, um dos mais brilhantes diplomatas brasileiros, dizia que “o ser humano tem o direito de viver com dignidade, igualdade e segurança”. Que o mundo e o Brasil tenham altura ética e moral para compreender que a questão se sobrepõe aos interesses econômicos. A questão é humanitária.

O Dia. 30 de março.

A vida acima dos lucros

Uma decisão histórica que, com certeza, vai alargar os horizontes de fraternidade e de solidariedade entre as nações. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou apoio à licença compulsória de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A União Europeia já deu sinal positivo. O mundo está se movimentando. A Organização Mundial de Saúde (OMS) aplaudiu a decisão, considerando “um exemplo poderoso de liderança no enfrentamento dos desafios globais da saúde”, como comentou o seu diretor-geral, Tedros Adhanom.

O assunto é debatido na Organização Mundial do Comércio (OMC) desde o ano passado, quando África do Sul e Índia apresentaram proposta nesse sentido. Infelizmente, a posição do Brasil tem sido contrária às necessidades dos países pobres e em desenvolvimento, ou seja, os que mais precisam de vacinas.

Ex-presidentes e ex-primeiros-ministros de vários países haviam alertado a necessidade dessa ação como forma mais rápida de combate à pandemia. Essas vozes ganharam força com a adesão de ganhadores do Prêmio Nobel e da Academy Award (Oscar), Médicos sem Fronteiras, movimentos sociais, igrejas, entre outros.

O Senado aprovou, há duas semanas, o Projeto de Lei 12, de 2021, que trata dessa questão, popularmente conhecida como “quebra de patente”. Vínhamos desde

agosto discutindo com especialistas. Mesmo sendo de minha iniciativa, a proposta se tornou coletiva, por meio do gigantesco trabalho de relatoria do senador Nelsinho Trad.

Há de se destacar que o substitutivo só foi posto em pauta de votação pela determinação do presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco, do colégio de líderes, da bancada feminina e do líder do meu partido, senador Paulo Rocha, que solicitou que a matéria fosse pautada. Agora, o projeto está na Câmara dos Deputados para votação. É preciso urgência.

A licença de patentes é a única possibilidade de produção de vacinas em quantidade suficiente para interrompermos a disseminação desse maldito vírus que já levou à morte mais de 3,2 milhões de pessoas no mundo e mais de 414 mil no Brasil. Os laboratórios que detêm as patentes precisam entender que a vida está acima dos lucros.

É inaceitável que, enquanto os laboratórios têm lucros de 40%, 50%, milhões de pessoas morram, deixando em profunda tristeza e saudade pais, mães, filhos, tios, avós, esposas, amigos. As descobertas da ciência devem servir primeiramente à vida, refletindo em melhorias das condições de saúde das populações.

Tomado por um efeito de “Robin Hood” moderno, Joe Biden sinaliza a necessidade de se reduzir o abismo social e econômico entre os países, salvar vidas, e, com sua determinação, “um grande salto para a humanidade”, como disse o seu conterrâneo Neil Armstrong, ao tocar o solo lunar, em 1969.

Reafirmamos que a licença temporária sobre a propriedade intelectual das vacinas contra a Covid-19 vai impulsionar a fabricação de imunizantes em grande escala, bilhões de doses, e trará a resposta que todos nós esperamos para o combate à pandemia. Não se pode brincar com

vidas nem as colocar em gôndolas de supermercados. Vidas não têm preço.

Cabe a todos nós esperarmos o direito de sermos felizes em um mundo onde a vida seja o mais importante. Um planeta que respeite as diversidades e as diferenças, sem racismos e preconceitos; onde as pessoas tenham o que comer; tenham saúde e educação, emprego e renda; onde o belo do meio ambiente seja o elo que nos une a eternidade da nossa existência.

Jornal do Brasil. 6 de maio.

Dia das Mães

Mães brasileiras, negras, brancas, indígenas, adotivas, mães trabalhadoras, mães empreendedoras.

Mães que já partiram. A minha se chamava Itália e a mãe dela, a minha vovó, Alexandrina.

Mães especiais que são mães de filhos com deficiência. Mães que fazem o papel de mãe e pai.

Mães que respeitam a orientação sexual dos seus filhos e filhas. Todos têm o direito de ser feliz.

Mães, que dão o leite, o alimento, o carinho, que protegem nos braços, que cantam canções de ninar.

Que sentimento é este que renasce a cada dia na conjugação do verbo amar?

Amar como a imensidão dos oceanos e com a força das mãos seguras ao transpor montanhas.

Amar como se fosse o último respiro de ar; ir à luta a vida inteira como as mulheres de Atenas.

A maior dor que as mães sentem é a perda do filho. Essa dor fica para sempre na alma e nas noites de insônia.

Mães que perdem o filho para a violência, para as drogas, para o racismo, para a fome, para a ignorância dos covardes.

Mães que choram a morte de milhões de filhos no mundo inteiro, levados pela pandemia.

A vida acima dos lucros! A vida em 1º lugar!

Se as mães tivessem que fazer apenas um pedido aos céus, seria o de ter o poder de dominar o tempo, de fazer os dias voltarem...

Para proteger os filhos, estender a mão amiga e companhia, e das lágrimas principiar a ternura da existência.

Mães, a todas vocês o meu carinho, o meu respeito, a minha gratidão.

Quero sempre navegar pelos seus ensinamentos, alegrias, tristezas; jeito de ser, de pensar e de acolher a vida.

O maior tesouro que há na face da Terra é o amor de mãe, é o mais puro, imensurável na eternidade de cada segundo.

senadorpaim.com.br 8 de maio.

Para as cotas, eu digo sim

A Lei de Cotas — Lei 12.711, de 2012 — será reavaliada em 2022. Ela prevê o ingresso, nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, dos alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, das pessoas com deficiência, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e dos alunos oriundos de escola pública.

Para garantirmos a continuidade dessa histórica política pública, apresentamos o Projeto de Lei 4.656, de 2020, que assegura a revalidação e permanência dessas vagas e inclui o recorte para as entidades privadas. A matéria propõe que as cotas sejam aplicadas a todos os cursos de graduação de instituições particulares de todo o Brasil.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que a presença de negros nas universidades dobrou entre 2011 e 2019, passando de 9% para 18%. Os números são referentes a estudantes que frequentam o ensino superior, entre 18 e 24 anos. As políticas de cotas têm alcançado resultados positivos não só no Brasil, mas, também, em outros países, como a Índia, Estados Unidos (EUA) e África do Sul. Sem as ações afirmativas, a desigualdade se torna ainda mais aguda.

A presença do nosso povo negro no ensino superior é uma das maiores ferramentas de resgate da igualdade que podemos ofertar às gerações futuras. Meu maior sonho é

ver o brilho de esperança no olhar de cada criança negra e pobre deste país. Esperança se conquista com atitudes.

Hoje, a educação e as cotas são as nossas principais formas de frear a reprodução desse sistema que exclui, que gera miséria e mata. A visibilidade dos processos seletivos em todos os cursos de graduação de instituições particulares. Tenho esperança de que o Congresso aprovará a proposição com presteza e agilidade, não permitindo o retrocesso. A desigualdade no Brasil grita!

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), IBGE e Ministério da Saúde:

- » 56,2% da população brasileira é negra;
- » 76% das pessoas mortas em ações policiais são negras;
- » 30% dos cargos de gerência são ocupados por pessoas negras;
- » 71% das pessoas mortas por assassinato são negras;
- » 64% da população carcerária é negra;
- » 29% dos trabalhadores subutilizados são negros;
- » A renda média mensal de brancos é de R\$ 2.796, a de negros é de R\$ 1.608;
- » 43% dos negros vivem sem rede de esgoto;
- » 13% dos negros vivem sem coleta de lixo;
- » Há 170.100 mortes por ano de negros entre 30 e 59 anos de idade, sendo que as mulheres negras são as mais vitimadas.

O nosso Brasil, “gigante pela própria natureza”, não pode mais conviver com esses números que chocam e agri-

dem o coração de cada brasileiro. Não podemos descansar até que a chaga do racismo estrutural seja exterminada no país.

Em 13 de maio, data em que o Brasil celebra 133 anos da abolição da escravatura, o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente, líder do Movimento AR, lança o abaixo-assinado Cotas Sim! A campanha pretende colher mais de 20 mil assinaturas em apoio ao nosso PL 4.656, de 2020, que possibilita a renovação da lei de cotas.

Como dizia o grande filósofo Aristóteles: “Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente, os desiguais, na medida de sua desigualdade”. As cotas são uma das ferramentas essenciais para o funcionamento das diversas engrenagens multiculturais chamadas Brasil.

Correio Braziliense. 9 de maio.

Sobre o 13 de Maio

O Brasil é o país, fora do continente africano, que concentra a maior população negra do mundo. Dos 211,8 milhões de habitantes totais, 56,2% se declaram negros, o que equivale a 118,6 milhões de pessoas, segundo o IBGE. Mesmo assim, a realidade e os fatos mostram que os que mais sofrem, morrem e são excluídos das mínimas condições sociais e de cidadania é esse povo. Assinaram papéis em 13 de maio de 1888. Mas não romperam as correntes e mantiveram os açoites do chicote.

A escravidão de ontem é o martírio cotidiano de hoje, da humilhação e do descaso, do prato vazio, do “não” recebido a uma resposta de emprego, da falta de Educação, da violência e do ódio, das mães que se ajoelham e choram o assassinato do filho. O sangue jorra nas ruas e vielas de comunidades carentes, no asfalto, no ônibus, no supermercado, na escola, no vil ato de abordar uma pessoa se utilizando das práticas mais desumanas e infames que um ser humano pode receber.

As pesquisas e as estatísticas confirmam a tragédia. Segundo dados do Atlas da Violência 2020, os homicídios de pessoas negras tiveram um crescimento 11,5% em 11 anos; o dos demais caiu 13%. Para estar na mira basta ser

pobre e negro. Em nosso país, 71% dos mortos por assassinato são pessoas negras e 76% dos mortos em ações policiais são negros.

Algo está muito errado. É só lembrar o recente massacre no Jacarezinho, no Rio, e os assassinatos do Beto, no Carrefour, em Porto Alegre, e do Bruno e do Yan, no Atakarejo, em Salvador.

O Ipea adverte que um homem negro tem oito vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um homem branco. A cada 23 minutos, um jovem negro é morto. As mulheres negras sofrem ainda mais. Elas têm 64% mais risco de serem assassinadas do que as brancas. Duas em três vítimas de feminicídio são negras.

A professora Zélia Amador de Deus, da Universidade Federal do Pará, analisa da seguinte forma: “Ela está sofrendo assédio pelo fato de ser mulher e negra. No primeiro caso é o gênero, no segundo, racismo e ainda por ser pobre, que é o terceiro caso, classismo. Ela sofre a partir desses três pilares”.

O analfabetismo para a população negra é de 11,8% – maior que a média de toda população brasileira (8,7%). Dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham, 62,9% são negros, de acordo com o IBGE. Levantamento da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade aponta que 67% dos brasileiros que dependem do SUS são negros. Eles também são a maioria dos pacientes. São pessoas com diabetes, tuberculose, hipertensão e doenças renais crônicas.

A pandemia está mostrando que o povo negro é refém das desigualdades sociais, das injustiças e da violência. O racismo é estrutural no Brasil. Uma das formas de combatê-lo é por meio da ação legislativa. O Congresso precisa aprovar o PL 5.231/2020, que trata da abordagem dos agentes de segurança públicos e privados e o PL 4.373/2020, que tipifica o crime de injúria racial como crime de racismo, entre outros.

Nosso canto há de girar o país inteiro com o enredo que não sai das nossas mentes e faz da esperança o nosso grito de resistência: “Oh pátria amada, por onde andarás? Seus filhos já não aguentam mais!”.

O Dia. 13 de maio.

Uma primavera silenciosa para o Brasil

Neste 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, há de se esperar novos rumos para o nosso país. Somos o epicentro das discussões e das críticas do planeta. Ainda não entendemos que os recursos naturais são finitos e que sem eles não haverá sobrevivência da humanidade.

A Amazônia bate recorde de desmatamento. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em abril foram 580 quilômetros quadrados de floresta destruída. Esse número cresceu 43% em relação ao mesmo período de 2020. Foi o pior abril da série histórica iniciada em 2015.

O balanço do *Atlas de Remanescentes Florestais*, relatório técnico da organização SOS Mata Atlântica, aponta que, entre 2019 e 2020, foram desmatados 13 mil hectares da Mata Atlântica. Isso representa 36 campos de futebol do tamanho do Maracanã a cada 24 horas.

O desmatamento na bacia do Rio Xingu, uma das mais importantes do mundo, um santuário da vida e da natureza, cresceu 44% em maio e junho no ano passado. Essa área tem mais de 50 milhões de hectares entre o Pará e Mato Grosso. Inclui 28 terras indígenas e 18 Unidades de Conservação.

O Brasil erra vergonhosamente, se omite, atua de forma desatinada, sem olhar para o amanhã. O Brasil precisa definitivamente proteger seus biomas: Amazônia, Cerrado,

Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa. O Artigo 225 da Constituição Cidadã é claro:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações”.

O Projeto 3.729/2004 é uma tragédia anunciada. Na prática vai abrir a porteira para o não cumprimento do licenciamento ambiental. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora será discutido no Senado Federal. Se virar lei, poderá gerar recordes de desmatamento. É necessário que se barre essa proposta.

Pensar no amanhã é controlar a poluição, deter o desmatamento, cuidar dos recursos hídricos, defender a natureza. Brumadinho e Mariana continuam na memória nacional. Chega de irresponsabilidade. Insistir na instalação de mineradoras junto às bacias hidrográficas e próximas a centros urbanos é insistir no erro.

O caminho é o desenvolvimento com sustentabilidade, o planejamento equilibrado, a médio e longo prazo, agregando o social, os direitos humanos, a economia e a preservação ambiental. Nessa mesma esteira estão questões referentes à energia, à água, à biodiversidade, às mudanças climáticas, aos gases de efeito estufa, à redução de carbono.

Isso implica também a efetivação por parte do Brasil dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, Agenda Global 2030. São 17 metas, entre elas: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, saneamento, trabalho decente, cidades sustentáveis. Tudo está conectado ao meio ambiente.

A questão é que não há vontade do governo federal em resolver os problemas. A política estabelecida é 'antiambiental'. Claramente contra a preservação e favorável aos grandes grupos econômicos, aos garimpos e às madeireiras ilegais. A postura governamental é de retrocesso. Temos que arrumar essa rota: o meio ambiente é solução para o nosso país.

O Brasil não suporta mais esse cenário de degradação das suas florestas e de seus mananciais, de desrespeito à legislação e às comunidades e povos tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros. A terra que se habita e o chão sagrado que se pisa é o altar para orações ao universo. Tirá-lo de quem tem direito é matar a própria vida.

Não podemos ficar calados ao estrondo de uma árvore que é derrubada e nem às queimadas que sufocam o ar e matam o canto dos pássaros. Quando as águas são contaminadas e as sementes não mais brotam, eis que o vento para de soprar e o que, antes era existência e azul do céu, se torna o mais insignificante dos cenários.

O meio ambiente pede socorro, a natureza chora. Ficaremos omissos e parados com perplexidade? Aceitaremos pacificamente o caos ambiental? O país tem que estar à altura desse desafio, buscando garantir políticas públicas eficazes de preservação, de proteção e de fiscalização. Meio ambiente é questão de Estado.

Em 1962, um livro lançado nos Estados Unidos fez um alerta ao mundo e mudou o pensamento sobre o meio ambiente. *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, forçou a proibição do DDT, o primeiro pesticida moderno. A obra influenciou parlamentos, modificou leis, mas, sobretudo, deixou o legado da tão necessária consciência ecológica.

Jornal do Brasil. 2 de junho.

Em busca do tempo perdido

Será o Brasil hoje o Cronos que engole os seus próprios filhos? Que os afasta da existência a que têm direito: o de ser feliz; o de deixar o brilho dos olhos a procurar o infinito; o de plantar e colher sonhos e vida plena? Há tantos jovens que olham o horizonte e nada encontram. Estão atrás de si mesmos e de algo para acreditar. Eles buscam os caminhos negados, sejam eles perfeitos ou imperfeitos. Procuram a rosa dos ventos.

O Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. As perspectivas são cruéis: desemprego, educação e saúde precários. Pesquisa da FGV Social alerta que os jovens estão decepcionados com a atual situação do país. Metade deles quer deixar o Brasil. Também pudera: 27,1% nem trabalham, nem estudam; 70% têm alguma dificuldade de encontrar trabalho; 51,9% vê o Brasil como um país pobre. Somos o pior cenário para os jovens na América Latina.

Os retrocessos trabalhistas, previdenciários e sociais atingiram, em cheio, essa camada da população. A perda de renda foi cinco vezes maior para jovens de 20 a 24 anos; sete vezes maior para adolescentes que trabalham. A pandemia não poupou ninguém. Nesse período, a desocupação, na faixa de 15 a 29 anos, saltou de 49,4% para 56,3%. Ainda, segundo a pesquisa, os jovens demonstram enorme desapontamento com um “país que não cresce”.

A coordenadora da pesquisa, Mariana Resegue, aponta que esses jovens estão despertando para a realidade atual do país: “Há um sentimento de exclusão e de preconceitos dirigidos aos jovens periféricos, pobres e negros”. Outra pesquisa (Gallup) demonstra que a aprovação dos jovens a respeito de como o país está sendo governado despencou de 60,6% até meados da década passada para 12,1% mais recentemente.

Os jovens se distanciaram da educação nesta pandemia, ficaram à deriva, isolados por um ano e meio e ainda continuam. Especialistas apontam que cada ano a menos de estudo pode representar perda de 10% a 15% na renda futura. Estudos do Insper apontam que as perdas futuras para o conjunto nos ensinos fundamental e médio atingirão R\$ 700 bilhões e poderão chegar a R\$ 1,5 trilhão caso as aulas não voltem em 2021, mesmo que parcialmente.

A desigualdade social é fator determinante para a precarização do ensino. Os favorecidos são os alunos considerados ricos; os pobres ficam jogados ao léu, sofrem as duras penas. Há um relatório da OCDE que faz uma ampla radiografia. Não há estatísticas exatas, o que se sabe é que são milhares. Os chamados órfãos da pandemia, filhos que perderam os pais ou os responsáveis para o vírus, estão aos poucos assimilando a situação. Eles tentam reconstruir a vida com a ajuda de familiares e amigos. Temos que olhar para esses jovens.

Do ponto de vista de ações legislativas, apresentamos o PL 2528/2020, que prevê pelo menos 5% das vagas gratuitas em cursos técnicos e programas de educação profissional do Sistema S para adolescentes órfãos, com idade entre 14 e 18 anos. O projeto prevê também uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente. As entidades que desenvolverem programas de acolhimento familiar

ou institucional deverão adotar uma preparação gradativa dos adolescentes órfãos, com ênfase no ensino técnico e na educação profissional, diretamente ou via convênio com o Sistema S, entidades filantrópicas e organizações da sociedade civil.

O Estado precisa dar atenção aos jovens. Estabelecer políticas públicas de trabalho, renda, saúde, segurança, educação, acesso às novas tecnologias. É muito triste ver a nossa juventude sem as mínimas condições de estudar pelo sistema remoto. Investir nos jovens é acreditar no país, no presente e no futuro, no crescimento e no desenvolvimento com sustentabilidade. É esperar oportunidades aqui mesmo.

Sul 21. 8 de agosto.

A democracia corre perigo

A crise é uma realidade. A ditadura ronda a democracia brasileira. Como disse Leszek Kolakowski: “Em política, enganar-se não é desculpa”. É preciso conter qualquer aventura que leve à implantação de governos absolutistas.

As tentativas são claras: desrespeito ao Estado Democrático de Direito, enfraquecimento das instituições, abandono da Constituição, ataque aos poderes Judiciário e Legislativo, insultos à imprensa, discursos de ódio, negacionismo, *fake news*.

A historiadora Heloisa Starling, no ensaio, *O Passado que Não Passou*, adverte que fraudar fatos é uma boa maneira de se investir contra a democracia. A mentira permite reescrever a História, e a democracia pode cair por corrosão porque ninguém mais sabe ao certo quais são os limites.

O Brasil não precisa de reis, monarcas ou ditadores. A nossa experiência com a democracia mostra que ela ainda é o melhor antídoto para combater as doenças das crises, sejam políticas, econômicas e sociais. É na democracia que temos a possibilidade única de alcançar o melhor equilíbrio, a melhor combinação de valores que levem ao desenvolvimento do país.

Desde a redemocratização, passamos por processos eleitorais regulares. Já tivemos oito eleições diretas para presidente. Elegemos governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores; senadores e deputados federais.

Avançamos na garantia de direitos sociais, políticos, culturais, econômicos. A nossa Constituição é considerada uma das mais avançadas do mundo.

Nela estão garantidos direitos das mulheres, das crianças, da juventude, dos negros, dos indígenas, dos trabalhadores, dos idosos, da comunidade LGBTQI+, e de tantos outros que ilustram o amadurecimento da política de inclusão dos brasileiros. Acesso à Saúde, à Educação, ao trabalho e à renda. Obviamente que essas garantias necessitam de ações constantes de aperfeiçoamento.

Avalizar aventuras tirânicas é retroceder. Temos que buscar sempre um país e uma sociedade civil mais forte e uma estrutura política cada vez mais sólida e amadurecida, com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário se relacionando em plena harmonia e independência.

O Congresso Nacional não pode se calar diante de tantos ataques que fazem contra a democracia. A nossa responsabilidade é enorme. Bertolt Brecht assim disse: “Que continuemos a nos omitir é tudo o que os malfeitores da vida pública mais querem”.

É na maior participação popular, no diálogo e na convergência que alcançaremos o objetivo comum a todos nós. Devemos fortalecer as nossas instituições. Devemos buscar ainda mais a igualdade de representação nos partidos; de direitos sociais, políticos, econômicos. Buscar a eliminação dos condicionantes de exclusão; promover a democracia e a vida.

O Dia. 12 de agosto.

MP 1045: os trabalhadores, mais uma vez, sob o fogo do dragão

A história brasileira, para quem está na base da pirâmide, no lado mais fraco da corda, sempre se repete. É periódica, e, amiúde, afunda ou arrebenta. Os ataques aos direitos trabalhistas e às conquistas sociais da população, como diz a máxima, “vão, voltam e teimam em ficar”.

Em 2017, tivemos a aprovação da Lei 13.429, que permitiu a terceirização ilimitada e irrestrita. Seguida de uma reforma das mais cruéis: a trabalhista. Depois, em 2019, veio a da Previdência. A argumentação para aprová-las foi uma miragem no deserto: geração de emprego e renda e sistema previdenciário falido. Foi vendida uma falsa realidade.

De lá para cá, o desemprego aumentou, batemos recordes, e, hoje, atinge 15 milhões de pessoas. Há especialistas que alertam que ele pode estar em 20 milhões.

Agora, a Câmara aprovou a Medida Provisória 1045, que está sendo chamada de minirreforma trabalhista e previdenciária. O texto está tramitando no Senado. Ela contém vários “jabutis”, emendas fora de contexto, com objetivo de fragilizar o mundo laboral. Outras são totalmente inconstitucionais, na avaliação de especialistas do mundo jurídico.

O Executivo, pela proposta em análise, tem liberdade para criar regras sobre emprego em situações de emergência de saúde pública ou estado de calamidade. E o pior, sem

a participação do Congresso. Isso é uma afronta à competência e à atuação do Legislativo.

O acesso gratuito à Justiça do trabalho, nos juizados especiais federais e na justiça comum, ficaria limitado às pessoas com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo; ou àquelas com renda familiar mensal de até três salários mínimos; e à pessoa física que, durante a vigência do contrato de trabalho mais recente, ainda que esse não esteja mais vigente, percebeu salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Estamos falando não só dos trabalhadores que buscam ter seus direitos assegurados, recebimento de salários, FGTS, 13º, hora extra, mas também de aposentados, pensionistas, beneficiários do auxílio-doença, consumidores.

O programa REQUIP de qualificação para jovens de 18 a 29 anos, pessoas sem registro na carteira há dois anos, pessoas de baixa renda vindas de programas federais de transferência de renda é uma modalidade de contratação que, observem, não configura vínculo empregatício, mesmo quando exista a subordinação.

Esse programa é tão absurdo que não caracteriza categoria profissional, vejam vocês, vedando negociação coletiva. A qualificação profissional prevista nele está limitada à carga horária de 180 horas anuais de formação, sem previsão de diretriz curricular. Há a previsão de não pagamento do adicional de periculosidade.

O cenário é cruel. São mais de 90 emendas: fim do FGTS; redução salarial; fim das férias remuneradas e do 13º salário; pagamento de bônus valendo a metade do salário mínimo no lugar do salário; afastamento dos sindicatos das negociações coletivas.

A MP 1045 dá continuidade às perversidades da reforma da Previdência. Aponta para a redução e até o fim das contribuições, diminuindo a arrecadação e prejudicando as contas do sistema. O objetivo, sabemos: justificar a adoção da capitalização, ou seja, a privatização da Previdência. Sem dúvida, os pobres serão os mais penalizados.

O Ministério Público do Trabalho afirma que a proposta tem o risco de gerar insegurança jurídica e consequências altamente danosas para a sociedade. Associações, entidades de juristas e centrais sindicais se manifestaram contrários, por entender que ela é negativa para o já fragmentado mundo do trabalho brasileiro.

“Suas proposições não têm efetividade para a criação de ambiente favorável à retomada da atividade econômica e do emprego, contribuindo, ao contrário, para aprofundar a exclusão e as desigualdades sociais”.

O Brasil precisa, neste momento, aumentar a cobertura dos programas sociais e de geração de emprego e renda. Não temos, efetivamente, um plano de crescimento e de desenvolvimento sustentável para o país.

Apresentei requerimento para a realização de uma sessão temática sobre o tema no plenário do Senado. Espero que a Casa tenha sensibilidade. Não podemos fugir do debate e do diálogo. A MP 1045 não pode ser votada a toque de caixa.

Um país como o nosso, que tem 60 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 13 milhões na miséria, quase 600 mil óbitos por Covid-19, não pode aceitar a ação perversa e a pressão do setor financeiro e do mercado. Estamos nos desmanchando, nos diluindo, na incapacidade de governança. Isso é trágico em todos os sentidos.

O editor Ênio Silveira, em uma das primeiras traduções de Ernest Hemingway, assim perguntou: “Por quem chora aquele sino?” “Aquele sino chora por todos nós.” Isso significa unidade. “Somos um todo, e tudo que afeta também qualquer uma das partes afeta, de um modo ou de outro, todas as mais.”

A MP 1045 é desumana, cruel e impiedosa. Ela atinge a vida e o cotidiano de homens e mulheres, do campo e da cidade. Sim. Por quem os sinos doam? Doam por você, povo brasileiro, pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Jornal do Brasil. 20 de agosto.

Sobre o 7 de setembro

Em 2022, o Brasil vai completar 200 anos de independência. Nesse período, não faltaram crises políticas, econômicas, sociais e sanitárias. Fizemos uma abolição da escravidão tardia. Negamos ao povo negro “liberto” os direitos da cidadania. O racismo estrutural é uma realidade que precisa ser combatida permanentemente. Essa questão tem que estar na mesa dos debates do bicentenário.

Os negros são a maioria da população, 56,1%, mas a representatividade em cargos de decisão é baixíssima; não estão na política, nos poderes constituídos. O povo indígena continua sofrendo ataques em seus direitos. Agora é o chamado Marco Temporal. Eles têm direito à terra, à demarcação. A Constituição garante. Inacreditável que o governo federal, por meio de decreto, separe estudantes com e sem deficiência em escolas diferenciadas. Isso é segregação.

O maior legado desses 200 anos é a diversidade do povo, sua cultura, seus gestos. Temos que discutir a vida de todos: idosos, negros, quilombolas, mulheres, crianças, indígenas, pessoas com deficiência, trabalhadores do campo e da cidade, LGBTI+, imigrantes, refugiados.

A pobreza e a miséria avançam: 62 milhões vivem nessa situação; 120 milhões em insegurança alimentar. Por outro lado, somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo. “Meia dúzia” de famílias detém a mesma riqueza que a metade da nossa população. Temos a maior concentração de renda do mundo.

Segundo a ONU, ocupamos a 79ª posição no *ranking* de respeito aos direitos humanos e o 39ª no *ranking* de Educação, entre 40 países analisados. A pandemia já produziu quase 600 mil óbitos. O governo falhou, não houve uma estratégia definida. E continua a brincar com a gravidade da situação. O custo de vida explodiu: aumentos das tarifas de luz, gás, gasolina. Os preços dos alimentos sobem todos os dias. A inflação do período é a maior em 20 anos.

O Senado derrubou a Medida Provisória 1045, uma nova Reforma Trabalhista e previdenciária. Ela atingiria o décimo terceiro, férias, hora extra, FGTS, reduziria salários, entre outras conquistas. Escravidão moderna! Nesse dia 7 de setembro, o Brasil precisa refletir que país somos nós e aonde queremos chegar. É imprescindível esse debate.

Que se faça uma Reforma Tributária ampla, progressiva e solidária, que desonere os pobres e os vulneráveis; taxando aqueles que têm efetivamente capacidade de contribuição. O mundo está caminhando nesse sentido. Que ela reflita uma distribuição de renda mais justa, incentivando os investimentos no setor produtivo, gerando renda e empregos de qualidade, fomentando o consumo interno.

O Brasil precisa da democracia, do cumprimento da Constituição, do respeito às diversidades e às diferenças para crescer e se desenvolver com sustentabilidade, com foco socioambiental. São inaceitáveis manifestações de intolerância, de ódio, de violência e de sectarismo. Atos irracionais são espelhos dos tiranos. Precisamos nos reerguer, traçar um novo caminho; buscar, incansavelmente, um projeto que unifique o pensamento da nossa brasilidade.

O Dia. 5 de setembro.

O Nobel e o salário mínimo

Um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Economia 2021, David Card, identificou em pesquisa que o aumento do salário mínimo não produz redução de empregos. Pelo contrário, é um forte estimulante para o crescimento da economia.

Diferentemente pensa o governo brasileiro ao argumentar que reajustes reais são provocadores de desemprego e podem levar à quebra de empresas e de prefeituras. Inclusive ele acabou com a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo (inflação + PIB).

Mesmo assim, os índices de desemprego no Brasil continuam batendo recordes: 14,4 milhões, segundo o IBGE. Especialistas falam em quase 20 milhões. O trabalho informal atinge 35 milhões; temos 60 milhões vivendo na pobreza. Voltamos ao mapa da fome. A inflação e o custo de vida estão explodindo.

O salário mínimo, criado por Getúlio, é um poderoso instrumento de geração de emprego e de distribuição de renda. Ele melhora a situação dos comércios locais – mercados, padarias, bodegas, lojas –, aplicando oxigênio na arrecadação dos municípios. É mais dinheiro para os prefeitos poderem investir.

Todos ganham quando o mínimo tem reajuste real. Mais de 100 milhões de brasileiros, trabalhadores e trabalhadoras, direta e indiretamente, dependem dele. É dinhei-

ro no bolso, carrinho de supermercado com mais produtos, comida no prato. Com o salário mínimo valorizado, combatem-se a pobreza e a miséria.

O governo precisa restabelecer, urgentemente, a valorização do salário mínimo. E isso não é uma questão ideológica; é um fator estratégico de crescimento e de desenvolvimento para o país. A atuação de senadores e de deputados é fundamental na pressão. A responsabilidade do Congresso é enorme.

Vejam vocês: o Brasil possui cerca de 35 milhões de aposentados e pensionistas do INSS; 70%, ou 24,5 milhões, deles sobrevivem com 1 salário mínimo; 43% dos brasileiros com mais de 60 anos são arrimos de família; 64% dos municípios dependem da renda dos beneficiários. A valorização do salário mínimo é ou não é importante?

Há mais de 30 anos que nós fazemos a boa luta em defesa da valorização do salário mínimo. Apresentamos projetos, realizamos audiências, fizemos greve de fome, percorremos o país inteiro. Muitos nos chamavam de sonhadores. Mas nós mostramos por A + B que era possível.

Em 2005, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo – Câmara e Senado –, da qual fui relator, apresentou o texto final, sugerindo reajuste de acordo com a inflação do período mais o dobro do PIB. Garantindo também esse reajuste a todos os aposentados e pensionistas.

Os movimentos social, sindical e de aposentados e pensionistas se movimentavam em atos nacionais e regionais, realizando marchas em defesa da valorização do salário mínimo. A sociedade apoiou o movimento.

Em 2006, no governo Lula, houve um aumento expressivo e, em 2007, um aumento real do mínimo. Em 2011, no governo Dilma, foi sancionada a Lei 12.382,

criando, oficialmente, a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, baseado no relatório da Comissão Mista.

Isso só foi possível pela determinação política e econômica voltada para o desenvolvimento social e de forte combate à pobreza e à miséria. Sem dúvida, o país deu um enorme salto de qualidade na melhoria da vida de milhões de brasileiros.

Saímos de uma variação de décadas entre 50 e 60 dólares e ultrapassamos a marca de 100 dólares, alcançando cerca de 350 dólares. Fato inédito. Hoje, sem a política de valorização do mínimo, o valor é de 1.100 reais, menos que 200 dólares. O valor de uma cesta básica hoje corresponde a 65% do salário mínimo.

Sempre é bom refrescar a memória. Um momento ímpar da Assembleia Constituinte de 1988 foi quando nós constituintes aprovamos o salário mínimo como direito do trabalhador; estabelecemos a unicidade do valor em todo o país e definimos que os gastos familiares de todos os brasileiros devem ser cobertos por ele.

Estamos falando das despesas com alimentação, educação, saúde, moradia, lazer, vestuário, higiene, transporte, entre outros. Para fazer essa cobertura, o Dieese calcula que o valor de setembro de 2021 deveria ser de R\$ 5.518,79 para uma família com dois adultos e duas crianças.

O valor idealizado pela Constituição Cidadã está muito distante, mas continuamos perseguindo, perseverando sempre. Agora, acabar com a Política de Valorização do Salário Mínimo foi um erro crasso do governo federal, imperdoável.

Temos pela frente um enorme desafio: sair desse caos social e econômico, desse cenário de fome, de pobreza e de miséria; de maior desigualdade social do mundo. É pre-

ciso enfrentar o descaso do governo para com as gerações presentes e futuras. O combate a tudo isso não pode ser tolerante com a acomodação política.

Precisamos, paralelamente, regulamentar a Lei 10.835/2004 (Renda Básica Universal de Cidadania), por meio da aprovação do Projeto de Lei 4194/2020. Da mesma forma, aprovar o 14º salário emergencial para aposentados e pensionistas.

Não há tempo a perder. A boa luta passa pela unidade das forças humanistas, populares, progressistas e em defesa do meio ambiente e pelo caminho intransigente da Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo – esteio histórico e transformador para alcançarmos um Brasil justo, igualitário e soberano.

Jornal do Brasil. 14 de outubro.

A importância de derrubar vetos presidenciais

O veto mais premente é o de número 48 ao Projeto de Lei 12, de 2021, que garantirá a produção de vacinas e medicamentos, em grande escala e a preços menores, para combater a Covid-19.

Senado e Câmara têm aprovado importantes projetos que beneficiam a população. Infelizmente, a Presidência da República tem vetado integralmente ou partes dessas propostas. Muitas leis ficam capengas. É urgente uma sessão do Congresso para a apreciação desses vetos para, então, derrubá-los.

O veto mais premente é o de número 48 ao Projeto de Lei 12, de 2021, que garantirá a produção de vacinas e medicamentos, em grande escala e a preços menores, para combater a Covid-19. Temos que garantir o fornecimento de material biológico, fundamental para a produção de imunizantes. Além de salvaguardar a saúde dos brasileiros, precavendo e prevenindo, teremos a possibilidade de ajudar países pobres, em que a vacina não chegou ou é muito pouca, por meio da exportação de excedentes. É uma ação humanitária para dentro e para fora do país, de fraternidade e de solidariedade.

Diretora da Organização Mundial de Saúde (OMS), Mariângela Simão disse que a entidade prepara um tratado sobre pandemias e que um novo fenômeno pandêmico é apenas “uma questão de tempo”. O alerta foi dado. Precisamos de mais vacinas. Não podemos nos descuidar das

regras de segurança: uso de máscara, álcool em gel, distanciamento social.

Ela afirmou ainda que a variante Delta está em 188 países. “Então a preocupação e o empenho da OMS em aumentar a cobertura vacinal é global, mas em todos os países e não apenas em alguns”. Precisamos de bilhões de doses de vacinas. Isso é fundamental para se atingir a equidade de imunização no mundo.

A derrubada do Veto 48/2021 não traz qualquer insegurança jurídica, pelo contrário, o monopólio é que deixa o governo nas mãos das farmacêuticas. Não é verdade que o Brasil poderá sofrer retaliações. Em 2007, o país não sofreu retaliações nem processos judiciais; os países que se utilizaram desse mecanismo não sofreram sanções.

A tecnologia não será barrada, pelo contrário, ela incentiva novas formas de produção. O Brasil tem laboratórios capazes de produzir se o conhecimento for partilhado. Poderá, inclusive, melhorar as vacinas existentes, pois contamos com excelentes cientistas.

Os medicamentos retrovirais estão surgindo; eles serão uma saída. Porém, os preços são altíssimos e há falta no mercado. O tratamento varia entre R\$ 15 mil e 20 mil. Eles reduzem em até 50% os riscos de óbito e reduzem o tempo de internação. A derrubada do Veto 48/2021 vai ajudar na redução do preço.

O Congresso precisa derrubar também outros vetos: auxílio à agricultura familiar, lúpus e epilepsia, reajuste dos agentes comunitários de Saúde, ampliação do prazo de vigência do Plano Nacional de Cultura; ações emergenciais destinadas ao setor de eventos, gratuidade de absorvente feminino para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Temos uma enorme reponsabilidade pela frente: derubar os vetos da Presidência. Eles são necessários para o bem-estar social da nossa gente; para as presentes e as futuras gerações. A vida sempre em primeiro lugar.

O Dia. 20 de outubro.

As verdades mais profundas

As tragédias no Brasil são esquecidas facilmente. A comoção não se sustenta ao fim de 48 horas. E depois tudo volta à “normalidade” em um país como o nosso, que ainda tem uma enorme dívida para com o seu povo negro.

Crianças negras são mortas por balas perdidas; homens negros são torturados e assassinados por serem negros; mulheres negras são discriminadas pelo olhar e pelas palavras e por gestos sórdidos, que cortam como lâmina afiada a ceiva da dignidade.

O sangue jorra nas ruas e vielas de comunidades carentes, nas favelas, no asfalto, nas praças e avenidas, no ônibus, no supermercado, na escola, no vil ato de abordar uma pessoa se utilizando das práticas mais cruéis e desumanas.

Em um anúncio de emprego nos classificados de um jornal ou nas redes sociais, é solicitado o envio de currículo com foto. Sem se dar conta, o jovem negro da periferia assim o faz. Mas no fundo esse “método” foi para eliminá-lo.

Esse mesmo jovem, muitas vezes deprimido, sem horizonte, sai a caminhar e se depara em frente a um shopping. As luzes o fascinam, como a todo jovem. Mas ao adentrar logo é cercado por seguranças que o encaminham a uma sala e exigem documentos.

Só quem é negro sabe o quanto dói ser discriminado pela cor da pele, por ter cabelo afro, por cantar e dançar as suas origens. Essa violência e ódio deixam a alma esgarçada, acabam com a autoestima, fazendo nascer o sentimento de culpa.

Como é possível num país como o nosso, construído por mãos negras ao longo de séculos, toda essa insanidade humana? A escravidão de ontem é o martírio cotidiano de hoje, a humilhação, o prato vazio, a falta de emprego, de saúde.

A população brasileira é composta por 56,2% de pretos e pardos. A grande maioria é pobre e está exilada em seu “próprio” país. Os direitos da cidadania, garantidos pela Constituição Cidadã, não chegam até eles.

O analfabetismo para a população negra é de 11,8% – maior que a média de toda população brasileira (8,7%). Dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham, mais de 60% são negros, de acordo com o IBGE.

O poeta Affonso Romano descreveu muito bem o Brasil: “Uma coisa é um país, outra um fingimento. Uma coisa é um país, outra um monumento. Uma coisa é um país, outra o aviltamento. Há 500 anos estupramos livros e mulheres. Há 500 anos somos pretos de alma branca”.

As transformações que o Brasil tanto necessita só serão alcançadas por meio da ação política. Não é por acaso que não haja negros nos espaços decisórios do poder. Quantos senadores e senadoras negros existem?

Deputados e deputadas? Governadores e governadoras? Vereadores e vereadoras? Prefeitos e prefeitas?

É evidente que há uma fratura social exposta e ela se personifica no racismo estrutural, institucional e de Estado. A sociedade brasileira é racista. O professor e filósofo Silvio Almeida explica que o racismo é apresentado como decorrência da própria estrutura, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares.

Uma das formas de combatê-lo é por meio da ação legislativa. Precisamos aprovar os seguintes Projetos de Lei: 4373/2020, que tipifica como crime de racismo a injúria racial; 5231/2020, que trata da abordagem dos agentes públicos e privados de segurança.

Da mesma forma, o Congresso precisa aprovar também o PL 3434/2020, que reserva vagas para negros nos programas de pós-graduação, e o PL 4656/2020, que estende a validade da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), que perde a validade em 2022.

O Brasil é o país das multicores, das diversidades e das diferenças. O racismo e as desigualdades sociais são chagas da nossa sociedade; precisam ser eliminados. Que o grito de resistência de Zumbi dos Palmares, de esperança e de transformação ecoe em todos os cantos do nosso país.

Jornal do Brasil. 12 de novembro.

Nos lanhos da alma

A marca da escravidão continua viva, enraizando-se no silêncio da sociedade brasileira. Ela está no olhar que destrói, na palavra que discrimina, no açoite que mata pela cor da pele e no racismo estrutural, que faz sangrar os lanhos da alma do povo negro. O debate dessa realidade precisa ser fomentado diariamente na política, nas escolas, nas universidades, no mundo do trabalho, no meio artístico, nos veículos de comunicação, nas redes sociais, no ecumenismo, no esporte.

Fomos o último país do continente a abolir a escravidão. O povo negro foi largado à própria sorte; sem nada, apenas o céu para olhar. Os grilhões de ontem se perpetuam hoje na fome, na miséria, na pobreza, na violência, no desemprego.

A população brasileira é composta por 56,2% de pretos e pardos. A maioria é pobre. Temos a segunda maior concentração de renda do mundo. Mais de 70% dos que morrem por assassinato são negros. Entre as mulheres, quase 70%. Os homicídios aumentam.

Os pais das vítimas de balas perdidas choram. Crianças como Emilly, 4, Rebeca, 7, e João Pedro, 14. As meninas, mortas quando brincavam na porta de casa, em Duque de Caxias (RJ). O adolescente, atingido enquanto jogava videogame na residência de um primo, em São Gonçalo (RJ). Já

João Alberto, 40, foi espancado até a morte por seguranças de um supermercado em Porto Alegre.

Mais de 60% dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham são negros. A educação é a porta para a cidadania. O Estado se omite desde a assinatura da Lei Áurea.

Não há negros na política. A representatividade no Congresso é baixíssima. Aliás, ele que deveria ser a representação do conjunto da sociedade, o espelho da diversidade brasileira, não o é. Isso se repete em todos os outros Poderes; nos governos estaduais, nas Assembleias, nas Câmaras de Vereadores.

Os menores salários nas empresas são reservados ao povo negro; ele não está em cargos de coordenação ou de chefia. O Brasil vive o seu *apartheid*, somos regidos por uma falsa democracia racial.

O 20 de novembro — Dia da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares — é uma data significativa. Para celebrá-la, o Senado aprovou três Projetos: 4.373 – tipifica como crime de racismo a injúria racial; 55 – cria o Selo Zumbi dos Palmares nos municípios que adotarem políticas afirmativas; 2.000 – reconhece o sítio arqueológico do Cais do Valongo (RJ) como patrimônio da história e da cultura afro-brasileira. Agora, precisam ser votados na Câmara.

Temos que aprovar o PL 3.434, que reserva vagas para estudantes, negros e negras nos programas de pós-graduação. Precisamos instalar a Subcomissão da Igualdade Racial no Senado. O PL 5.231, que trata da abordagem dos agentes públicos e privados de segurança, já foi aprovado na Casa e aguarda votação na Câmara.

Sabemos o quanto dói ser discriminado e vítima de racismo. É como o punhal que atinge a alma e o espírito, que guilhotina a dignidade. Que o Brasil se encontre com a sua própria história, com sua brasilidade; como nos legou Oliveira Silveira, no anejar constante de encontrar nossas origens, na cor da nossa pele, nos lanhos da nossa alma.

Folha de S. Paulo. 20 de novembro.

Tudo está guardado na memória

Ernesto Sabato dizia que se acordava com a franca esperança de que uma vida mais humana está ao alcance das nossas mãos. Todos nós podemos ousar e buscar a vida de outra maneira, nos situando na verdadeira dimensão do homem.

Se perdermos a força do diálogo e da compreensão existencial, não haverá a ligação constante entre o amor e todas as possibilidades do exercício completo dos direitos humanos e da cidadania.

O que buscamos é a eternidade que está em cada instante que vivemos. Ignorá-la é como aprisionar os pássaros nos cativeiros da desumanidade. Eles não nasceram para a prisão, mas para o voo sagrado da liberdade.

Direitos humanos estão conectados ao combate às injustiças e às discriminações; ao respeito às diferenças e às diversidades; aos direitos civis, políticos, sociais, econômicos; à igualdade de direitos entre todos.

Eles se estabelecem na certeza de que sem meio ambiente saudável a vida humana corre perigo. O homem em si tem o entendimento de que a natureza é algo separado do todo. Equívoco. A grandeza está no equilíbrio entre as partes.

Direitos Humanos é o viver por inteiro em condições salubres: saúde, educação, trabalho, renda, moradia, segurança, aposentadoria justa, salário mínimo decente, ter-

ra para plantar e repartir o pão. É o direito de ser feliz em igualdade.

Há a necessidade de termos compreensão do que se passa ao nosso redor; o que os outros estão sentindo, muitas vezes sendo vítimas do próprio sistema. É preciso consciência e coragem para encarar a realidade, os descaminhos, as incertezas.

Somos o país mais desigual do mundo. Temos 15 milhões de desempregados; 60 milhões na pobreza; 19 milhões passam fome todos os dias, gente que não possui sequer água potável para beber.

Idosos pedem socorro; miseráveis sentem a dor do frio; mães choram, pois não têm alimento para dar aos seus filhos; choram porque seus filhos são mortos por balas perdidas; choram porque seus companheiros foram mortos por serem negros.

O trabalho escravo é uma realidade. Refugiados e migrantes são discriminados. Garimpeiros matam indígenas. Crianças indígenas morrem por desnutrição. O Estado se omite. Isso é inaceitável.

Com as possibilidades de variantes da Covid-19, o Brasil precisa estar muito bem preparado. Que se inicie desde agora, por precaução e prevenção, um planejamento verdadeiro; não como o que foi feito, totalmente em retalhos, sem início, meio e fim.

O país não suporta mais medidas instantâneas, desequilibradas, pendulares, sem metodologia social e humana, com uma estrutura teórica apontando para o norte e uma realidade apontando para o sul. Temos que conectar o Brasil invisível ao mundo real.

Direitos humanos são as portas de entrada das transformações que tanto precisamos. Temos que crescer huma-

namente e coletivamente, buscar a dignidade, a solidariedade, a fraternidade, a justiça social.

Erros e acertos estão guardados na memória do país. Os erros servem para nos ensinar; os acertos, para que possamos avançar mais.

Tudo está guardado na memória, como cantou Léon Gieco: “O engano e a cumplicidade dos genocidas que estão soltos. A justiça que olha e não vê. Todas as promessas que se vão. Tudo está guardado na memória. Sonho da vida e da história. A memória desperta os povos... Livre como o vento”.

Jornal do Brasil. 5 de dezembro.

Somos todos iguais?

O racismo no Brasil está presente na sociedade, nas instituições, no poder público, na política, no setor privado. As novas e velhas gerações precisam abdicar da falsa visão de que somos uma democracia racial. O racismo é estrutural. Está alicerçado no sistema escravocrata, que não foi inteiramente removido. Não o enfrentar é omitir-se, é permitir a continuação das mazelas sociais.

A população brasileira é composta por 56,2% de pretos e pardos. Estamos falando de aproximadamente 118 milhões de pessoas. A maioria é pobre e vive em condições subumanas, em moradias precárias, sem saneamento básico e água potável. As “correntes” que prendiam ontem pés e mãos, hoje são visíveis no desemprego, na inexistência de oportunidades iguais; na saúde precária, na educação que cada vez fica mais distante, na falta de segurança.

As verdades mais profundas são alcançadas quando precedidas pelo silêncio. E é isso que acontece. As vozes calam-se frente ao olhar que discrimina pela cor da pele e pelo cabelo afro; pelas palavras que insultam, por gestos obscenos; pela insolência de uma suposta “superioridade”. Não basta mais fazer referência à Constituição, “todos são iguais”. Temos que indagar: “somos todos iguais efetivamente?”

“A carne mais barata do mercado é a carne negra. Que vai para debaixo do plástico. E vai de graça para o subemprego. E para os hospitais psiquiátricos... A carne mais

barata do mercado é a carne negra”, diz a canção. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado; balas perdidas mataram as crianças Emilly, Rebeca, João Pedro, todas com menos de 15 anos. Em 24 horas, 13 mulheres são mortas e a maioria, negra; 60% das prisões são provisórias e são os negros que estão lá. As religiões de matriz africana são alvo de 59% dos crimes de intolerância religiosa.

Assassinatos, discriminações e abordagens policiais mal feitas não são de agora. Isso vem de décadas. Em 1987, o negro e operário Júlio Cesar de Melo Pinto foi preso, suspeito de assalto a um supermercado em Porto Alegre. Entrou ileso numa viatura e chegou morto ao hospital. As investigações o inocentaram. Mas os açoitos desse bárbaro crime construíram geografias nas costas dos seus familiares que até hoje choram sua perda.

Jovens não são aceitos para vagas de emprego por serem negros. Quando são aceitos, recebem os menores salários. É exceção os negros chegarem a cargo de coordenação ou gerência. São pouquíssimos os negros nas instâncias superiores dos partidos. Isso é uma realidade que se repete no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Os números de senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos e vereadores negros são baixíssimos.

Mesmo com todas essas adversidades, aos poucos, vamos corrigindo essa defasagem estrutural da sociedade. Não podemos desistir. É persistir sempre, fazendo o bom combate, a boa política. Um dos caminhos é a ação legislativa. A Lei 12.288/2010, oriunda de projeto de nossa autoria, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, é a mais completa norma jurídica para a promoção da igualdade racial: direito à saúde, à educação, acesso à terra e à moradia; direito ao trabalho e aos meios de comunicação, entre outras.

Em novembro último – mês da Consciência Negra –, o Senado aprovou três projetos: o que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Aliás, o STF reconheceu recentemente essa aspiração; o que reconhece o sítio arqueológico do Cais do Valongo (RJ) como patrimônio da história e da cultura afro-brasileira e o que cria o Selo Zumbi dos Palmares nos municípios que adotarem políticas afirmativas; já promulgado pelo presidente do Senado. Temos que aprovar ainda o que reserva vagas para estudantes negros e negras nos programas de pós-graduação.

Precisamos ainda instalar a Subcomissão da Igualdade Racial no Senado. Outro projeto, que trata da abordagem policial, aprovado no Senado aguarda votação na Câmara. Outras propostas precisam de urgência como o PL 4656, que estende a vigência da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012). Do contrário, perde a validade em 2022.

Enquanto houver racismo e discriminações, não haverá democracia. Buscamos a harmonia da sociedade, onde negros, brancos, indígenas, LGBTQI+, migrantes, refugiados e ciganos, entre outros, vivam como irmãos, em fraternidade; que haja respeito às diversidades e às diferenças, aos direitos humanos. Que todos tenham oportunidades iguais e caminhem juntos sob a luz de políticas humanitárias e libertárias.

Correio Braziliense. 11 de dezembro.

A necessária e urgente quebra de patentes de vacinas

Por uma questão humanitária, o Veto 48 da Presidência da República ao Projeto de Lei 12/2021, que prevê a quebra temporária de patentes de vacinas e de medicamentos para uso no combate à Covid-19, precisa ser derrubado urgentemente pelo Congresso Nacional.

A pandemia já matou mais de 616 mil pessoas no Brasil; estamos vacinando; mas muitos ainda precisam ser vacinados. No mundo todo, foram, até o momento, mais de 5,3 milhões de óbitos. Uma quarta onda está batendo às nossas portas. Há casos da variante Ômicron em todos os continentes. Não podemos vacilar.

Os lucros não podem estar acima da vida humana; é muita crueldade, desumanidade; falta de solidariedade e de fraternidade. Algumas palavras do Papa Francisco ditas há mais de dois anos são atualíssimas e servem para a nossa reflexão de que outro mundo é possível.

– Toda vida humana é válida em si mesma e constitui um valor inestimável. Os ataques à dignidade e à vida infelizmente continuam em nossa era, que é a era dos direitos humanos universais. De fato, somos confrontados com novas ameaças e nova escravidão, e as leis nem sempre protegem a vida humana mais fraca e vulnerável.

Estima-se que somente três laboratórios que produzem vacinas contra Covid-19 terão lucros somados, em 2021, de 34 bilhões de dólares. Isso significa 1000 dólares

por segundo; 60 mil dólares por minuto; 93,5 milhões de dólares por dia. Esse levantamento foi feito pelo movimento People's Vaccine Alliance e considera os relatórios sobre imunizantes divulgados pelos próprios laboratórios.

Um laboratório da Alemanha era avaliado, no início do ano, em 8,7 bilhões de dólares. Hoje, seu valor de mercado é de 28,6 bilhões. As ações nas bolsas sobem todos os dias. Enquanto os lucros aumentam, o acesso às vacinas é desigual e os mais prejudicados são os países pobres. Apenas 2% das pessoas desses países foram totalmente vacinadas. Estão faltando imunizantes.

Segundo a plataforma Our World in Data, até o dia 18 de novembro de 2021, apenas 4,7% das pessoas em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose. O acesso desigual aos imunizantes é mais explícito nos países do continente africano.

Enquanto isso, os dez países mais ricos possuem mais de 800 milhões de doses sem uso. Isso é inaceitável. O monopólio é um equívoco, uma aberração da ganância do homem; ele mata. Os contratos mais lucrativos são assinados com os países mais ricos. Quem tem dinheiro leva.

O Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) já pediu, por várias vezes, que os países ricos acelerem as doações prometidas; o que não ocorreu. A pandemia só vai acabar quando todos estiverem imunizados; quando todos os lugares do mundo tiverem imunizantes e medicamentos.

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, diz que o compartilhamento de dados, tecnologias e materiais biológicos pode ser acelerado com um eventual pacto entre países. Ele defende um chamado 'tratado de pandemias' para mitigar os impactos de futuras pandemias.

Essa posição está alinhada à derrubada do Veto 48/2021. O Brasil será exemplo ao mundo. Teremos a possibilidade única de disponibilizar mais vacinas para os brasileiros e ajudar os países que necessitam e que dependem delas.

A derrubada do Veto 48/2021 é um novo caminho contra a desigualdade de distribuição de vacinas e medicamentos. Ela vai garantir que os imunizantes sejam produzidos em tempo menor, de forma ágil; com preços bem menores; produtos genéricos. Ou seja, acesso a toda a humanidade.

Vale lembrar que os laboratórios não serão proibidos de vender as suas vacinas. Haverá, sim, a quebra temporária de patentes, que é justa, necessária, urgente. A vida deve estar sempre em primeiro lugar.

A nossa mentalidade precisa mudar; é uma condição mínima para termos esperança e combater os perigos que nos cercam.

O que é a vida humana? Qual o sentido da vida? O preço da vida humana é imensurável! Quando a vida humana é levada ao extremo da indignidade pelos governos é sinal que houve omissão, descaso, indecência. O caminho sempre é o genocídio, e ele chega silenciosamente. É contra isso que lutamos.

O grande escritor russo Fiódor Dostoiévski, no século 19, dizia que cada um de nós é culpado perante todos, por todos e por tudo.

Sul 21. 18 de dezembro.

Secretaria de Editoração
e Publicações



